

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia
relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2008
Área Temática: PAA - SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo (pós 15/06/2008)
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

De preços e de mãos – Folha de São Paulo – Opinião – 01/06/2008.....	6
Lula entra na guerra mundial do etanol – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/06/2008.....	7
Preço dos alimentos atinge pico de 50 anos, diz relatório da FAO – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/06/2008.....	9
Pequeno agricultor, ganho limitado - Luciana Rodrigues, Letícia Lins e Higino Barros – O Globo – Economia – 01/06/2008.....	10
Governo dará crédito para armazéns e mais dinheiro para apoio técnico - Luciana Rodrigues, Letícia Lins e Higino Barros – O Globo – Economia – 01/06/2008.....	11
Com alimentos caros, consumidor muda hábitos - Fabiana Ribeiro e Mariana Schreiber – O Globo – Economia – 01/06/2008.....	13
‘Temo um desastre e uma inflação incontrolável’ – Deborah Berlinck – Entrevista com Mwrriit Cluff – 01/06/2008.....	14
Consea questiona modelo de produção de alimentos e aponta incentivo a agricultura familiar – Sítio Eletrônico da Fetraf – 02/06/2008.....	15
Lula vai a Roma defender etanol em reunião da ONU - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional –02/06/2008.....	16
Cesta básica aumenta em 14 capitais – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008.....	18
Em Roma, Contag discute crise dos preços dos alimentos – Sítio Eletrônico da Contag - 04/06/2008.....	18
Verdades fora de moda – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008.....	19
FAO pede US\$ 30 bi por ano contra as guerras por comida – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2008.....	20
Após alta de alimento, Patrus quer aumento no Bolsa Família – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2008.....	20
ONU, FMI e Papa contra a fome – O Globo – Economia – 04/06/2008.....	21
ONU e Banco Mundial defendem explicitamente o etanol brasileiro – O Globo – Economia – 04/06/2008.....	22
Hipocrisia - O Globo – Opinião – Editorial – 05/06/2008.....	23
Gestores dos convênios estaduais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se encontram em Brasília – Sítio Eletrônico do MDS – 04/06/2008.....	24
Alimentação: América Latina e os 13 vilões - Humberto Márquez – Agência Carta Maior – 05/06/2008.....	25
Subsídio agrícola e etanol dividem ONU - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 05/06/2008.....	28
Lula culpa especulação pela alta de preços – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2008.....	29
Resposta à alta dos alimentos - Luis Alberto Moreno – Valor Econômico – Opinião – 05/06/2008.....	30
Roma frustra "revolução" de Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2008.....	32
Fundos agora investem também na produção de comida – Diana Henriques – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2008.....	32
ONU: reunião acaba sem ação concreta – O Globo – Economia – 06/06/2008.....	34
Cúpula da fome nada propõe contra "situação dramática" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2008.....	36
Brasil ratifica tratado internacional para agricultura e alimentação – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/06/2008.....	37

Uma maior abertura comercial ajuda no combate à fome? – Alimentação e desenvolvimento - Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo – Opinião – 07/06/2008	38
Uma maior abertura comercial ajuda no combate à fome? – Inflação e Fome – Luiz Roberto Cunha – Folha de São Paulo – Opinião – 07/06/2008.....	40
Uma nova era – Antônio Ermíria de Moraes – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008	41
A falácia do preço dos alimentos – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2008	42
Uma nota só – Adriano Campolina – O Globo – Opinião – Editorial – 08/06/2008.....	44
Faltam limites - O Globo – Opinião – Editorial – 09/06/2008.....	44
Reajuste legítimo – Pedro Wilson – O Globo – Opinião – 09/06/2008.....	45
A oferta é o foco na crise de alimentos - Ignez Vidigal Lopes – Valor Econômico – Opinião - 09/06/2008	46
O Brasil e a crise dos alimentos – Walter Belik – Valor Econômico – Opinião – 09/06/2008	48
Governo tenta turbinar agricultura familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/06/2008.....	50
Mais Alimentos é a resposta do governo à crise mundial Sitio Eletrônico da Contag - 10/06/2008	51
"Queremos produzir alimentos!" – Sítio Eletrônico da CPT – 10/06/2008	51
Somos Contra	52
Doação de alimentos é a menor em 47 anos – Folha de São Paulo – Mundo – 10/06/2008	53
Alta dos alimentos domina reunião com Lula – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/06/2008.....	54
Cassel destaca potencial da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 10/06/2008	55
Recursos para Ater chegam a R\$ 341 milhões – Sítio Eletrônico do MDA – 10/06/2008	56
“América Latina produz muito, mas não o suficiente para alimentar a população”, diz FAO – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/06/2008.....	57
Momento é de desafios para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 11/06/2008	58
Unctad confirma contágio especulativo na agroinflação - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2008	60
PAA já investiu R\$ 1,5 bilhão desde 2003 – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2008.....	61
Seminário mostra resultados do PAA – Sítio Eletrônico da Conab – 12/06/2008	63
Encontro confirma importância do PAA – Sítio eletrônico da Conab – 19/06/2008.....	64
Seminário mostra resultados do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 13/06/2008.....	65
Colheitas de fome - Jomo Kwame Sundaram – Valor Econômico – Opinião - 13/06/2008	66
G-8: petróleo e alimentos afetam PIB – O Globo – Economia – 15/06/2008.....	68

Segunda Quinzena

Alimentos sobem em dose tripla nos países pobres - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2008	69
'Nunca vi os preços aumentarem tanto' - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2008	70

Começa seminário para avaliação do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2008	71
Governo e sociedade mostram impactos positivos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 16/06/2008	73
Alta de preço dos alimentos contamina outros produtos – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008	75
Alta das commodities gera reação contra especulação no mercado – Diana B. Henriques – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008.....	76
Experiências demonstram fortalecimento do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2008	78
PAA é instrumento contra crise de alimentos – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2008	79
Preços de alimentos têm leve recuo em junho – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008	80
Segurança alimentar em xeque nos EUA - John Carey – Valor Econômico – Agronegócios - 17/06/2008.....	81
Alta de preços dos alimentos já afeta resultados do varejo - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008	83
Ritmo de vendas cai no Norte e Nordeste - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008	84
'A gente compra menos charque' - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008	85
País pode ajudar a conter preços globais, diz BNDES - Adriana Chiarini e Alberto Komatsu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008	85
Alimentos vão continuar em alta, diz CNA - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008	86
Efeito de alimentos no consumo afeta indústria, segundo Fiesp – Deise de Oliveira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008	87
Governo tenta conter alta do preço do feijão – Leandra Peres e Letícia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008	88
Ministro Cassel destaca a importância do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2008	89
Inflação dos alimentos já afeta o comércio – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008	90
Agricultor diz que alimentos vão subir, mas Mantega vê situação controlada - Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008	92
Alimentos mantêm alta, afirma Fipe – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2008	93
Governo quer produção maior de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/06/2008	93
Para conter alimentos, governo libera R\$ 78 bi - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 20/06/2008	95
Múltiplos de alimento e bebida atacam os biocombustíveis - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 20/06/2008	96
Doença pode agravar crise de alimentos – Estado de São Paulo – Vida & - 21/06/2008	98
Biocombustíveis trocam um problema por outro – Entrevista com Paul Roberts – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – 23/06/2008	98
Foco na crise de alimentos – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/06/2008	101

Brasil pede à OMC regras para múltis da área de alimentos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2008	102
O arroz e o morango – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 24/06/2008.....	103
Alimentos pressionam preços em junho – Roberto Machado - Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008	103
Inflação abala mais a confiança do consumidor, mostra a FGV – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008	105
Agricultura familiar centraliza debates sobre crise – Sítio Eletrônico do MDA - 26/06/2008	105
Insegurança alimentar atinge 83% das famílias - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/06/2008.....	106
Férias escolares agravam penúria - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/06/2008.....	107
Alta de produtos agrícolas atinge 37% em 12 meses - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2008	109
No Médio Norte de MT, alimento mais caro é lucro - Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2008	110
Menos crescimento – Folha de São Paulo – Opinião – 29/06/2008.....	111
Feijão e carne somem da merenda escolar, e material de construção está mais caro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2008.....	112
Brasil pedirá "ação concertada" contra a alta de alimentos – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2008	113
Multiplicando os peixes – Mônica Tavares – O Globo – Economia – 29/06/2008	115
Pesca deve movimentar R\$ 5,2 bi nos próximos anos, com profissionalização – Mônica Tavares - O Globo – Economia – 29/06/2008	116
Preços aumentam até cinco vezes – Bruno Rosa – O Globo – Economia – 29/06/2008	118
A prosperidade não é o problema - Diogo Costa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/06/2008	118

De preços e de mãos – Folha de São Paulo – Opinião – 01/06/2008

ROMA - A conferência da FAO sobre segurança alimentar, que começa na terça-feira, foi recebida ontem pela seguinte manchete do jornal italiano "La Repubblica": "Pão e massas fazem voar a inflação". Voar é um certo exagero. Chegou a 3,6% nos 12 meses até maio. De todo modo, é o maior número desde 1996.

Na Espanha, a inflação de maio chegou ao ponto mais alto desde 1995. Daria até para dizer que se trata da globalização da inflação, um animal que parecia em vias de extinção até faz bem pouco tempo.

As respostas que podem dar os governos demonstram que seu raio de ação é cada vez mais limitado. É verdade que a cúpula da FAO deve afirmar a necessidade de políticas públicas de segurança alimentar. Mas é o tipo de "saludo a la bandera", como gostam de dizer os argentinos: inclina-se a cabeça diante dela ao passar, mas depois a vida continua sem nem sequer lembrar-se da bandeira.

Congelar preços? Nem o Brasil, especialista na matéria durante anos, pensa nisso. Não funcionou, a não ser por períodos curtos.

Fazendas coletivas para produzir os alimentos que escasseiam e ajudam a disparar os preços? Está caindo de moda até mesmo em Cuba, um dos últimos redutos do Estado-agente econômico.

O Brasil até que poderia dar exemplos de como políticas públicas ajudam. O estímulo à agricultura familiar, que responde por 70% da produção de alimentos, fez com que a cesta básica no país subisse apenas 25% nos últimos três anos, contra 83% no mundo.

Mesmo assim, não basta. Tanto não basta que o presidente Lula acaba de acenar com "remédio amargo" para enfrentar a inflação em alta.

Parece claro que, nessa área como em outras, não se achou ainda um correto equilíbrio entre a mão invisível do mercado e a mão pesada demais do Estado.

Presidente vai a conferência em Roma para defender o álcool brasileiro como fonte de empregos na lavoura e como combustível limpo - Objetivo de Lula é mostrar que o produto brasileiro, ao contrário do americano, não contribui para a alta dos preços dos alimentos

O presidente Luís Inácio Lula da Silva entra terça-feira na batalha para evitar que seja satanizado o seu projeto mais ambicioso, o que ele chama de "revolução energética" a partir do etanol.

A primeira parte da batalha se dará em Roma, durante reunião de cúpula que ganhou um longo título: "Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial - Os Desafios da Mudança Climática e da Bioenergia". Na prática, virou uma espécie de "Cúpula da Fome", porque a disparada do preço de alimentos criou o "perigo iminente de fome e desnutrição para 2 bilhões de pessoas que lutam para sobreviver ante o aumento dos preços", como diz Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial.

O que o etanol tem a ver com a fome? Em tese, nada. Mas diferentes fontes e estudos apontam o álcool combustível como um dos responsáveis pela disparada dos preços. Exemplo: estudo do Banco Mundial chega a dizer que "65% do aumento nos preços de alimentos se deve aos biocombustíveis e a fatores relacionados com o rápido aumento na demanda por rações".

O FMI (Fundo Monetário Internacional) entrou na onda, ao dizer que a crescente produção de biocombustíveis é responsável por "parte significativa" do salto nos preços de commodities.

Por fim, o mais recente relatório, divulgado na quinta-feira em Paris, diz ter sido "decisiva" na crise alimentícia a demanda agrícola para elaboração de biocombustíveis. O estudo estende a culpa no tempo, ao dizer que um terço do aumento dos preços de alimentos nos próximos dez anos será por conta dos biocombustíveis.

A FAO (braço da ONU para alimentação e agricultura) é uma das instituições responsáveis pelo estudo e é também quem convocou o que virou "Cúpula da Fome" - e será em sua sede de Roma que Lula travará a batalha.

A demonização do etanol se deve, em grande medida, ao fato de que um deles (o etanol feito a partir do milho, caso dos Estados Unidos) é de fato um vilão. Mas o etanol de cana-de-açúcar (o brasileiro), não.

Os EUA usam o equivalente a 10% da produção mundial de milho para gerar etanol. Essa quantia equivale a duas safras brasileiras de milho e, como é óbvio, contribui para o aumento dos preços. Só no ano passado houve incremento de 37% no uso de milho para produzir etanol nos EUA.

O Brasil, ao contrário, não reduziu a produção de açúcar para fazer etanol. Nem vai, ao menos não por esse motivo, invadir a floresta amazônica para cultivos que gerem biocombustível. O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) afirma que o Brasil tem 90 milhões de hectares para incorporar à agricultura "sem a necessidade de derrubar nenhuma árvore na Amazônia".

Tecnologia e capitais - A batalha de Lula, no entanto, não se limita a defender o etanol brasileiro, cujos 21,5 bilhões de litros representam 70% do mercado mundial. O Brasil exporta 3,6 bilhões.

O problema é mais abrangente: o presidente brasileiro acredita que a aliança entre a tecnologia brasileira na área, reconhecida como a melhor do mundo, e capitais dos países ricos poderia disseminar plantações destinadas a biocombustíveis nos países mais pobres da América Central, do Caribe e da África, dando-lhes "no século 21 as oportunidades de desenvolvimento que não tiveram no século 20".

Foi com esse sentido que Lula assinou, no ano passado, memorandos de entendimento com as duas grandes potências do planeta (Estados Unidos e União Européia) em torno de parcerias estratégicas.

Depois disso, porém, começou a demonização do etanol. Se ela se consolidar no mais alto nível, como é toda conferência de cúpula, a revolução com que sonha Lula virará um pesadelo. Por isso, sua ênfase em Roma será a defesa do etanol em suas duas qualidades: como fonte de empregos na lavoura e como combustível limpo.

Em termos técnicos, o etanol tem balanço positivo em emissão de carbono, do plantio até o tanque do carro -a emissão de carbono para o plantio, para a colheita e para a produção da cana-de-açúcar e do etanol dela derivado é inferior à dos combustíveis fósseis (petróleo).

Pelas contas de Marcos Jank, presidente da Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar), a cana gera 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de combustível fóssil. É o melhor balanço encontrado até agora nas pesquisas. O etanol a partir do milho, de que os EUA são grandes produtores, gera apenas 1,3 unidade renovável para cada unidade fóssil.

Ganhando ou não a batalha em Roma, Lula partirá para uma segunda frente de combate, porque a reunião de cúpula do G8+5 (as oito maiores potências e cinco grandes emergentes, entre eles o Brasil) também discutirá a inflação dos alimentos e a mudança climática. Será em julho, no Japão.

Preço dos alimentos atinge pico de 50 anos, diz relatório da FAO – Clovis Rossi –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/06/2008

O embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, representante do Brasil na FAO, diz que "crise não é palavra excessiva" para descrever a disparada de preços dos alimentos e, mais abrangentemente, a segurança alimentar no planeta.

Nem assim, no entanto, a cúpula em Roma produzirá mais que uma declaração política. Até porque não é nesse tipo de encontro que se coloca um prato de comida à mesa dos 850 milhões de pessoas que passam fome no mundo ou se põe um freio ao aumento dos preços.

O freio até que seria da maior conveniência: segundo documento divulgado pela FAO como base técnica para a cúpula, "nos três primeiros meses de 2008 os preços internacionais nominais [sem descontar a inflação] de todas as principais commodities alimentícias atingiram seus mais altos níveis em cerca de 50 anos".

Os saltos são sucessivos, diz ainda o texto: em 2006, o índice de preços de 55 commodities alimentícias, elaborado pela FAO, subiu 8% sobre 2005. Em 2007, a alta foi de 24%. Nos três primeiros meses deste ano, comparados ao primeiro trimestre de 2007, deu-se a disparada para 53%.

Pior: "O que distingue o atual estado dos mercados agrícolas é a ocorrência de um salto nos preços mundiais de não apenas uns poucos [produtos] mas praticamente todas as grandes commodities de alimentação de pessoas e animais", diz o documento. Como se já não bastasse, o texto prevê que os preços continuarão elevados mesmo que se dissipem os efeitos dos choques de curto prazo.

A revista britânica "The Economist", que alçou a inflação a tema de sua capa em edição do mês passado, calcula que a média mundial de inflação subiu para 5,5%, "o nível mais alto desde 1999". E prevê que dois terços da população mundial provavelmente sofrerão inflação de dois dígitos ainda neste verão (que, no hemisfério Norte, começa dentro de 20 dias).

"O elevado custo de vida aflige 1 bilhão de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% delas na África, e a outros 4 bilhões que vivem nos países mais pobres do mundo", afirma Willie Reimer, diretor da ONG norte-americana Comida, Desastre e Recursos Materiais.

A cúpula de Roma listará os muito supostos ou reais culpados pelos altos preços da alimentação. Mas Lula está convencido de que o grande culpado é o aumento do consumo, em especial em países emergentes como China, Índia e o próprio Brasil.

Tem razão. Joachim von Braun, diretor-geral do Instituto de Pesquisa sobre Política Internacional de Alimentação, diz que o crescimento do poder de compra nesses países responde por metade dos aumentos. Na medida em que as classes médias se tornam mais afluentes, os padrões de consumo mudam, freqüentemente no sentido de uma dieta mais rica em carne e produtos lácteos, por sua vez mais intensivos no uso tanto de grãos como de água. **(CR)**

Responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, a agricultura familiar também colhe os frutos da disparada nos preços internacionais de grãos. Embalados por um forte aumento do crédito para o setor, os pequenos apostaram em suas lavouras e, agora, estão conseguindo preços um pouco melhores para seus produtos.

Mas, para a agricultura familiar, os ganhos com o cenário internacional favorável nem de longe se aproximam do aumento de renda obtido pelo agronegócio, dizem os especialistas.

Dificuldade de acesso ao mercado comprador, ausência de mecanismos para fazer estoques e aguardar picos de preços, barreiras técnicas e de acesso à terra reduzem os ganhos dos pequenos.

E, quanto menor e menos organizado o agricultor, mais os lucros ficam na outra ponta da cadeia — ou seja, com o atravessador.

A escala de ganhos reproduz a histórica desigualdade brasileira. No Sul, onde as famílias possuem médias propriedades, formam cooperativas e têm acesso à tecnologia, os ganhos são vistos em carros na garagem; no Nordeste, os pequenos conseguiram feitos mais modestos, como a compra recente de eletrodomésticos.

Na casa onde vive com a mulher e os três filhos, Paulo Ferreira da Mota, de 43 anos, tem computador, microondas, TV em cores e geladeira.

Um padrão antes impensável para um pequeno produtor do semiaacuterior;rido nordestino. Ao lado do pai, Jarbas, de 74 anos, Paulo planta feijão no seu sítio Tiririca, de 10 hectares, no município pernambucano de São João: 60% da produção são vendidos, na ponta final, ao Estado do Rio.

Eles já viram a cotação da saca do feijão bater R\$ 350 no início do ano, mas, na ocasião, a família não tinha estoque para vender. Alguns meses antes, na feira de Lajedo (centro comprador) o feijão tinha “bamburrado”, ou sobrado, na gíria nordestina, fazendo a festa dos especuladores, que compraram a saca por até R\$ 30.

— Aí entra o grande vilão, que é o atravessador — explica Antônio Félix da Costa, pesquisador do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

Pequenos evitam alta maior ao consumidor

Este ano, o preço do feijão, vilão da inflação, subiu

45% (tipo preto) e 18,5% (mulatinho) nos supermercados. Reflexo direto da alta do milho e da soja no mercado internacional. No ano passado, muitos produtores destinaram parte da área antes dedicada ao feijão para o plantio desses grãos, que já estavam em alta.

— Não tem como a alta de um alimento não se estender a outros, mesmo em produtos como feijão, com pouca presença no mercado internacional.

As altas de soja e milho também pressionam carne e leite, não só porque servem de ração animal, mas também porque os produtores destinam parte da pastagem ao plantio dos grãos — explica Gervásio Rezende, da UFF.

No Brasil, 67% da produção de feijão vêm da agricultura familiar — caso contrário, a alta de preços poderia ter sido ainda maior.

— Os preços subiram. Mas, na maioria dos alimentos, a alta no Brasil foi bem inferior à registrada em outros países. A explicação disso está na agricultura familiar,

que, graças a políticas públicas de apoio, garante oferta para o abastecimento interno — afirma o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf.

Os agricultores Paulo e Jarbas, de Pernambuco, confirmam a melhora nas políticas do setor. Hoje, graças ao acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, de crédito subsidiado pelo governo), podem planejar melhor o plantio.

— A situação hoje é mais confortável do que há seis, sete anos. Naquele tempo, pobre não entrava em banco. Quando entrava, a liberação do dinheiro demorava tanto, que quando saía eu já tinha colhido. Agora o dinheiro do custeio sai na época certa — comemora Jarbas.

Crédito do Pronaf quintuplicou Entre as safras 1999/2000 e 2007/2008, os recursos do Pronaf mais que quintuplicaram: de R\$ 2,15 bilhões para R\$ 12 bilhões. Quando o crédito vem acompanhado de maior organização do setor, os ganhos se multiplicam. Em Ipê, município gaúcho a 180 quilômetros de Porto Alegre, 22 famílias se juntaram para se dedicar à agricultura orgânica e obter ganhos maiores.

A experiência deu certo, e hoje o grupo tem quatro agroindústrias, que aproveitam as sobras da produção para fabricar doces, geléias e molho e suco de tomate. A família Ponteio, formada pelos pais do casal Ilomar e Daniela, dois filhos e dois irmãos de Ilomar, são a face bem-sucedida da agricultura familiar em Ipê. Os filhos frequentam escolas pré-primárias, o casal tem dois carros, um de passeio e uma camionete de trabalho, computador e eletrodomésticos.

— Em 2007, a nossa associação vendeu R\$ 1 milhão. Para 2008, devemos chegar a R\$ 1,5 milhão, sendo que 95% dos pedidos são feitos pela internet — disse Ilomar. n

Governo dará crédito para armazéns e mais dinheiro para apoio técnico -
Luciana Rodrigues, Letícia Lins e Higino Barros – O Globo – Economia –
01/06/2008

Preocupado em garantir o abastecimento e evitar altas adicionais nos preços dos alimentos — a inflação baixa tem sido uma âncora para a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, o governo vai lançar, nos próximos 30 dias, uma série de medidas para apoiar os pequenos agricultores. Segundo o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Sanches Peraci, está prevista a criação de uma linha de crédito específica para a construção de armazéns comunitários. Os recursos sairão dos R\$ 13 bilhões previstos para o Pronaf na safra 2008/2009, com taxas de juros entre 1% e 3% ao ano.

O ministério também quer fazer uma parceria com a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para incentivar licitações e reduzir os preços do maquinário. Os agricultores terão um crédito específico para esse fim. E as prestações serão indexadas às cotações agrícolas — ou seja, se o valor do crédito equivale a um determinado número de sacas de milho, esse empréstimo será pago no futuro pela mesma quantidade de sacas de milho, com o governo equiparando os preços em caso de queda.

Mais R\$ 200 milhões para empresas estaduais

O governo também quer aumentar os recursos destinados às empresas estaduais de assistência técnica rural, as Ematers — uma queixa freqüente dos agricultores é que essas instituições foram desmanteladas.

A idéia é direcionar R\$ 200 milhões. Segundo o secretário, as medidas visam a atuar nas principais barreiras à agricultura familiar: falta de estoque e baixa produtividade.

— O agricultor que está sozinho no mundo é explorado. Ao oferecer crédito para armazéns comunitários, queremos incentivar as cooperativas. Os preços vão se manter elevados nos próximos anos, é uma bela oportunidade — prevê Peraci.

Entre os agricultores gaúchos, o cooperativismo é a regra.

No município de Ipê (RS), os irmãos Ivanir e Ilarino Bortolloto cuidam de uma propriedade de 43 hectares. Mantêm 12 cabeças de gado, que produzem 80 litros de leite por dia, criam porcos e aves e plantam milho, frutas e verduras. Por estar ligado a uma cooperativa, Ivanir não reclama de falta de assistência técnica.

— Sozinho, o agricultor não vai adiante — diz Bortolloto.

Leite subiu 117% no mundo e 45% no Brasil desde 2002. O crédito também faz toda a diferença. Com um sítio de apenas 7,5 hectares em São João (PE), Jerônimo José da Silva não se queixa.

Planta feijão, mandioca (para o gado) e “um milhinho para a galinha”. Consegue viver do seu sítio e não está devendo ao banco, no que se beneficiou do Pronaf: — Estou em dia com as contas.

Direito tem quem direito anda. A vida no campo melhorou 100%. Foi um milagre.

Mas a maior oferta de crédito e a alta dos preços de alimentos vieram acompanhadas, em alguns casos, de pressão de custos. Urdete Brustolin Mussato, que produz leite em Ipê, reclama: — Hoje, o preço justo deveria estar em R\$ 0,70 o litro. A gente vende por R\$ 0,52. Os preços dos insumos, farelos de soja e de milho, vivem subindo.

Mais de metade do leite produzido no Brasil (56%) vem de pequenos agricultores. Renato Maluf, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), lembra que o leite é um exemplo típico de como a agricultura familiar pode aliviar a alta de preços para o consumidor. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os preços internacionais do leite em pó, este ano, ficarão 117% acima da média registrada entre 2002 e 2007. No Brasil, depois de subir 45% nos últimos cinco anos, o preço do leite em pó caiu 1,03% este ano.

Peraci destaca que, no setor de leite, há grande espaço para aumentar a produtividade da agricultura familiar. Hoje, uma vaca no Brasil produz em média 3,5 litros de leite por dia — nos EUA, são 18

Com alimentos caros, consumidor muda hábitos - Fabiana Ribeiro e Mariana Schreiber – O Globo – Economia – 01/06/2008

Netto dobra as compras de arroz, óleo de canola, azeite e palmito em dias de promoção.

Ana Maria corta o iogurte e deixa de usar o sabão em pó de sua preferência. Dina troca a carne pelo frango. Três consumidores, três diferentes formas de reagir à alta dos preços de alimentos que vem, nos últimos meses, afetando o orçamento das famílias brasileiras e de todo o mundo.

— Para gastar a mesma quantia, é preciso saber comprar.

Então, aproveitamos as promoções de uma forma mais inteligente. E, é claro, fazemos uma pesquisa prévia de preços — disse Bernardo Netto, que gasta cerca de mil reais no supermercado todo mês.

Consumidores como Netto contribuíram para aumentar as vendas dos supermercados, acredita Nilo Lopes, do IBGE.

Para ele, algumas pessoas estão comprando mais na expectativa de que os aumentos de preço possam persistir — o que pode explicar parte do aumento nas vendas do setor no último mês de março.

— Há mais fatores. A maior parte das vendas dos supermercados se concentra em produtos essenciais e ainda em alguns itens de limpeza. Mesmo aumentando o preço, o consumidor tem, nesses casos, de comprar do mesmo jeito. Isso ocorre com feijão, leite, óleo.

Estocar, no entanto, não é recomendado por analistas.

Para José de Sousa, presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio, comprar a mais só em caso de falta de alimentos — o que não é o caso no momento. Para Marco Quintarelli, consultor de marketing, em vez de reforçar as compras, uma opção do consumidor é migrar para artigos de marca própria ou mesmo substituir os produtos.

— As marcas premium, mais caras e sofisticadas, passaram de 27% de domínio de mercado em 2001 para 35% em 2007.

Agora, o consumidor tende a migrar para marcas mais baratas e a reduzir a quantidade comprada.

Ele é fiel ao seu bolso — acrescentou Fátima Merlin, gerente da Latin Panel.

Consumidor mostra maturidade nas compras Fátima lembra que 80% dos brasileiros estão nas classes C, D e E, com renda mais restrita.

Esse consumidor, disse ela, tem uma cesta de compras variada e frequenta diferentes lojas: — Se o óleo está caro, corta as frituras. Se o pão aumentou, compra biscoitos.

É o que faz a dona de casa Ana Maria Braga, que percorre supermercados para abastecer a casa gastando R\$ 80 por semana.

A renda mensal da família — com marido e dois filhos — não chega a R\$ 900. Além de cortar o iogurte, também está substituindo marcas: trocou o Omo por marcas mais baratas.

— Vou aonde está mais barato.

Vejo as chamadas de TV, os encartes — garante ela, que mora na Zona Norte do Rio, mas na quarta-feira aproveitava as promoções de um supermercado no Catumbi, região central da cidade.

Na avaliação do economista João Gomes, da Fecomércio, em tempos de preços mais elevados, o consumidor mostra maturidade na hora de fazer suas compras — inclusive, com sobras no orçamento das famílias no fim do mês.

— Aumentou a percepção do consumidor de que os preços subiram. E isso é um sinal de que ele sabe quanto paga pelas suas compras. Não tem a ver com memória de hiperinflação — disse Gomes.

Estratégia de supermercados precisa se adaptar à inflação A cada semana que vai ao supermercado, a dona de casa Dina dos Santos diz encontrar preços mais altos. Biscoitos para a filha, agora só na promoção, e o arroz Tio João foi trocado por outro mais barato.

— A carne encareceu muito, e o jeito foi parar de comprar e passar a comer só frango. A reação dos consumidores afeta os supermercados. O Prezunic, por exemplo, registra queda de 10% a 15% nas vendas de arroz, feijão e óleo de soja.

— Os consumidores, não tem jeito, estão reduzindo suas compras — disse Genival de Souza, diretor do Prezunic.

Para Luiz Goes, sócio-sênior da Gouvêa de Souza & MD, ao mudar padrões de consumo, a inflação provoca alterações nas estratégias das empresas.

Como investir mais em marketing para manter a marca na cabeça dos clientes. No caso de empresas que vendem produtos de um mesmo segmento, como vários tipos de iogurte, a tendência é concentrar a produção nos mais baratos: — Quando a população está buscando produtos mais em conta, é uma boa oportunidade para o varejo investir em marcas próprias, que costumam ser (entre 15% e 20%) mais baratas.

‘Temo um desastre e uma inflação incontrolável’ – Deborah Berlinck – Entrevista com Merritt Cluff – 01/06/2008

PARIS. Às vésperas da reunião organizada pela FAO (a agência da ONU para agricultura e alimentação), em Roma, para discutir a crise de alimentos, o canadense Merritt Cluff, principal economista do escritório, diz que os incentivos de países ricos a biocombustíveis podem causar “desastre” e inflação “incontrolável”.

Deborah Berlinck Correspondente

O GLOBO: Que medidas a FAO sugere aos governos para lidar com a crise de alimentos? MERRITT CLUFF: A curto prazo, é preciso mais ajuda humanitária. A médio e longo prazos, é preciso relançar a agricultura na agenda do desenvolvimento. Uma das mais difíceis decisões é o que vamos fazer com os biocombustíveis.

A FAO acha que os biocombustíveis vieram para ficar e têm potenciais benefícios para o mundo em desenvolvimento.

Mas depende de como o setor se desenvolver.

Como assim?

CLUFF: Num mercado distorcido, é preocupante.

Dependendo de quanto o preço do petróleo vai aumentar, os biocombustíveis podem ocupar mais terra.

O Brasil produz etanol de forma distorcida?

CLUFF: Não há no Brasil elementos que gerem distorção, por exemplo tarifas e incentivos fiscais, como nos EUA.

Então, o presidente Lula está certo quando diz que o país está sendo injustamente acusado de contribuir para a crise?

CLUFF: Certamente. Os problemas são as tarifas (à importação de etanol) e os incentivos fiscais em vários países desenvolvidos. Metas de adição de etanol ou biodiesel a combustíveis (derivados de petróleo) também têm parte da culpa, porque criam demanda artificial.

A União Européia deve rever suas regras?

CLUFF: Estamos pedindo às nações para avaliar se esse tipo de política (de incentivo ao biocombustível) é apropriado. De uma forma descoordenada, (tais políticas) podem ser o desastre.

Se todos fixarem a meta de misturar 20% a 50% de etanol (na gasolina), isso vai levar a uma inflação incontrolável provocada por preços de alimentos.

O Brasil, segundo a FAO, vai continuar líder na produção de etanol. Significa menos terra para plantio de alimentos?

CLUFF: O Brasil pode expandir suas plantações.

A questão é como. Haverá desmatamento? Acredita-se que a produção de etanol a partir de cana é a mais eficiente que temos.

Meu medo é que, se o preço do petróleo continuar subindo, os mercados vão se abrir (para o etanol brasileiro). Nesse caso, a expansão no Brasil será maior que a prevista.

Quais as principais razões da crise?

CLUFF: Acreditamos que os biocombustíveis podem ter contribuído com de 20% a 30% (do aumento do preço dos alimentos). Mas o baixo estoque de commodities e os choques em países exportadores-chave foram os dois fatores que deslançaram a crise.

Consea questiona modelo de produção de alimentos e aponta incentivo a agricultura familiar – Sítio Eletrônico da Fetraf – 02/06/2008

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em Roma (Itália) onde participa da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, que começa terça-feira (3) que trata também sobre a alta de preços dos alimentos. Com isso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) elaborou um documento com propostas para uma agenda de intervenção brasileira para enfrentar a crise de alimentos.

As propostas foram elaboradas por uma Comissão Permanente do conselho e onde a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) faz parte representada pelo coordenador geral, Altemir Tortelli. Para o Consea, que cumpre papel consultivo da Presidência da República, o problema não se configura apenas como uma alta passageira de preços, decorrente do desajuste entre a oferta e a procura desses produtos. É, conforme o conselho, uma crise do modelo global de produção e consumo de alimentos.

Estima-se que atualmente haja 950 milhões de pessoas que passam fome no mundo. Apesar de não estar imune a essa situação, o Brasil conta com uma série de políticas públicas que o deixam em situação de menor vulnerabilidade. Para se ter

idéia, 70% dos alimentos que são consumidos no País são provenientes da agricultura familiar. Isso só é possível pela priorização de ações como os Programas Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de Aquisição de Alimentos (PAA). O aumento dos investimentos na Agricultura familiar são propostas apresentadas pela Fetraf através do PAC Mais alimentos como forma de enfrentar essa grave crise. “Nossa proposta prevê a produção de alimentos terá como prioridade as culturas de milho, leite, trigo, arroz, feijão mandioca, tubérculos e o cultivo de hortifrutigrangeiros, destinados prioritariamente para o mercado interno e garantindo a produção e pagando um preço justo para quem produz sem onerar os consumidores”, afirma Tortelli.

A agricultura familiar hoje abrange 20 milhões de pessoas, destaca Tortelli, que podem alimentar o povo brasileiro sem explorar o consumidor. Com estoques reguladores, silos comunitários e descentralizados. A Fetraf defende ainda investimentos na educação rural com a reestruturação da grade curricular, especialmente do ensino médio e superior, nas regiões de predominância agrícola, de tal forma que valorize a atividade rural e prepare os filhos de agricultores familiares a permanecer na atividade agrícola.

Outro fator de fundamental importância é a garantia da Assistência Técnica (ATER) pública, gratuita, exclusiva e permanente para a agricultura familiar, com aplicação de um bilhão de reais por ano até 2010. “É possível se pensar em uma produção agrícola diferente e sustentável. Essa é uma luta de todos tanto do campo quanto da cidade”, diz.

Lula vai a Roma defender etanol em reunião da ONU - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional –02/06/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevou o tom ontem às vésperas do encontro sobre segurança alimentar no mundo, no que se torna um debate entre alimentos e biocombustíveis. O encontro reunirá dezenas de chefes de Estado na Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, de amanhã até quinta-feira.

Para Lula, o vilão não é o etanol, e sim o preço do petróleo, pela alta de preços dos alimentos e pelo retorno da inflação ao centro das preocupações globais. Disse que nenhum país tem autoridade moral ou política para criticar o etanol brasileiro e culpou a especulação com o preço do petróleo nos mercados futuros.

Em entrevista de uma hora concedida sob os afrescos da Galeria Cortona, no palácio da embaixada brasileira na Piazza Navona, o presidente chegou a suar ao desmontar os argumentos que vinculam a alta de preços dos alimentos à crescente produção de biocombustíveis.

Durante a entrevista, o presidente Lula exibiu uma cópia da revista especial sobre etanol que o Valor publicará nesta terça-feira e que será distribuído em inglês durante a conferência da FAO. "Estamos aqui com um material publicado pelo Valor, de extraordinária consistência", disse. Acrescentou que foi melhor do que ter sido feito pelo governo, numa referência à credibilidade do material.

"Não vamos nos curvar diante das críticas que nos fazem, quando por trás há interesses eminentemente econômicos e comerciais", afirmou Lula, sem citar expressamente os produtores de petróleo. "O Brasil hoje não é coadjuvante. Fica mais

visado e as pessoas começam a bater. Nessa guerra comercial não temos de ficar nervosos, temos de entrar nela preparados. O Brasil faz esse debate inclusive quando tem auto-suficiência em petróleo."

Pronto a combater idéias que "o mundo desenvolvido tenta levantar", Lula notou que "estranhamente" os ricos não discutem a incidência do preço do petróleo no transporte de alimentos no mundo e na produção de fertilizantes.

"Vivemos uma especulação no mercado futuro de petróleo, não tem sentido o barril estar a US\$ 140", apontou. "Dizer que é apenas pelo consumo na China não é convincente. O preço do petróleo na bomba de gasolina não chega a US\$ 35 o barril. Tem muita gente ganhando dinheiro no mercado futuro com o preço do petróleo."

Mas admitiu os limites de um debate entre consumidores e produtores na ONU. Ilustrou que, quando a presidente do Chile, Michelle Bachelet, perguntou ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, porque ele não reduzia o preço do petróleo, a resposta foi direta. "Não é problema meu, é problema do mercado", retrucou o socialista Chávez.

Ele acha que a especulação do preço do alimento está controlada no Brasil. As altas de feijão e leite, responsáveis por 0,7 ponto percentual da inflação brasileira, eram dois problemas sazonais, segundo ele. No mercado externo, "não temos controle".

Lula minimizou o impacto de uma medida para proibir plantar cana na Amazônia, que poderia ser um símbolo para contrapor-se às críticas externas. Retrucou que, "mais que proibir, queremos mostrar como fazer corretamente o manejo da floresta, para utilizar uma parte inclusive para a indústria da madeira". Reiterou que não se vai plantar cana na Amazônia e nem precisa utilizar mais terra na Amazônia para produzir soja.

O presidente subiu então a voz: "Ninguém no mundo tem autoridade moral de falar da questão ambiental no Brasil", declarou. "Nenhum país no mundo tem autoridade moral e política para falar de conservação ambiental e de etanol conosco. Até porque a União Européia só tem 0,3% da sua mata original. Quando falar com o Brasil, primeiro olhe no seu lado."

Já o Brasil, argumentou, tem "69% da mata virgem em pé, tem parques de conservação maiores do que muitos países europeus, além das reservas indígenas, e um levantamento vai demarcar o que pode ou não plantar".

"Não posso admitir que países que depenaram suas florestas venham agora dar palpites na nossa Amazônia. Ela é nossa, com a responsabilidade de quem sabe que lá tem 25 milhões de pessoas que precisam trabalhar", sem necessariamente usarem motosserras para poderem sobreviver.

Acrescentou que tem dito a empresários brasileiros que cuidar do meio ambiente é uma vantagem comparativa para o Brasil nas negociações internacionais. "Hoje não se pode esconder mais. Porque as fotos de satélite conseguem saber quase em tempo real as queimadas", avisou.

Também na questão social, o presidente reagiu a denúncias de ONGs sobre o trabalho duro dos cortadores de cana. "Trabalho na cana é duro, mas não é mais duro do que trabalho em mina de carvão, que foi base do desenvolvimento na Europa", retrucou.

Lula disse que o Brasil está "pronto e apto" a acabar a qualquer momento com o cortador de cana. O problema é saber onde vai colocar mais de 1 milhão de trabalhadores. "Uma máquina substitui até 90 trabalhadores na cana. (Mas) se não fizer isso de forma organizada e paulatina, tira o trabalhador do trabalho pesado para uma sarjeta em São Paulo."

Ele anunciou que o governo trabalha com a Unica, representante dos produtores de cana em São Paulo, para fazer um contrato nacional que melhore as condições de trabalho na cana-de-açúcar.

Ele repetiu que cabe ao Brasil demonstrar que é plenamente possível compatibilizar produção de etanol com produção de alimentos e manutenção da floresta, e que nenhum país vai passar dificuldade por causa de etanol.

Contra certas evidências, o presidente insistiu que o Brasil não está isolado na luta pelo etanol. Exemplificou que a Embrapa prepara planos com 17 países africanos e que na América Central só Nicarágua duvida do etanol. Até Cuba, onde Fidel Castro antes atacou o biocombustível, agora estaria pronto a produzir, segundo Lula. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que acabava de chegar de Havana, preferiu não comentar a afirmação presidencial.

O presidente fez menção ao que parece ser seu credo também na área política. "Quando a gente é oposição, acha tudo. Quando chega no governo, não acha nada, só faz o que é possível fazer", disse. "Você nunca vai esperar que um adversário fale bem do outro."

Cesta básica aumenta em 14 capitais – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008

O preço da cesta básica caiu apenas em duas das 16 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mensalmente, segundo dados divulgados ontem na Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Apresentaram queda no preço dos gêneros alimentícios essenciais, em maio, Goiânia (recoo de 1,19%) e Salvador (baixa de 0,35%). Rio de Janeiro (0,31%) e Belo Horizonte (0,98%) tiveram altas moderadas, mas localidades como Recife (14,19%), Natal (8,91%) e Florianópolis (7,61%) registraram fortes elevações.

O maior valor da cesta foi apurado em Porto Alegre (R\$ 236,58), seguido por São Paulo (R\$ 233,92) e Belo Horizonte (R\$ 230,55) - em abril, o maior custo foi da capital mineira. Na outra ponta, Salvador (R\$ 176,05), Aracaju (R\$ 183,40) e João Pessoa (R\$ 187,21) registraram os menores valores.

Em Roma, Contag discute crise dos preços dos alimentos – Sitio Eletrônico da Contag - 04/06/2008

Mais de 4500 delegados(as) de 185 países e chefes de Estado estarão reunidos em Roma, na Itália, até amanhã (5), para tratar do aquecimento global e da produção de agrocombustíveis. Eles participam da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia. Porém, o centro do debate na abertura do evento foi a crise dos preços dos alimentos e o comprometimento do direito à alimentação de grandes parcelas da população do planeta.

O vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da Contag, Alberto Broch, participa dos debates e defende o fortalecimento da agricultura familiar como uma das soluções para o problema. "É preciso colocar a agricultura familiar no centro das discussões. Para isso, é imprescindível promover a reforma agrária e desenvolver políticas públicas para o fortalecimento desse setor", afirma.

Para o dirigente da Confederação, o Brasil só poderá contribuir no combate à crise mundial de alimentos se disponibilizar mais recursos naturais e investimentos para a agricultura familiar. "No Brasil, o custo de produção tem aumentado devido à alta dos combustíveis fósseis e dos insumos agrícolas. Por isso, o agricultor precisa ser incentivado, precisa cobrir os custos de produção, ter uma estabilidade e uma renda compatível para continuar aumentando a produção de alimentos", justifica.

Sobre as acusações de que o etanol reduz a colheita de alimentos, Alberto afirmou que a Contag não é contra a política do governo federal voltada para o combustível. Mas acredita que o governo deva reformular o modelo de produção, de modo a estabelecer limites às empresas transnacionais e garantir emprego aos trabalhadores. *Fonte: Danielle Santos

Verdades fora de moda – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008

ROMA - Parecem razoavelmente mapeados os responsáveis pela disparada de preços da alimentação no mundo todo, inclusive no Brasil. Alta do petróleo (e, como consequência, aumentos nos fretes e no preço de fertilizantes e outros derivados); especulação nos mercados futuros; a debilidade do dólar norte-americano; a redução dos estoques mundiais; e (a parte positiva) o aumento do consumo em gigantes como China e Índia, para não falar do Brasil.

Como ninguém, salvo um ou outro tarado, pode ser contra o aumento do consumo, aos governantes restaria, em tese, enfrentar as demais causas. Não podem ou não querem. Ou as duas coisas ao mesmo tempo, como se vê com clareza na Cúpula sobre Segurança Alimentar, inaugurada ontem. Quem manda no petróleo, na especulação e até no câmbio são os mercados. Ponto. A ActionAid, ativa organização não-governamental, calcula que a especulação nos mercados futuros movimentou US\$ 1 bilhão por dia em fevereiro e março, o que criou "um divórcio" entre o que de fato é produzido na terra e o que vale a produção nos mercados futuros.

A ONG aponta o dedo também para empresas do setor agrícola que não fazem parte dos mercados financeiros. "A gigante de processamento de alimentos Archer Daniel Midland informou um aumento de quase 700% nos lucros de sua divisão de serviços agrícolas no primeiro trimestre de 2008", diz nota da ActionAid.

Conclui: "Está claro que as corporações transnacionais estão obtendo lucros recordes com alimentos enquanto as pessoas pobres pelo mundo afora não conseguem comer. É uma ilustração particularmente grotesca de como a economia mundial está organizada para o benefício dos ricos". Muita gente vai dizer que é demagogia, que é uma retórica démodé. Mas é mentira?

FAO pede US\$ 30 bi por ano contra as guerras por comida – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2008

Jacques Diouf, diretor-geral da FAO, o braço das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, cobrou ontem dos líderes mundiais US\$ 30 bilhões por ano para recuperar o setor agrícola e "evitar futuras ameaças de conflitos causados pela comida". No discurso com que inaugurou a Cúpula sobre Segurança Alimentar, que vem sendo chamada de "cúpula da fome", Diouf lembrou que, em 2006, o mundo gastou US\$ 1,2 trilhão em armamentos, "enquanto o desperdício de comida em um só país poderia custar US\$ 100 bilhões, e o excesso de consumo pelos obesos chegaria a US\$ 20 bilhões".

Emendou: "Contra esse pano de fundo, como podemos explicar às pessoas de bom senso e boa-fé que não é possível dispor de US\$ 30 bilhões ao ano para permitir que 862 milhões de pessoas famintas possam gozar do mais fundamental dos direitos humanos, o direito à comida e, assim, o direito à vida?".

É razoável supor que os líderes mundiais, especialmente dos países ricos, atendam ao apelo da FAO, ao menos parcialmente. Mesmo que o façam, só se poderá beneficiar uma fatia dos afetados pela "agflação", a disparada de preços dos alimentos.

É verdade que serão atendidos os mais pobres e, portanto, os mais necessitados. Mas os não tão pobres, também castigados pela "agflação", não têm padrinhos para defendê-los, até porque os governantes se recusam a mexer com o jogo do mercado, que determina a alta de preços. Recusam-se, em especial, a tratar da especulação com alimentos por fundos financeiros.

Só algumas ONGs, como a ActionAid, disparam o alarme: "Fluxos de investimento especulativo sem precedentes nos mercados futuros de commodities, que, de acordo com especialistas, alcançaram nada menos que US\$ 1 bilhão por dia em fevereiro e março, tornaram os preços mais voláteis e os divorciaram do que é de fato produzido na terra", disse Magdalena Kropiwnicka.

Após alta de alimento, Patrus quer aumento no Bolsa Família – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2008

No caso do Brasil, a disparada de preços da alimentação já corroeu o Bolsa Família, o programa do governo Luiz Inácio Lula da Silva que é, ao mesmo tempo, instrumento importante para reduzir a pobreza e um dos mais destacados ativos eleitorais do presidente. Por isso mesmo, o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) anunciou ontem em Roma que pretende levar a Lula ainda nesta semana uma proposta de reajuste do Bolsa Família, que perdeu 6% do seu poder de compra desde a mais recente correção, em julho de 2006.

"É preciso garantir que o programa mantenha o poder de compra e seja um instrumento eficaz para garantir o direito à alimentação para as pessoas pobres e garantir também o atendimento das condicionalidades [educação, saúde etc]. As crianças, para ir para a escola, têm que estar bem alimentadas e até para ir ao posto de saúde têm que ter condições mínimas de vida", afirmou o ministro à porta da embaixada brasileira em Roma. Patrus lembrou que, quando do reajuste de dois anos atrás, "o INPC geral (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) estava muito à frente do INPC dos alimentos. Hoje, a situação mudou".

Mudou em todo o mundo, a ponto de uma cesta de 55 commodities alimentícias elaborada pela FAO ter subido 24% em 2007 sobre 2006 e disparado no primeiro trimestre deste ano: aumentou 53% na comparação com idêntico período do ano passado. **(CR)**

ONU, FMI e Papa contra a fome – O Globo – Economia – 04/06/2008

Secretário-geral da FAO cobra fim de barreiras a exportações na cúpula sobre segurança alimentar

ROMA

Os principais líderes mundiais e organismos multilaterais, como a ONU e o FMI, — e até mesmo o Papa, representado pelo cardeal Tarcisio Bertone — se reuniram ontem em Roma com o propósito de erradicar a fome no mundo, num esforço coordenado. Em seu discurso na abertura da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre segurança alimentar, mudanças climáticas e bioenergia, em Roma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, lembrou que 800 milhões de pessoas dormem com fome. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, criticou as barreiras comerciais e as políticas assistencialistas, que segundo ele, pressionam os preços dos alimentos. Já o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, disse que a crise de alimentos implicará em um prejuízo de US\$ 30 bilhões por ano. Em mensagem lida na cúpula, o Papa Bento XVI destacou que a fome é inaceitável em um mundo com condições materiais de produzir alimentos para todos. Até o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, presente à reunião, classificou a alta de preços dos alimentos como um grave problema humanitário e afirmou que a ajuda alimentar é “imperativo moral e econômico”.

— Nada mais degradante do que a fome, especialmente quando produzida pelo próprio homem — disse o secretário-geral da ONU, acrescentando que o mundo precisará elevar a produção de alimentos em 50% até 2030 para fazer frente à crescente demanda global.

Ban Ki-moon criticou as rígidas políticas comerciais de vários países que, preocupados com desabastecimento ou aumento de preços no mercado interno, estão impondo cotas às exportações de alimentos.

O presidente Lula, por sua vez, ressaltou a gravidade do problema: — Quero lembrar aos senhores que, todas as noites, mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo vão dormir com fome, o que é uma indignidade e um insulto à Humanidade.

Estamos diante de um problema grave e delicado e, para enfrentá-lo, temos de compreender suas causas.

Líderes cobram ação urgente

Diouf cobrou as promessas feitas por líderes mundiais no passado e que nunca foram cumpridas. O diretor da FAO lembrou, por exemplo, que em 1996, 112 chefes de Estado e de governo prometeram reduzir pela metade a fome em 2015. Mas em 2002 a FAO teve que convocá-los novamente para mostrar que os recursos para financiar programas agrícolas estavam diminuindo, em vez de aumentar.

No ritmo atual, os objetivos de reduzir a fome só vão ser atingidos em 2050, em vez de 2015: — Isso é a crônica de uma catástrofe anunciada — disse Diouf.

O cardeal Tarcisio Bertone, secretário de Estado do Vaticano, leu uma mensagem do Papa, na qual Bento XVI afirma que “o grande desafio hoje é globalizar não só os interesses econômicos e comerciais, mas também as expectativas de solidariedade, respeito e valorização de cada componente humano”. E acrescentou: “A fome e a desnutrição são inaceitáveis em um mundo que, na realidade, dispõe de níveis de produção de recursos e de conhecimentos suficientes para colocar um fim nesses dramas e suas conseqüências.” O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, destacou que medidas para acabar com a crise de alimentos são urgentes.

— O mundo não pode se dar ao luxo de falhar — disse o premier britânico.

Ban Ki-moon, da ONU, seguiu a mesma linha: — Temos a oportunidade de dar novo rumo à política alimentar. Os governos já começaram a preparar uma resposta para essa situação — disse o secretário-geral da ONU. — As ameaças são evidentes para todos.

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, também pediu rapidez na resposta ao problema da crise mundial de alimentos: — Devemos e podemos nutrir o planeta, mas não o fazemos. Em vez disso, a cada 30 segundos uma criança morre de fome. Em vez disso, 850 milhões de pessoas passam fome.

ONU e Banco Mundial defendem explicitamente o etanol brasileiro – O Globo – Economia – 04/06/2008

Para FAO, das Nações Unidas, biocombustível do país é mais competitivo ROMA e WASHINGTON.

Pela primeira vez, uma agência da ONU e o Banco Mundial, que têm culpado indistintamente os biocombustíveis pela atual crise dos alimentos, farão uma defesa explícita do etanol brasileiro.

Um documento preparado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), para embasar as discussões da reunião de chefes de Estado iniciada ontem em Roma, diz que, entre os biocombustíveis líquidos, apenas o álcool brasileiro é competitivo. Já o presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, defenderá na cúpula a abertura dos mercados internacionais ao etanol de cana — caso do produto brasileiro —, para ajudar a conter a alta dos preços dos grãos.

A maior parte das críticas aos biocombustíveis costumava ser generalizada, como se a produção do etanol no Brasil tivesse o mesmo impacto sobre o preço dos alimentos que o etanol de milho produzido nos EUA, por exemplo.

No documento da FAO, intitulado “Bioenergia, segurança alimentar e sustentabilidade: em busca de um acordo internacional”, a organização afirma que “o aumento do preço do petróleo e do gás tem tornado a bioenergia mais competitiva”. No entanto, continua o texto, “de todos os biocombustíveis líquidos, só o etanol brasileiro à base de cana-de-açúcar tem sido consistentemente competitivo nos últimos anos, sem necessidade de subsídios contínuos.” Para Graziano, tema é de difícil consenso. No relatório, ao qual o site da BBC Brasil teve acesso, a FAO observa que subsídios e isenções fiscais aos biocombustíveis “introduziram distorções de mercado que favoreceram a produção doméstica e, frequentemente, tecnologias ineficientes”.

A organização considera ainda que os biocombustíveis “são um fator significativo” no recente aumento do preço de commodities, pois o aumento da demanda por bioenergia tem levado a uma competição por terras.

Com base no documento, a FAO pretende, ao fim da reunião, chegar a um consenso sobre os biocombustíveis. Hoje, os especialistas estão divididos em três posições, segundo a agência: manter a produção como está, aplicar uma moratória ou construir um consenso intergovernamental.

Algo que será difícil na opinião do representante da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano da Silva.

“Esse é um dos temas mais controversos (da conferência), e eu não arriscaria qualquer prognóstico. Essas conferências emitem comunicados de consenso.

E comunicados de consenso, em geral, não descem ao nível de detalhes e, sobretudo, evitam julgar ações que prejudiquem um ou outro país em particular”, disse Graziano, por telefone, à BBC Brasil.

No discurso preparado para a cúpula de Roma, Zoellick, do Bird, afirmará que “a produção de comida tem que dobrar nos próximos 30 anos” e “isso significa (...) abrir mercados para combustíveis à base de açúcar, que não competem diretamente com a comida, incluindo da África.” EUA fazem defesa de etanol americano. Ele pregou também a redução de subsídios e tarifas para os biocombustíveis a partir do milho e de sementes oleaginosas, especialmente enquanto os preços desses produtos continuarem subindo no mercado internacional.

O secretário de Agricultura dos EUA, Ed Schafer, aproveitou a cúpula para defender o etanol americano, afirmando que “os EUA estão firmemente comprometidos com a produção sustentável dos biocombustíveis”.

Os produtores de biocombustíveis de EUA, Canadá e Europa endossaram a defesa. Em carta ao diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, eles pediram que se evitem condenações apressadas.

Hipocrisia - O Globo – Opinião – Editorial – 05/06/2008

Qualquer observador medianamente atento das idas e vindas nas negociações diplomáticas travadas nos últimos oito anos na Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), não pode deixar de encarar com ironia declarações pungidas de mandatários do Primeiro Mundo sobre a fome. Feitas em Roma, na Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), algumas dessas declarações se aproximam da fronteira da hipocrisia.

— Devemos e podemos nutrir o planeta, mas não o fazemos. Em vez disso, a cada 30 segundos uma criança morre de fome. Em vez disso, 850 milhões de pessoas passam fome — Autor: Nicolas Sarkozy, presidente da França, país europeu dos que mais resistem, na Rodada de Doha, à redução do protecionismo agrícola do Primeiro Mundo.

Com isso, a produção de alimentos em países pobres não evolui, a renda não sobe e a fome deixa de ser combatida da melhor forma: pela ascensão social das populações, pois está provado que os programas assistencialistas de entidades multilaterais não conseguem resolver o problema da miséria — como todo programa assistencialista.

O encontro da FAO na Itália coincide com a disparada nos preços de alimentos, insumos e matérias-primas. A causa básica para esse movimento é a entrada de centenas de milhões de asiáticos no mercado de consumo, no vácuo do crescimento chinês e indiano.

Não deve, também, ser menosprezado o efeito do novo choque do petróleo — parte dele certamente derivado de especulação financeira, com efeitos daninhos nos fertilizantes e outros insumos vitais para a agricultura.

A conferência em Roma serviu para o presidente Lula tentar desfazer a confusão — intencional ou não — feita entre o álcool derivado da cana-de-açúcar brasileiro e o carburante obtido do milho. Este, ao contrário da cana, é produto vital na cadeia alimentar, principalmente nos Estados Unidos.

Querer justificar a alta de preços de alimentos — ou o desmatamento da Amazônia — pelo avanço da cana na agricultura brasileira é desinformação, má-fé ou ambos.

Se há algum conflito de culturas, ela existe nos Estados Unidos e na Europa.

O protecionismo agrícola americano, europeu e japonês é resistente, mesmo quando fica claro que há uma relação entre a proteção de mercados e a fome. Uma demonstração dessa resistência é a recente aprovação do novo Farm Bill americano no Congresso: mais US\$ 307 bilhões em subsídio para o setor, durante cinco anos.

Gestores dos convênios estaduais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se encontram em Brasília – Sítio Eletrônico do MDS – 04/06/2008

Coordenadores e representantes dos convênios do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e seis Estados da Federação estão participando, em Brasília (DF), do III Encontro de Planejamento e Acompanhamento dos Convênios do PAA, organizado pelo Ministério.

Na manhã desta quarta-feira (04/06), gestores do Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Tocantins, Paraná e Santa Catarina começaram a apresentar seus projetos, discutir o modelo ideal de fluxo para operacionalização do Programa e tirar suas dúvidas. Pelo MDS, participam da reunião o diretor César Medeiros e o coordenador Ronaldo Ribeiro, ambos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Até o final do encontro, na quinta-feira (05), serão discutidos procedimentos e propostas de acompanhamento dos convênios e das ações dos Territórios da Cidadania, dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

(Consads), do Programa de Inclusão Produtiva de Mulheres e da aquisição de produtos agroextrativistas de povos e comunidades tradicionais.

Convênios PAA - Desde 2003, o MDS já disponibilizou mais de R\$ 90 milhões em convênios firmados para a operacionalização do Programa nos seis Estados. O PAA é uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - e composto ainda pelos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda e da Educação - é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00, ao ano, por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo PAA são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. *Adriana Scorza

SERVIÇO

III Encontro de Planejamento/Acompanhamento dos Convênios do PAA –
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 4 e 5 de junho de 2008 (quarta e quinta-feira)

Local: Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – SIA Quadra 06 Bloco "C" Lote 75 – Brasília (DF)

Alimentação: América Latina e os 13 vilões - Humberto Márquez – Agência Carta Maior – 05/06/2008

Um estudo do Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (Sela) identificou 13 razões, estruturais e conjunturais e que estão relacionadas tanto com a oferta quanto com a demanda de alimentos. A primeira é o aumento do investimento financeiro em commodities. Outro fator está relacionado às políticas protecionistas.

CARACAS – Os vilões da história do encarecimento dos alimentos são 13 e passam por razões estruturais e conjunturais, associadas à oferta e à demanda, segundo o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe. Para enfrentá-los, a cooperação regional é imprescindível. “É preciso atuar em diferentes frentes, a partir de uma coordenação política que defenda os interesses regionais”, disse à IPS o secretário permanente do Sela, o mexicano José Rivera, às portas de uma reunião regional que diagnosticou o problema. A reunião buscou subsídios para adotar uma posição concertada da América Latina e Caribe enquanto acontece em Roma a Conferência de alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial. “As reuniões se

multiplicam porque existe a conscientização de que a crise alimentar afeta com mais força os que têm uma vida mais precária”, disse à IPS o francês Gerard Gómez, chefe do escritório para a região da Organização das Nações Unidas. Dez milhões de pessoas na região poderão somar-se aos 80 milhões que já não podem procurar os alimentos mínimos que necessitam, disse Gómez lembrando um estudo da Comissão Europeia para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Por que os preços sobem? Um estudo do Sela identificou 13 razões, estruturais e conjunturais e que estão relacionadas tanto com a oferta quanto com a demanda de alimentos. A primeira é o aumento do investimento financeiro em commodities (matérias-primas). Nos últimos três anos, enquanto o investimento em ouro e metais se manteve estável, em outras commodities cresceu sete vezes. Analistas do Banco Internacional de Pagamentos da Basileia, na Suíça, estimam que 30% da incidência nos preços dos alimentos por parte da especulação financeira, a partir dos US\$ 7 trilhões investidos em “outras commodities” entre 2004 e 2007, frente a menos de um trilhão nos quatro anos anteriores.

Esta causa esta causa está associada com a segunda, que a debilidade do dólar e as baixas taxas internacionais de juros, que leva os agentes financeiros em busca de refúgio na aquisição de matérias-primas impulsionando seus preços. A terceira é o aumento dos preços do petróleo, que não é apenas um insumo para a produção e o transporte, pois também gera aumento no consumo em países que produzem hidrocarbonos, lembrou Rivera. Quando o petróleo estava na casa dos US\$ 30 o barril, em 2000, uma tonelada de leite em pó era comprada por US\$ 1.500. Agora que o petróleo passa dos US\$ 130 o barril, a tonelada do leite em pó é cotada acima dos US\$ 4.500.

As restrições à exportação de alimentos são outra razão, países da Ásia, com o Equador na América Latina, restringiram as exportações de arroz, enquanto outros, como a Argentina, impuseram restrições e cobram tributos sobre as vendas externas de carnes e grãos. O quinto motivo conjuntural é a redução dos estoques, em particular de cereais, que desde 1995 diminuem à razão de 3,4% ao ano. Historicamente, as existências de cereais eram 30% da produção global, e agora estão em torno de 20%.

Entre as causas estruturais está o aumento da demanda na Ásia. Por exemplo, o consumo de milho no sul, leste e sudeste dessa região, somados, ficou em 200 milhões de toneladas no período 2003-2004, e em 227 milhões de toneladas em 2007-2008. Também cresce a demanda por alimentos para uso animal, sobretudo milho. Os Estados Unidos destinaram para esse fim 47% das 332 milhões de toneladas que produziu no ano passado.

Agrocombustível no banco dos réus - Outro vilão é o aumento da demanda para biocombustíveis. O dedo do Sela aponta o milho para produzir etanol nos Estados Unidos e a colza para o biodiesel na Europa. “Dos 48 milhões de toneladas de aumento do total do consumo doméstico de milho em 2007, quase 30 milhões foram destinados exclusivamente à produção de etanol”. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), por princípio, rechaça o uso dos alimentos para a produção de combustível”, recordou à IPS seu representante na Venezuela, o salvadoreño Francisco Arias. “Devemos desenvolver pesquisas para

produzir biocombustíveis que não derivem de alimentos”, disse à IPS o delegado do México e embaixador na Venezuela, Mario Chacón. “Em nosso país temos uma planta chamada higuierilla (*Jatropha curcas*, também conhecida como pinhão) que é oleaginosa, e pode-se usar palha e resíduos vegetais em lugar de produtos alimentícios”, acrescentou. Outro fator estrutural com peso sobre os preços dos combustíveis é a mudança climática, que levou fortes secas a países que são grandes produtores de alimentos, como Austrália, Estados Unidos e Ucrânia. Na América Latina, as tempestades tropicais Noel e Olga e o furacão Félix afetaram a produção de alimentos em Cuba, Haiti, Nicarágua e República Dominicana. As inundações castigaram zonas produtoras na Bolívia e no Equador. Por outro lado, houve incidência dos maiores custos na produção (fertilizantes, sementes, inseticidas e maquinário), no transporte e na logística (armazenamento e distribuição) dos alimentos, associados aos altos preços do petróleo.

Um fator de escassa incidência na América Latina ainda são as limitações da terra e da água existentes para uso agrícola, e que em outras regiões do mundo competem com demandas para outros usos, principalmente urbanos. Também há limitações para o uso de novas tecnologias, produto em países como os latino-americanos de um baixo investimento e desenvolvimento. Rivera recordou a respeito que “a melhor maneira de reduzir os preços dos alimentos será através de aumentos na produtividade, mais do que a superfície semeada”. Finalmente, as políticas protecionistas nos países industrializados do Norte “distorceram por mais de cinco décadas o mercado mundial agrícola”, disse o Sela. Por exemplo, o Haiti produzia há 30 anos quase todo arroz que consumia, mas teve de reduzir tarifas alfandegárias para obter empréstimos multilaterais nos anos 80. O resultado foi uma maciça importação de arroz dos Estados Unidos, que por ser subsidiado podia ter seu valor reduzido, e os produtores deixaram de trabalhar a terra, perderam seus trabalhos e foram para as cidades. Rivera disse que as políticas de países do Norte, tais como apoio doméstico, subsídios às exportações e restrições para o acesso a mercados “impedem o investimento e a expansão da produção e o comércio em países produtores eficientes”.

As delegações presentes à reunião do Sela, que reúne 26 países latino-americanos e caribenhos, concordaram que a região deve responder à crise de preços dos alimentos com um programa regional de segurança alimentar. Os governos interessados poderiam reativar um Comitê de Ação sobre segurança alimentar, uma figura em voga nos primeiros tempos do Sela (anos 70 e 80) para examinar tarefas práticas conjuntas ou coordenadas. “Disse a eles que a Colômbia com apenas quatro milhões de hectares destinados a produzir alimentos, e a Venezuela com apenas dois milhões, poderiam acertar um plano para ativar outros três milhões de hectares nas bacias dos rios compartilhados Orenoco e Meta”, disse à IPS o embaixador de Bogotá em Caracas, Fernando Marín.

A reunião indicou que é necessário um fundo econômico especial para ajudar países da região em contingências alimentares, tomando por base a disposição da Alternativa Bolivariana das Américas formada por Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela, para criar-se um fundo com US\$ 100 milhões destinados a esse fim. Por último, os representantes da região pedira ao Sela que depois da atual Conferência de Roma convoque uma reunião para analisar seus resultados e avançar na estratégia latino-americana e caribenha sobre segurança alimentar.

ROMA. A declaração política que será divulgada hoje pelos governos reunidos na Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) sobre segurança alimentar, mudanças climáticas e bioenergia, em Roma, contendo as promessas para combater a crise mundial dos alimentos, estava ontem à noite emperrada num ponto: comércio agrícola.

Europeus e americanos se recusam a aceitar uma linguagem no texto que vincule a crise aos pesados subsídios e barreiras agrícolas nas nações ricas. Isto é: qualquer referência ao fato de que os subsídios desestimulam a produção e afetam a segurança alimentar, como insistem o Brasil e outros países.

Anteontem, num discurso para uma platéia de 40 chefes de Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou os subsídios agrícolas e a especulação dos preços do petróleo como as causas principais do problema.

E passou quase 30 minutos de seu discurso desmontando o argumento dos que dizem que o biocombustível, por estar competindo com o plantio de alimentos, também é parte do problema.

A disputa pela linguagem da declaração é, na realidade, uma briga de interpretação das causas da crise.

Negociadores brasileiros e de outros países ainda lutavam ontem à noite para incluir uma frase em que os governos se comprometem a concluir este ano a Rodada de Doha — como são conhecidas as negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC) para abertura do comércio mundial.

Europa e EUA não aceitam sequer assumir que os subsídios agrícolas estão “afetando” a oferta de alimentos no mercado internacional.

Brasil impede que etanol seja apontado como vilão

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse, por sua vez, que é fundamental que se encontre um consenso sobre a produção de biocombustíveis e que ainda são necessários estudos sobre a relação entre esses produtos e a crise dos alimentos. Já o Pontifício Conselho de Justiça e Paz, dirigido pelo cardeal Renato Raffaele Martino, criticou os subsídios concedidos para a produção de biocombustíveis.

A diretora-executiva do Programa Mundial de Alimentos (PAM) da ONU, Josette Sheeran, disse que os biocombustíveis são um dos fatores da crise. Mas ela diferenciou o etanol de cana-de-açúcar do Brasil dos demais.

— Cana é muito diferente de Petrobras cria fundo para pequenas empresas Em parceria com BNDES e BB, instrumento visa a capacitar indústria no setor de petróleo Gregorio Borgia/AP KI-MOON (à direita) e Jacques Diouf, da ONU: US\$ 1,2 bi de ajuda milho — disse ela.

A declaração de hoje vai conter um parágrafo sobre biocombustíveis, mas o Brasil conseguiu evitar que eles fossem apontados como um dos responsáveis pela crise, como queriam vários países do Oriente Médio.

— Trabalhamos para que não haja um texto negativo em relação aos biocombustíveis — disse o embaixador do Brasil na FAO, José Antonio Marcondes de Carvalho. Josette Sheeran anunciou ainda que o PAM vai destinar mais US\$ 1,2 bilhão para combater a fome em 82 países. Ban Ki-moon, por sua vez, disse que serão necessários até US\$ 20 bilhões por ano para estimular a produção de alimentos e atacar a fome. (*) Enviada especial, com agências internacionais

Aumento do petróleo e dos alimentos no mundo reflete ação de especuladores no mercado futuro, afirma presidente - Brasileiro participa amanhã de cúpula da FAO sobre segurança alimentar, em que defenderá o uso de combustíveis alternativos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizou ontem a especulação pelos dois tormentos que mais afetam no momento a economia mundial, os altos preços do petróleo e dos alimentos.

"Não tem nenhum sentido o petróleo estar a US\$ 140 ou US\$ 145 o barril", disparou o presidente, em entrevista coletiva aos jornalistas brasileiros que acompanham sua viagem à Itália.

Lula chegou até a quantificar o tamanho da especulação com petróleo, ao afirmar "ter consciência de que o preço do petróleo na bomba de gasolina não chega a US\$ 35". "Então tem gente ganhando muito dinheiro no mercado futuro com o preço do petróleo e é preciso que façamos uma discussão mais geral e mundial sobre isso", disse.

No capítulo alimentos, o presidente dividiu o problema da alta de preços em duas partes, a interna e a externa. Na primeira, culpou leite e feijão por 0,7 ponto percentual da inflação no Brasil, mas afirmou que são problemas sazonais, causados por crises no município baiano de Irecê, grande produtor de feijão, e no Paraná, que deixou de produzir 29% do feijão que produzia. "Nessa área de produtos que não fazem parte do mercado internacional, nós iremos resolver com o aumento da produtividade interna", afirmou. Mas aceitou que há especulação "no mercado futuro de alguns produtos que são commodities e sobre os quais nós não temos controle".

A chamada "agflação", a inflação dos bens agrícolas ou derivados da agricultura, acabou sendo o tema mais importante da cúpula sobre segurança alimentar e mudanças climáticas que a FAO (agência da ONU para alimentação e agricultura) convocou entre amanhã e quinta na sua sede romana.

Lula vai aproveitar a cúpula, na qual fala amanhã, para defender o que admitiu ser sua obsessão, o programa brasileiro de etanol e, mais abrangentemente, os combustíveis alternativos. "Nós, brasileiros, estamos convencidos de que o mundo pode relutar, mas vai ter que assumir a responsabilidade de usar outros combustíveis", disse ontem, antecipando a linha central do discurso que fará amanhã.

Mas Lula terá que defender o etanol de duas linhas de críticas. Primeiro, a questão do preço dos alimentos. "A experiência brasileira mostra ao mundo que nós aumentamos a área de produção de alimentos e a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que aumentamos a produção de biocombustíveis."

Mas ele admite também que "não é correto você produzir o biocombustível a partir de alguma oleaginosa que possa ser a base de alimentação humana ou animal". Chegou a citar o etanol derivado do trigo como "criminoso", palavra forte que, no

entanto, evitou para caracterizar o etanol derivado do milho, produzido nos Estados Unidos.

Ao defender o etanol, Lula saiu ao ataque ao petróleo e, de passagem, a outra fenômeno especulativo que afeta a economia global (a crise das hipotecas "subprime"). "Estranhamente, as pessoas não discutem o preço do petróleo. Não se ouve nos debates a incidência do custo do petróleo no transporte de alimentos no mundo inteiro e na produção de fertilizantes, que, em grande parte, necessita de derivados de petróleo. Esse debate não é feito pelo chamado mundo desenvolvido", lamentou.

Citou até o fato de que, na recente Cúpula União Européia/ América Latina e Caribe, realizada em Lima, "das seis pessoas da União Européia que falaram, ninguém falou em petróleo, como se não existissem nem o petróleo nem a crise imobiliária americana". "São dois problemas que podem afetar os países pobres, mas isso não está no discurso dos países ricos", reclamou o presidente. Lula reclamou ainda da incerteza sobre o tamanho da crise do "subprime" e do fato de o crédito mundial "estar escasso".

Resposta à alta dos alimentos - Luis Alberto Moreno – Valor Econômico – Opinião – 05/06/2008

À medida que as famílias da América Latina e do Caribe vêm a maior parte de sua renda desaparecer com a compra de alimentos, a região corre o risco de perder rapidamente grande parte do terreno ganho na luta contra a pobreza nos últimos anos.

O orçamento doméstico para a alimentação tem sido gravemente afetado pelo encarecimento dos alimentos básicos, como o arroz, que teve seu custo duplicado entre janeiro de 2006 e março de 2008, e o trigo, que aumentou 163%.

Se não se tomam medidas para mitigar o impacto desses aumentos, cerca de 26 milhões de pessoas na América Latina e Caribe poderiam voltar a uma situação de extrema pobreza, segundo estimativas do Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID). A situação dos 71 milhões de latino-americanos que hoje vivem abaixo da linha da pobreza seria ainda mais difícil.

Os governos da região apressam-se em anunciar programas de resposta à crise dos alimentos. Diante de um panorama que provoca tanta ansiedade, qualquer medida é bem recebida. Mas a dura realidade é que muitas das receitas mais populares para combater a inflação dos alimentos podem deixar um sabor amargo.

Alguns países produtores de cereais, por exemplo, proibiram as exportações ou aumentaram os impostos de exportação com o objetivo de garantir o abastecimento nacional. Outros governos estão impondo controles nos preços e tentam eliminar atividades de especulação. Alguns países estão gastando bilhões em subsídios diretos aos alimentos e a outros serviços essenciais, como água e eletricidade.

É muito provável que, com o tempo, esses tipos de medidas tenham um efeito oposto ao desejado. O controle de preços e as taxas excessivas à exportação prejudicam os agricultores e retiram incentivos da produção no momento em que mais se precisa produzir. Os subsídios diretos à alimentação costumam beneficiar os

consumidores de classe média e alta. E a intervenção dos governos nas cadeias produtivas ou na distribuição tende a diminuir a eficiência e a fomentar a corrupção.

A boa notícia é que os governos da América Latina têm a oportunidade de liderar uma resposta inovadora para a crise dos alimentos - uma resposta com benefícios de curto e longo prazo.

Nos últimos 15 anos, a América Latina converteu-se no líder do desenvolvimento de programas de subsídios condicionados. Esses programas oferecem pagamentos periódicos a famílias de baixa renda sempre quando os pais asseguram que seus filhos freqüentem a escola e recebam atenção médica.

Os subsídios diretos à alimentação costumam beneficiar os consumidores de classe média e alta, além de prejudicar a produção

Seguindo o exemplo de programas pioneiros, como o Oportunidades, no México, e o Bolsa-Escola no Brasil (que foi aprimorado e ganhou escala nacional como Bolsa-Família), nos últimos anos mais de 10 países da região adotaram programas de subsídios condicionados como componentes centrais de suas estratégias para reduzir a pobreza.

Pesquisas demonstram que esses programas aumentam a freqüência escolar, melhoram a nutrição e previnem doenças, a custos baixos para os contribuintes. Hoje esse modelo de assistência é objeto de análise e réplica em todo o mundo. Recentemente o prefeito de Nova Iorque, Michael Bloomberg, lançou um programa de subsídios condicionados denominado "Opportunity NYC".

Aproveitando esses bons resultados, os governos hoje podem utilizar seus programas de subsídios condicionados para incrementar a contribuição às famílias mais afetadas pela inflação dos alimentos. Essa opção tem várias vantagens. Os subsídios condicionados melhoram diretamente o poder aquisitivo dos pobres, ao invés de beneficiar consumidores com mais recursos. Ao tornar possível que as pessoas adquiram mais alimentos, esses programas estimularão, por sua vez, uma maior produção agrícola, em lugar de penalizar os produtores.

Estudos empíricos demonstraram que o resultado mais imediato dos subsídios condicionados é um aumento do investimento das famílias em alimentos e dietas mais variadas. Crianças, principalmente as de menor idade, recebem alimentação mais equilibrada, o que melhora suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento a longo prazo. A situação da família melhora a tal ponto que excede os parâmetros pré-definidos de renda e bem-estar social e se "gradua" no programa. Dessa maneira, os subsídios condicionados asseguram que a ajuda chegue àqueles que dela realmente necessitam.

Costa Rica, El Salvador e México já deram passos para facilitar a assistência alimentar por meio de seus programas de subsídios condicionados e outros países estudam alternativas similares. Os programas de transferências de recursos não necessariamente são viáveis em países extremamente pobres como o Haiti, porque consumiriam partes demasiado grandes de seus orçamentos. Os países mais pobres da América Latina e de outras partes do mundo vão continuar precisando de ajuda direta de governos doadores. E esses doadores poderiam liderar com exemplos.

Em lugar de saturar de subsídios seus setores agrícolas, uma prática que distorce ainda mais o mercado de alimentos internacional, poderiam optar por oferecer apoio financeiro para ajudar os mais necessitados e estimular a produção local. **Luis Alberto Moreno é presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).**

Roma frustra "revolução" de Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2008

Para quem, como o presidente Lula, vê nos biocombustíveis o elemento-chave para uma "revolução" não só na matriz energética mundial mas também no desenvolvimento dos países mais pobres (África, Caribe e América Central), a cúpula de Roma só pode ser uma tremenda frustração.

O encontro não produziu nada que ajudasse a empurrar seu projeto. Não condenou o etanol, é verdade, mas só mesmo desinformação e/ou má-fé poderiam estimular especulações nesse sentido. Com os EUA, a maior potência do planeta, e o Brasil, um dos grandes emergentes, produzindo 80% do etanol mundial, não passa pela cabeça de ninguém sério que o biocombustível possa ser condenado num foro global.

Até o foi, mas na cúpula paralela, das Organizações Não-Governamentais, cada vez menos ouvidas nas discussões globais. A anódina declaração de Roma não impedirá o Brasil de produzir etanol, mas embaça o projeto de transformá-lo em "instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética", como disse Lula no seu apaixonado discurso em Roma.

Disse ainda que "cerca de cem países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável". Para que transformem essa vocação em fatos, precisariam de uma combinação de tecnologia e recursos financeiros. Tecnologia, o Brasil tem e é considerada a melhor do mundo. Já recursos financeiros dependem dos países ricos. E é óbvio que eles não porão dinheiro em um instrumento que não consegue um selo internacional de qualidade definitivo, seja por contrariar os interesses de quem tem "os dedos sujos de óleo e carvão", como acusou Lula, seja por outros interesses comerciais.

A batalha de Lula vai agora ao Japão. Na reunião de Hokkaido, em julho, o G8 (oito países mais industrializados) e grandes emergentes como o Brasil discutirão de novo os temas que, em Roma, não conseguiram sair do estágio de "papers" preparatórios. A comunidade internacional no seu conjunto, representada na FAO, ficou paralisada. Resta ver se o "diretório do mundo", como chegou a ser chamado o G8, consegue decidir. **(CR)**

Fundos agora investem também na produção de comida – Diana Henriques – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2008

Grandes fundos de investimento vêm despejando centenas de bilhões de dólares nos mercados financeiros florescentes para adquirir participação em commodities como o trigo, o milho e a soja. Mas alguns poucos investidores privados estão começando a produzir apostas mais ousadas, e de prazo mais longo, na ampliação considerável da demanda mundial por alimentos. Eles estão adquirindo terras aráveis, depósitos de fertilizantes, silos de armazenagem de grãos e equipamento de transporte de produtos agrícolas.

Um deles adquiriu diversas usinas de etanol, terras aráveis no Canadá e armazéns na região centro-oeste dos EUA. E três investidores institucionais, entre os quais o gigantesco fundo BlackRock, de Nova York, estão planejando, separadamente, investir centenas de milhões de dólares na agricultura, em especial terras aráveis, da África ao sul do Saara à Inglaterra rural.

"A tendência é forte", disse Brad Cole, presidente da Cole Partners Asset Management, em Chicago, que gere um fundo que negocia recursos minerais. Alguns dos protagonistas da economia agrícola se declararam preocupados com a possibilidade de que os recém-chegados se concentrem nos lucros, à exclusão de tudo mais.

As terras agrícolas podem ser uma bolha, como a dos imóveis na Flórida", disse Jeffrey Hainline, presidente da Advance Trading, uma corretora de commodities e consultoria em Bloomington, Illinois.

Ao controlar terra e outros negócios agrícolas, os novos investidores ficam livres das regras que visam limitar o número de apostas especulativas que eles e outros investidores financeiros podem realizar nos mercados de commodities.

Mark Lapolla, assessor de investidores institucionais, também revela certa cautela quanto à perturbação que esse dinheiro novo poderia causar. "É importante perguntar se esses investidores financeiros realmente desejam operar os meios de produção ou se simplesmente desejam uma conexão direta com a oferta física de commodities", disse.

Os silos, especialmente, poderiam oferecer a esses investidores novas maneiras de ganhar dinheiro, porque eles seriam capazes de comprar e vender milho e soja físicos, e não apenas os derivativos financeiros dessas commodities.

Mais ganhos - Quando os preços agrícolas estão em alta, manter estoques para venda futura pode oferecer lucros maiores do que vender para atender à demanda corrente, por exemplo. Ou, caso haja preços divergentes em partes diferentes do mundo, estoques podem ser despachados ao mercado mais lucrativo.

"Não poder negociar com commodities físicas é uma imensa desvantagem", disse Andrew Redleaf, fundador da Whitebox Advisors, uma administradora de fundos de hedge em Minneapolis.

"O mundo está pedindo por mais comida, mais energia. Vemos uma imensa demanda", disse Axel Hinsch, presidente-executivo da Calyx Agro, divisão da gigante Louis Dreyfus Commodities, que está adquirindo dezenas de milhares de hectares de terras aráveis no Brasil, com o apoio de grandes investidores institucionais, como a AIG Investments.

Os investidores financeiros também podem fornecer aos operadores de silos o dinheiro de que necessitam para sobreviver aos mercados de commodities mais voláteis. John Duryea, co-administrador da carteira de investimento do Ospraie Special Opportunity Fund, está adquirindo 66 silos. Ele pagará US\$ 2,1 bilhões à ConAgra por eles.

O acordo, que deve ser concluído no final de junho, dará à Ospraie participação em 57 centros de distribuição de fertilizantes e acesso às barcaças e navios necessários a manter o sistema abastecido com importados de baixo custo. Duryea descarta a idéia de que os investidores financeiros bloqueariam a oferta com retenções de estoques para forçar uma alta artificial de preços.

Entre os mais ambiciosos planos estão os de Susan Payne, fundadora e presidente-executiva da Emergent Asset Management, com sede perto de Londres. A Emergent está levantando entre US\$ 450 milhões e US\$ 570 milhões a fim de investir em terras aráveis na África ao sul do Saara.

Em outubro, a filial londrina do BlackRock iniciou o BlackRock Agriculture Fund, com o objetivo de arrecadar US\$ 200 milhões para investimento na produção de fertilizantes, terras madeireiras e biocombustíveis. O fundo tem US\$ 450 milhões sob administração.

O Braemar Group, com sede perto de Manchester, investe apenas no Reino Unido, "uma boa economia estável do noroeste europeu, com o mesmo clima e qualidade de solo que o noroeste da Europa", disse Marc Duschenes, presidente-executivo da empresa. "Mas nossas terras custam 50% menos que as da Irlanda e Dinamarca. Nós ainda não recuperamos esse atraso de preços."

A Europa, a exemplo dos EUA, terá de cumprir cotas compulsórias de elevação na produção de biocombustíveis, ele disse, e terras aráveis próximas às usinas de etanol do nordeste da Inglaterra serão a primeira fonte de suprimento.

*Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Conferência da fome termina sem resultados - O Globo – Capa – 06/06/2008

O documento final da cúpula da FAO, que reuniu em Roma 183 países para debater a crise global dos alimentos e a fome que atinge 800 milhões de pessoas, não chegou a resultados concretos. Sugere mais ajuda a nações afetadas e revisão de dívidas. Página 29

ONU: reunião acaba sem ação concreta – O Globo – Economia – 06/06/2008

Documento da FAO menciona apenas genericamente barreiras comerciais ROMA. A resolução final da reunião de cúpula da ONU para debater a crise dos alimentos não trouxe propostas concretas ante as expectativas dos países pobres e das cerca de 850 milhões de pessoas afetadas pela fome extrema. Após três dias de reuniões em Roma, os delegados representantes de 183 países reiteraram a meta da Conferência Mundial de Alimentação de 1996, que propôs reduzir à metade o número de pessoas subnutridas no mundo até 2015. O texto traz palavras como “apoio” e “cooperação”, mas aprovou apenas maior ajuda assistencial às nações carentes, sugerindo o envio de recursos e a revisão das dívidas desses países.

Em vez de condenar explicitamente os subsídios agrícolas e as barreiras comerciais — considerados fatores essenciais da crise — o documento final toca no assunto de forma genérica: “Encorajamos a comunidade internacional a prosseguir com seus esforços, no quadro da liberalização do comércio agrícola, reduzindo barreiras comerciais e as políticas que distorcem o mercado”.

— A fome e a pobreza são questões delicadas e não podem ser reduzidas a um jogo semântico — criticou uma delegada da Zâmbia.

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, disse ontem, em Paris, durante uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), que os subsídios estão entre os principais fatores responsáveis pela crise mundial de alimentos.

— Deve haver um compromisso político para a total eliminação dos subsídios — defendeu Amorim.

O ministro das Relações Exteriores da Itália, Franco Frattini, mostrou-se decepcionado com as propostas do documento, considerando-se as expectativas geradas pela conferência, que reuniu também organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird): — Lamentavelmente (o documento final) foi muito diluído com relação às ambições iniciais — disse Frattini. Os delegados disseram que a conferência da FAO pelo menos conseguiu colocar a questão dos preços dos alimentos no topo da agenda global. O texto final foi fruto de intensas negociações entre os delegados e sua divulgação chegou a ser adiada por pressão dos europeus.

Para FAO, biocombustível é ‘oportunidade’ e ‘desafio’ Outro tópico que gerou tensão e dividiu os participantes da cúpula foi a questão dos biocombustíveis.

Os EUA defenderam o uso de biocombustíveis, apesar das acusações de que a destinação do milho para produzir o etanol é um dos fatores que vêm pressionando os preços do produto. O Brasil distinguiu seu projeto do americano, afirmando que o etanol produzido pela cana-de-açúcar não afeta os preços dos alimentos e é ecologicamente melhor.

Sobre esse tema, a resolução se manteve em cima do muro, considerando a iniciativa tanto um “desafio” quanto uma “oportunidade”.

Este aspecto do documento agradou ao Brasil.

“É essencial enfrentar o desafio e a oportunidade decorrente dos biocombustíveis, levando em conta a segurança alimentar mundial, a energia e o desenvolvimento sustentável”, diz o documento. “Estamos convictos que estudos aprofundados são necessários para garantir que a produção e o uso dos biocombustíveis esteja de acordo com os três pilares do desenvolvimento sustentável.” Além dos representantes dos países afetados, ativistas antipobreza e ONGs, o documento final da Conferência da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia também desagradou a Argentina, ao mencionar as barreiras às exportações de grãos, medidas que vêm sendo adotadas por alguns países para garantir o abastecimento interno e o controle dos preço

Reunião com 40 líderes mundiais em Roma termina com resolução aguada - Biocombustíveis não são condenados, mas posição de Lula de que produto pode alavancar países pobres também não é acolhida

Jacques Diouf, o diretor-geral da FAO, braço da ONU para Alimentação e Agricultura, havia dito, ao inaugurar na terça-feira a Cúpula sobre Segurança Alimentar, que havia passado o tempo das palavras e era hora da ação.

Dois dias depois, a cúpula termina sem ação alguma e quase sem palavras, porque o comunicado final foi sucessivamente adiado, para sair só no início da noite romana, em termos tão aguados que o chanceler italiano, Franco Frattini, reconheceu que o texto "é decepcionante". Emendou Frattini: "Se os líderes mundiais não conseguem pôr-se de acordo ao menos para evitar os danos de uma situação dramática de emergência alimentar, isso me preocupa".

A emergência já havia sido quantificada por Diouf no discurso inaugural, ao lembrar que há 832 milhões de pessoas passando fome. Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, ampliou a dimensão da emergência ao dizer que a disparada dos preços da alimentação colocava 2 bilhões de pessoas em "perigo imediato". Muitos países já enfrentam protestos populares por causa da alta dos alimentos.

Três dias de debates e de discursos, com a participação de cerca de 40 governantes, nada produziram, a não ser anúncios de verbas de emergência até agora no valor de US\$ 3 bilhões, quando Diouf havia dito que seriam necessários US\$ 30 bilhões por ano para criar uma situação de segurança alimentar.

O pior é que os delegados se envolveram em discussões absolutamente bizantinas, em torno de um documento que já nasceu aguado por causa das divergências de todos os tipos. Das divergências, passou-se à fofocas sem sentido, que retardaram a divulgação do texto por mais de quatro horas.

Uma das fofocas envolveu o Brasil. Delegados europeus disseram aos jornalistas que o Brasil vetava trecho da declaração que considerava crítico aos biocombustíveis, a principal bandeira internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Qual era a suposta crítica? Dizer que "é essencial enfrentar os desafios e oportunidades colocados pelos biocombustíveis em vista das necessidades mundiais de energia, segurança alimentar e ambiental". Ao falar em "segurança alimentar", o trecho insinuaria que os biocombustíveis são deletérios para ela, no pressuposto de que os plantios para obtê-los invadiriam áreas destinados à culturas para a alimentação.

A acusação é falsa pela simples e boa razão de que nenhum governo pode se dizer contra a segurança alimentar e ambiental e recusar-se a assinar um documento que as defenda.

No caso do Brasil, Lula, em seu discurso na cúpula, deu todas as informações necessárias para demonstrar que o etanol da cana-de-açúcar não interfere no plantio de alimentos -e tampouco na devastação ambiental da Amazônia.

O texto final da cúpula, tal como a **Folha** já havia adiantado desde o princípio dela, não toma partido sobre biocombustíveis. Joga qualquer definição mais concreta para "estudos em profundidade" e um "diálogo internacional".

Uma segunda polêmica era igualmente sem sentido. O rascunho pedia aos países-membros que se abstivessem de medidas unilaterais e contrárias às leis internacionais.

Os EUA, pela versão que chegou aos jornalistas, entenderam que se tratava de condenar o bloqueio à Cuba, que já dura mais de meio século. De novo, nenhum país pode defender medidas contrárias às leis internacionais, mesmo quando eventualmente as apliquem.

Tudo somado, ficou de concreto o óbvio: um pedido para "ação coordenada e urgente para combater os impactos negativos dos crescentes preços de alimentos sobre os países e populações mais vulneráveis" e a cobrança de mais investimentos na agricultura, além da ajuda imediata para os famintos.

Muito menos do que prometia o longo título do encontro: "Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial - os Desafios da Mudança Climática e da Bioenergia".

Brasil ratifica tratado internacional para agricultura e alimentação – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/06/2008

Brasília (6.6.2008) – O Diário Oficial da União publicou nesta sexta-feira (6) o Decreto Nº 6.476, da Presidência da República, que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, assinado pelo Brasil desde 2002. O tratado prevê o compartilhamento de recursos fitogenéticos, entre os países signatários, nas pesquisas genéticas voltadas para o melhoramento e a obtenção de novas cultivares.

A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), colocará à disposição grande acervo de recursos genéticos da mandioca. Com isso, o Brasil torna-se pioneiro na implantação do sistema, que permitirá o intercâmbio de material fitogenético para cerca de 120 países que assinaram o tratado. Com o acordo, os países signatários poderão se beneficiar da busca pela segurança alimentar de sua população.

Histórico – O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos foi aprovado em 3 de novembro de 2001, na cidade de Roma, capital da Itália. A necessidade de elaborar um acordo sobre esse tema surgiu com a crescente escassez desses recursos em todo o mundo. Os objetivos do tratado são a conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos para a alimentação e a agricultura, bem como a repartição de benefícios desses recursos.

A conservação dos materiais fitogenéticos é essencial para alcançar as metas da Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial para o desenvolvimento agrícola sustentável das gerações presentes e futuras. Os recursos fitogenéticos são matérias-primas imprescindíveis nas pesquisas de melhoramento dos cultivos para adaptação às mudanças ambientais imprevisíveis, principalmente as ocasionadas pelo aquecimento global, e às necessidades humanas.

A Casa Civil da Presidência da República está elaborando o projeto de lei que vai regulamentar a repartição dos benefícios, auferidos com assinatura do tratado, dos provedores de recursos genéticos, por meio de uma espécie de direito de propriedade intelectual denominada "Direitos de Agricultor". O projeto está em fase final e deverá ser encaminhado em breve ao Congresso Nacional. *(Da Redação)*

Uma maior abertura comercial ajuda no combate à fome? – Alimentação e desenvolvimento - Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo – Opinião – 07/06/2008

DESDE QUE Josué de Castro publicou a "Geografia da Fome", já se sabe que a humanidade é capaz de produzir o necessário para banir do planeta o problema da subalimentação. Os progressos nos últimos 50 anos foram imensos: o consumo calórico nos países em desenvolvimento aumentou 30%. Das sete nações com mais de 100 milhões de habitantes (China, Indonésia, Brasil, Índia, Paquistão, Nigéria e Bangladesh), só Bangladesh mantém nível de consumo per capita muito baixo.

Em 1990, a ingestão calórica aquém das necessidades individuais básicas atingia 32% dos habitantes da Terra. Hoje, os 850 milhões de pessoas que não conseguem preencher as necessidades alimentares correspondem a menos de 15% da população mundial.

Apesar do avanço, dificilmente o horizonte estabelecido pela ONU de reduzir esse contingente pela metade até 2015 será alcançado. Por quê? A resposta que domina a cena internacional é que a fome no mundo persiste por causa do protecionismo dos países ricos. Que essa resposta seja conveniente aos interesses do Brasil é compreensível. Mas isso não a torna mais consistente.

A fome, hoje, concentra-se em países da África subsaariana (e, em menor proporção, na Índia e no Paquistão). A esmagadora maioria dos que não conseguem preencher suas necessidades básicas vivem em regiões rurais, e a escassa renda que obtêm deriva da agricultura.

O debate internacional está marcado por uma polaridade fundamental. Por um lado, há os que preconizam que em regiões rurais de países pobres, ecologicamente frágeis, as atividades agrícolas se reduzam ao mínimo e que suas populações sejam alimentadas principalmente com importações vindas de áreas que já se provaram mais eficientes.

Os que contestam essa associação direta entre liberalização comercial e combate à fome se apóiam em três argumentos importantes.

O primeiro deles pergunta com que recursos os mais pobres pagariam os alimentos importados. Importar exatamente aqueles bens que -na qualidade de habitantes do mundo rural- essas pessoas poderiam e deveriam produzir significa perpetuar sua dependência da ajuda internacional.

Mas será que elevar a produção em regiões ecologicamente frágeis é agronomicamente viável? Uma das mais destacadas personalidades da ciência agrônômica mundial, o indiano M. S. Swaminathan, oferece o segundo argumento e responde com um entusiasmado "sim" à pergunta.

É necessário, porém, superar as técnicas que marcaram a conhecida Revolução Verde e cuja essência está em moldar o ambiente natural segundo as exigências das sementes que associam alto potencial produtivo ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos em larga escala.

O desafio é construir o que Swaminathan chama de "evergreen revolution" (revolução sempre verde), com tecnologias que se adaptem ao meio natural e que sejam capazes de fazer da preservação da biodiversidade uma das bases decisivas da própria expansão produtiva.

O aumento dos preços do petróleo, o encarecimento dos fertilizantes, as exigências dos consumidores e a pressão das organizações da sociedade civil explicam mudanças notáveis na produção agrícola contemporânea em direção a uma relação menos agressiva com os recursos naturais.

E aqui vem o terceiro argumento dos que contestam que a liberalização comercial seja a mais relevante premissa para acabar com a fome: a luta contra a pobreza absoluta passa, antes de tudo, pelo acesso à terra, à educação, a novas tecnologias produtivas e, sobretudo, a instituições estáveis que permitam melhorar a participação dos mais pobres em mercados dinâmicos e promissores.

Nenhuma das liberdades humanas básicas que compõem a essência daquilo que o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen define como "desenvolvimento" resultam automaticamente da liberalização comercial.

Aumentar a produção agropecuária é fundamental, como bem sublinhou o secretário-geral da ONU, mas o mais importante é criar condições para que os que vivem em situação de pobreza absoluta conquistem o direito de produzir a própria alimentação.

**RICARDO ABRAMOVAY, 55, é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental e pesquisador do CNPq.*

Uma maior abertura comercial ajuda no combate à fome? – Inflação e Fome –
Luiz Roberto Cunha – Folha de São Paulo – Opinião – 07/06/2008

A ATUAL aceleração inflacionária no mundo, a "aginflação", tem entre os seus principais componentes a alta dos alimentos.

Em 2007, na China, no Japão e em alguns países da África Central, cerca de 75% da inflação foi causada pelos alimentos; em outros países, como Chile, Peru e Equador, parte do Sudeste Asiático e do Leste da África, de 50% a 75% da inflação teve origem nos alimentos; em quase todo o resto do mundo, incluindo Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, Egito, Arábia Saudita, Espanha e Europa Central, os alimentos contribuíram com cerca de 25% a 50% da inflação. Apenas os EUA, a Austrália e a maior parte da Comunidade Européia tiveram um impacto dos alimentos abaixo de 25% na sua inflação em 2007.

Esses dados são impressionantes, até porque, no início de 2008, os alimentos continuaram com forte alta, dessa vez mais concentradas no arroz e no trigo, itens básicos na dieta alimentar das populações de baixa renda na Ásia e na África. As conseqüências foram protestos e distúrbios sociais em muitos países.

Além disso, programas internacionais de combate à fome estão com grandes dificuldades não só pela elevação do custo, mas também pela falta de alimentos. Essa é a principal razão para os alertas da FAO sobre a gravidade da crise -a fome no mundo está aumentando.

Podemos listar um grande número de fatores responsáveis pela alta dos preços dos alimentos. O principal é o crescimento da demanda mundial, em grande parte gerada pelo desenvolvimento, pela urbanização e pela mudança de padrões alimentares em países emergentes, sobretudo China e Índia, com milhões sendo incorporados ao mercado nos últimos anos.

A melhor distribuição de renda em outros países emergentes, como no nosso caso, também é relevante, bem como a excessiva liquidez mundial, fruto da política monetária expansionista dos últimos anos nos EUA.

Do lado da oferta, problemas climáticos afetando a produção em todo o mundo e a utilização de grãos para biocombustíveis, especialmente nos EUA, têm diminuído acentuadamente os estoques mundiais.

A queda do dólar é também um fator importante, impactando cotações que buscam compensar as perdas. O acentuado "choque" nos preços do petróleo, impactando custos. A crise no mercado financeiro, carreando recursos para operações de hedge nos mercados futuros de commodities.

Ou seja, uma "tempestade perfeita", a mais grave desde os anos 60, quando a Revolução Verde começou a ampliar a produção de alimentos, direta ou indiretamente vem contribuindo para a inflação dos alimentos.

Qual é a contribuição dos subsídios e das políticas de restrições à exportação nessa crise? É uma questão difícil de responder, especialmente num momento em que

o preço dos alimentos virou questão de "segurança nacional". Porém, dado o ambiente de proteção que existe no mundo, parece que estamos indo na direção errada.

A atual crise fez recrudescerem medidas de aumento de subsídios, reduções tarifárias e restrições à exportação pelo mundo. Essas medidas, para reduzir o impacto da alta sobre os consumidores, dependendo da gravidade da crise, podem até se justificar no curto prazo, mas tendem a agravar a oferta de alimentos no longo prazo.

Entre os maiores aumentos, temos o do arroz, uma das commodities menos comercializadas mundialmente (apenas 6%). Além disso, a história econômica demonstra que a "autarquização" nunca foi uma solução para a auto-suficiência.

Para que se possa ter uma nova Revolução Verde, considerando as maiores dificuldades atuais em aumentar a produtividade agrícola, os preços têm que refletir, pelo menos em parte, a escassez. Esse é o verdadeiro incentivo econômico, e não os subsídios, que, entre 2004 e 2006, segundo a OCDE, nos países-membros, alcançaram, em média, US\$ 280 bilhões por ano. Recursos dessa magnitude, investidos em aumento de produtividade e apoio aos programas de combate à fome, sem dúvida seriam mais eficientes em termos econômicos e sociais para um mundo em crise.

***LUIZ ROBERTO CUNHA**, 62, é professor do Departamento de Economia e decano do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Uma nova era – Antônio Ermíria de Moraes – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008

P ELO QUE entendi das informações chegadas da reunião da FAO em Roma, as questões de energia e de alimentos ocuparam um lugar central. Não se chegou a condenar o uso da cana-de-açúcar e do milho como substitutos do petróleo. Mas tampouco houve grandes aplausos para esse tipo de substituição.

Em um dos documentos oficiais, foi ressaltada a importância dos biocombustíveis. Em 2007, a biomassa contribuiu com 10% no total de energia consumida no mundo, sendo que, entre os biocombustíveis, o etanol teve peso de 90%. Para tanto, os Estados Unidos usaram 23% de sua safra de milho, e o Brasil utilizou 54% da sua safra de cana-de-açúcar.

São números impressionantes e que suscitam dúvidas. Será que isso não vai comprometer a produção de alimentos? Até que ponto a atual alta de preços se liga à nova atividade?

O assunto instiga discussões acaloradas. Ao que tudo indica, porém, com discussão ou sem discussão, o etanol será a grande estrela dos próximos anos. A própria FAO estima que esse combustível, que hoje é usado por apenas 1% do transporte rodoviário, em 2030 representará mais de 3% -e, dali para a frente, o céu é o limite.

E então? Sobrarão terras para plantar alimentos? E a segurança alimentar? A FAO considera que a realidade dos países é muito heterogênea. No Brasil, por exemplo, os técnicos, em sua maioria, não acreditam que o etanol vá onerar os alimentos. Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, diz que, dos 62 milhões de hectares cultivados no Brasil, apenas 3 milhões se destinam à cana que produz etanol.

A disponibilidade de terras é imensa. E a possibilidade da produtividade crescer ainda mais é muito grande com a chegada de novas variedades e novas tecnologias.

Com tecnologia e terras, o Brasil está bem. Temos 220 milhões de hectares de pastagens, dos quais 90 milhões podem ser usados para agricultura. Destes, 22 milhões podem acomodar sem problemas a cana-de-açúcar e 68 milhões podem ser usados na produção de alimentos.

Ou seja, o Brasil pode fazer um bom equilíbrio entre alimentos e bioenergia. É uma questão de planejamento bem-feito e de execução rigorosa.

Mas, é claro, tudo tem de ser levado muito a sério. Estamos diante de uma oportunidade fantástica: a de sermos o principal país produtor na nova era energética. Com isso, criaremos muitos empregos e teremos muitos impostos e muitos investimentos. Tudo é muito. Oxalá o juízo também o seja!

*ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES escreve aos domingos nesta coluna.

A falácia do preço dos alimentos – Rubens Ricupero – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/06/2008

É FALSO ou exagerado boa parte do que se alardeia sobre a alta do preço dos alimentos. Nos últimos dez meses, é fato que os preços subiram em termos nominais. Contudo, quando se comparam esses preços com a média histórica e se corrige o efeito da inflação, a realidade é bem diferente.

Levando em conta o colapso no preço das commodities nos anos 1980 e 1990, José Antonio Ocampo, ex-subsecretário econômico da ONU, hoje na Universidade de Columbia, e Maria Ângela Parra publicaram artigo provando que a explosão é de preços minerais, e não agrícolas.

Tomaram como base o período 1945-1980, fase de 35 anos de preços até um pouco abaixo da tendência histórica. Aplicaram depois, como deflator, o índice da ONU/Banco Mundial conhecido como Unidade de Valor de Manufaturas.

Resultado: os números mostram explosão nos preços do petróleo e dos metais, sobretudo do cobre. Todos mais que dobraram, em termos reais, em relação à média de referência. O único ano em que os metais estiveram tão caros foi 1916, no meio da Primeira Guerra.

Já os preços agrícolas apenas se recuperam do abismo em que se tinham precipitado nos anos 80, sem que ninguém vertesse lágrimas pelas perdas dos agricultores. A maioria dos produtos tropicais na verdade ainda se encontra longe de haver recomposto as perdas.

Só existe um alimento de primeira necessidade com preço superior à média do pós-guerra. É o trigo, com índice de 189,7 (o índice 100 corresponde à fase 1945-1980). Os três outros produtos agrícolas acima de 100 são o óleo de palma (260,1), a banana (185) e a borracha (162,8). O Brasil não é grande exportador de nenhum: na banana, ocupamos posição marginal, e na borracha mal atingimos um terço das nossas necessidades. Uma segunda categoria é a dos alimentos que quase recuperaram o nível da média passada: o milho (95,7) e o arroz (78).

Na pior classe, a dos preços ainda deprimidos, encontramos o cacau (60,9), o chá (58,7), o café (58), o algodão (43,5) e o açúcar (41). O fato de que o açúcar nem conseguiu chegar à metade de sua cotação histórica média põe por terra o argumento de pressão direta do álcool de cana sobre o preço de alimentos.

Chega-se ao mesmo resultado pela evolução dos termos de intercâmbio, isto é, a relação entre preços de exportações e de importações. O último relatório da Cepal sobre a economia da América Latina, divulgado em dezembro de 2007, revela que os únicos países cujos termos de intercâmbio no ano passado melhoraram em 90%-100% acima dos de 2003 foram o Chile, exportador de cobre, e a Venezuela, de petróleo.

As outras melhoras significativas foram todas de exportadores de minérios: Bolívia e Peru (40%-60%); Colômbia e Equador (acima de 25%). Os dois maiores exportadores agrícolas, Argentina e Brasil, tiveram melhora de 10% ou menos.

Não é por acaso que Ocampo tenha sido diretor da Cepal e herdeiro do conselho de Raúl Prebisch: temos de olhar para os relatórios econômicos produzidos nos países ricos com espírito crítico e a partir da nossa realidade. Quem come da mão de americanos e europeus vê o que eles querem que vejamos.

A realidade é outra: os preços agrícolas e a renda rural ainda não se recuperaram plenamente da longa fase de colapso, os produtos tropicais continuam deprimidos e a real explosão é a do petróleo e dos metais.

***RUBENS RICUPERO**, 71, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco). Escreve quinzenalmente, aos domingos, nesta coluna.

Na cúpula da ONU para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso sobre agrocombustíveis e alimentos, e disse que os dedos que apontam contra o etanol estão sujos de óleo e carvão.

O governo brasileiro deve impedir que o dedo que produz etanol esteja sujo com trabalho escravo e degradação ambiental. É surpreendente que um governo que obteve sucesso no combate à fome se encante com a política de uma nota só, a da produção de agrocombustíveis.

Não se combate a fome com etanol, mas com políticas públicas.

Como evitar que a produção de agrocombustíveis desloque a produção de alimentos? A questão é saber que medidas concretas em termos de regulação do crédito, de infra-estrutura e de incentivos o governo vai adotar para que Brasil não corra o risco de vir a substituir alimentos por cana-de-açúcar para etanol.

A produção de etanol a partir da cana-de-açúcar provoca danos sociais e ambientais sérios, com reflexos na segurança alimentar e nutricional dos mais pobres. É preciso restringir a expansão da produção da cana para as áreas de produção de alimentos, como também garantir que a produção se ajuste aos critérios ambientais e que produza empregos de melhor qualidade.

Uma saída é a proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) de estabelecer uma regulação sobre a expansão das monoculturas, com atenção sobre aquelas dirigidas à produção de agrocombustíveis. E ainda vedando-se o financiamento público àquelas cuja expansão se dá sobre áreas de produção de alimentos ou preservação florestal.

Os agrocombustíveis são uma provável alternativa para atender à demanda local por energia, mas é preciso que se diferencie a produção do agronegócio da dos agricultores familiares. Esta última, para uso local, é também importante na geração de renda e economia de produção de CO₂ em nível global.

Devemos defender a moratória efetiva de cinco anos no uso de produtos alimentícios para a produção de agrocombustíveis e na expansão da cana-de-açúcar em terras que estão produzindo alimentos.

Faltam limites - O Globo – Opinião – Editorial – 09/06/2008

Embora o aumento da velocidade da inflação tenha atingido todos os setores, nos alimentos ele tem sido especialmente vertiginoso. Como resultado, as famílias de renda mais baixa, em cujo orçamento a alimentação tem um peso relativo maior, são as mais afetadas pelo recrudescimento da alta de preços.

Enquanto a taxa média de inflação anual se encontra na faixa dos 5%, para as famílias com rendimento mensal de até 2,5 salários mínimos a perda de poder aquisitivo chega a 8,2%, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

É nesse contexto que o Ministério do Desenvolvimento Social defende um reajuste nos benefícios do Bolsa Família, hoje entre R\$ 18 e R\$ 172 mensais.

Como são atendidas 11 milhões de famílias, ou cerca de 40 a 50 milhões de pessoas, qualquer alteração nos valores do programa resulta num impacto de muitos milhões de reais no Orçamento. Este ano, o Bolsa Família custará aos contribuintes

pouco mais de R\$ 10 bilhões — acima do que é investido na educação e o dobro do que será necessário caso a regulamentação da emenda 29, destinada a ampliar o suporte financeiro à saúde pública, venha a ser aprovada na Câmara.

A proposta de reajuste do Bolsa Família é compreensível quando se olha apenas a relação entre o custo dos alimentos e a renda dos beneficiários. Mas, se a perspectiva for mais ampla, se o assunto for analisado a partir da realidade das contas públicas brasileiras e das próprias carências do país, a conclusão é outra.

Como o governo, apesar do discurso, indica preferir não avançar na criação de uma efetiva “porta de saída” para a enorme população de bolsistas, muitos deles eleitores, há um risco concreto de este reajuste, se aprovado, ser o primeiro de uma série. Então, o peso do Bolsa Família no Orçamento poderá até mesmo aumentar, enquanto áreas estratégicas como a educação continuarão a padecer da falta de recursos.

É fácil criar programas assistencialistas.

Difícil é limitá-los quando há tinturas populistas e demagógicas na sua administração

Reajuste legítimo – Pedro Wilson – O Globo – Opinião – 09/06/2008

O reajuste dos valores do programa Bolsa Família é justo e legítimo. Diante da alta registrada nos alimentos, seguindo uma tendência mundial, a correção torna-se necessária a fim de se garantir a eficácia de uma política que atende 11 milhões de famílias e já retirou 14 milhões de pessoas da pobreza.

É justo fazer a correção, pelo menos com base na inflação, para que pessoas de famílias pobres não sejam injustamente excluídas de um programa que tem garantido direito a comida e a outros itens, como material escolar, medicamentos e vestuário. O reajuste é vital para dar seguimento ao processo de melhoria das próprias condições de vida, com a recuperação do poder de compra.

Desde que foi criado, em outubro de 2003, o Bolsa Família teve apenas um reajuste, em agosto de 2007. Naquele mês, a recomposição foi de 18,25%. Com a correção, o valor médio do benefício passou de R\$ 62 para R\$ 72. O valor do Bolsa Família varia de R\$ 18 a R\$ 172, de acordo com a renda familiar e o número de crianças e adolescentes. Como contrapartida, as famílias devem manter os filhos na escola e o acompanhamento de saúde. Os críticos ao programa fecham-se numa visão egoísta, neoliberal e monetarista, como se as desigualdades sociais, históricas em nosso país, fossem solucionadas apenas pela via de mercado.

Pura mistificação. O Bolsa Família, cujo orçamento este ano é de R\$ 10,5 bilhões (cerca de 0,5% do PIB), garante a transferência de renda e tem sido apontado por especialistas como uma das políticas mais eficientes para combater a fome e reduzir a pobreza e a desigualdade.

Entre 2003 e 2006, a redução da pobreza foi de 31,4%. A concentração de renda no país atingiu, em 2006, o menor índice dos últimos 30 anos. Em 2006, a renda dos mais pobres subiu 12%. O Bolsa Família foi responsável por 21% da queda da desigualdade. Estes dados, por si só, legitimam o reajuste dos valores. Pela primeira vez, a taxa de pobreza no Brasil fica abaixo de 20% da população.

Quem se mantém preso a uma visão elitista deixa de ver esses avanços rumo à construção de um país mais justo e igualitário.

Somente agora os analistas passaram a dar destaque aos fundamentos do lado da oferta para explicar a alta dos preços de alimentos. O foco estava centrado na demanda por commodities agrícolas, submetida a pressões de consumo na China, na Índia e nos países emergentes, e pelo aumento do uso de biocombustíveis, sobretudo o etanol. Cerca de 32% da produção de milho dos EUA já está direcionada para a nova indústria de etanol. De fato, nas últimas décadas cerca de 500 milhões de chineses migraram do meio rural para o meio urbano e foram inseridos na economia de mercado. Urbanizados e com maior poder aquisitivo, estão mudando o padrão de consumo em favor de proteínas animais, como carne, leite e derivados. A China foi levada a aumentar suas importações de soja e milho para a fabricação de rações, gerando um efeito no mercado global de grãos. Tem-se pela primeira vez, em muitas décadas, uma forte pressão do lado da demanda de alimentos. Deveríamos estar comemorando, pois, afinal, temos aí um bom problema: o aumento em escala global do número de incluídos.

A oferta mundial de alimentos vinha aumentando, pois os produtores são sensíveis aos sinais de preços. O Brasil passou a ser destaque no cenário mundial, sobretudo nas exportações de soja e milho, tornando-se um grande fornecedor da China. Entre 2000 e 2007, as exportações brasileiras de soja saltaram de 11,5 milhões para 25,5 milhões de toneladas, enquanto as de milho saíram de menos de 700 mil toneladas para 11 milhões. Entretanto, a partir de 2007, novos fatores passaram a pressionar o mercado, colocando a oferta como o principal fator na alta atual e futura dos preços dos alimentos.

O primeiro vilão foi a alta dos preços do petróleo, que se tornou mais aguda a partir de janeiro de 2008. Nos últimos 12 meses, o barril de petróleo dobrou de preço, saltando de US\$ 64 para US\$ 124 o barril, empurrando para cima os custos agrícolas no mundo todo. O petróleo pesa muito na agricultura, sobretudo no transporte dos insumos e dos produtos, como combustível dos tratores e colheitadeiras. No caso do Brasil, esse impacto passará a ser sentido a partir de agora com o aumento de 8,8% do diesel na bomba. Mas é nos derivados do petróleo, principalmente nos fertilizantes (nitrogênio), que está o impacto mais sensível da alta do petróleo para o produtor brasileiro até agora. O Brasil importa 70% do nitrogênio, 50% do fósforo e 90% do potássio, bem como defensivos e outros insumos agrícolas. O preço da tonelada do adubo formulado aumentou de US\$ 300 para US\$ 750 no último ano. Os insumos importados já estão sentindo todo o impacto do aumento do preço do petróleo nos últimos 12 meses. Nem todo o aumento foi repassado para o preço dos alimentos. Além do preço do petróleo, existe hoje escassez de nitrogênio no mundo, principal componente dos fertilizantes agrícolas.

Fatores climáticos contribuíram adicionalmente para a alta dos preços: a seca que assolou importantes países produtores, como a Austrália, União Européia e os Estados Unidos no ano passado, destruindo 57 milhões de toneladas de grãos, provocou queda acentuada no nível dos estoques de grãos em nível global (milho e trigo, principalmente), detonando a elevação de preços das commodities agrícolas a partir do final do ano.

Além do preço do petróleo, existe escassez de nitrogênio, principal componente dos fertilizantes agrícolas

A idéia de que o Brasil tem terra abundante e por isso vai ser o celeiro do mundo é uma falácia. O mito dos tais 90 milhões de hectares disponíveis na fronteira agrícola tem maior relevância para a produção pecuária. O Brasil aumentou sua produção de grãos em 145% entre 1990 e 2008, com a expansão de apenas 23,7% na área plantada. Produção de lavouras se faz com inteligência e tecnologia. Terra se tornou um fator menos importante para o incremento da produção de grãos, devido às tecnologias poupadoras de terra. Ademais, o Brasil tem imensas carências de infraestrutura e logística, que adiam para o longo prazo a incorporação de novas fronteiras na produção de grãos.

A solução para a crise de alimentos virá pela tecnologia. Em recente seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV, no Rio de Janeiro, o pesquisador Eliseu de Andrade Alves, um dos criadores da Embrapa e atual assessor da presidência da mesma instituição, chamou a atenção para o fato de que novas tecnologias já estão disponíveis e que dependem de preços relativos mais elevados para serem adotadas pelos produtores. No longo prazo, essas tecnologias vão aumentar a produtividade dos fatores de produção e assegurar um horizonte de preços mais baixos. Com a visão voltada para o longo prazo, ele prevê a possibilidade de acomodação dos preços de alimentos e se mostra descrente das ameaças malthusianas.

Entretanto, vem do grande Guimarães Rosa o alerta: o problema não está na partida nem na chegada, o que importa é a travessia. Se os custos agrícolas estão elevados e se há possibilidade de solução no longo prazo, não há garantia de que vamos chegar lá. Muito depende do governo, que deverá ser extremamente cauteloso. Preços relativos elevados estão refletindo escassez e são sinais relevantes para os produtores investirem nas novas tecnologias que poupam os insumos. A mera ameaça de intervenção no mercado pode ter efeitos desastrosos e duradouros, capazes de retardar o processo.

Os próximos meses deverão ser de grande volatilidade no mercado. Já está praticamente confirmado que o Brasil está colhendo uma safra recorde de 142 milhões de toneladas de grãos. Entretanto, no hemisfério norte, a safra está sendo plantada agora. No curto prazo, a situação é crítica devido ao delicado equilíbrio entre oferta e demanda global, em razão do baixo nível inicial dos estoques.

Em ano eleitoral, preocupado com a inflação e sentado sobre uma safra recorde, resta saber se o governo brasileiro vai resistir à tentação de intervir no mercado. Nos últimos 10 anos deu mostras de ter aprendido, com os erros do passado, que "a baixa de preços hoje é a menor colheita de amanhã". Mas o arsenal de instrumentos de intervenção não foi extinto e a ameaça existe. Por outro lado, o governo pode fazer muito para ajudar. Uma medida de efeito imediato seria a redução das tarifas de importação de insumos agrícolas

***Ignez Vidigal Lopes é PhD em Economia Agrícola e chefe do centro de Estudos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.**

São múltiplos os fatores que estão empurrando a alta dos preços dos alimentos e há poucas perspectivas de estabilização no curto prazo. Os países estão reagindo a essa alta de duas formas: proibindo as exportações de determinados produtos, como a Argentina fez recentemente com o trigo, ou reduzindo a carga fiscal sobre o preço dos alimentos, como vem fazendo o Brasil. No primeiro caso, essa política pode ter um efeito imediato na oferta desses produtos, mas, como consequência, leva a aumentos dos preços internacionais seguidos de impactos diretos ao nível interno. No caso do Brasil, a redução dos impostos como forma de contenção de preços é necessária, mas tem um caráter paliativo. Novas altas poderão vir e será cada vez mais difícil manter os preços estabilizados com essa política.

A alta dos preços internacionais dos alimentos tem múltiplas causas e acompanha uma alta quase que generalizada nos preços das demais commodities.

O trigo e o milho foram os primeiros a fazer acender a luz vermelha no painel do abastecimento mundial de alimentos. Já em 2007, os preços internacionais desses dois cereais praticamente dobraram, desencadeando protestos de consumidores e industriais. As causas para a alta foram, em primeiro lugar, coincidentes quebras de safra nos Estados Unidos, Canadá e principalmente na Austrália. Em segundo lugar, e mais importante, um baixo nível dos estoques mundiais desses alimentos. Para exemplificar, os estoques mundiais de trigo estavam em nível 17% inferior à média dos cinco anos anteriores. No caso do milho, a situação já havia se agravado em função do anúncio por parte do presidente Bush do seu ambicioso plano de produção de biocombustíveis, tendo como base o milho. O objetivo do plano seria o de substituir em 20% o consumo de gasolina por etanol derivado do milho em 10 anos. Para tanto, a oferta de milho para energia deveria aumentar de aproximadamente 30 milhões de toneladas, em 2006, para 110 milhões de toneladas, em 2016. Planos semelhantes também foram lançados no Canadá e, principalmente, na Europa, que pretende substituir 10% do consumo de energia para transportes por biocombustíveis até 2020. Nessa conjuntura, os estoques mundiais baixaram 15% em comparação à média 2002-06.

Já a disparada do preço do arroz tem uma dinâmica um pouco diferente. Os aumentos são recentes e não estão diretamente ligados a nenhuma quebra significativa, mas sim a medidas de restrição as exportações impostas por respeitáveis produtores asiáticos, como a Índia. A crescente dependência chinesa e indonesiana são causas diretas dos baixos estoques mundiais desse grão. No comparativo com os cinco anos anteriores, o ano de 2007 fechou com um nível de estoques 18% inferior. Esse patamar é 50% inferior ao que se observava ao final da década de 90. O resultado se faz sentir nas cotações internacionais. Com o aumento da demanda, as cotações subiram aproximadamente 150% entre janeiro e abril desse ano.

Sabemos que há uma correlação de preços entre algumas commodities, e isso parece se confirmar quando se acompanha a alta do petróleo, ferro, cobre e outros bens não alimentares. O que mudou no período recente é que essa alta nos preços dos alimentos está sendo turbinada pela mistura combinada de outras elevações e da enorme liquidez existente no mercado financeiro.

De fato, a crise do mercado imobiliário norte-americano, a recessão e as subsequentes quedas nas taxas de juros levaram o investidor a se abrigar em outros tipos de ativos, em busca de proteção. Nesse sentido, foi significativa a alta do preço

das commodities na semana seguinte à quebra do banco Bear Sterns nos Estados Unidos.

Redução nos estoques mundiais deve continuar no mínimo até 2017 e até lá preços continuarão elevados, encerrando período de vinte anos de comida barata

Para o agricultor, a parte ruim da história é que nem todos os preços de produtos agrícolas têm subido no ritmo e proporção do arroz, milho, trigo e também da soja. Pior, o preço dos insumos agrícolas disparou para níveis estratosféricos. O fosfato, matéria-prima básica para a produção de fertilizantes, subiu 149,7% no mercado internacional, no comparativo do primeiro trimestre de 2008 com o mesmo período do ano anterior. Essa alta superou em muito o petróleo, que teve um aumento de "apenas" 64,3% no mesmo período. Aumentaram também o preço das sementes, tratores e máquinas e até mesmo da mão-da-obra.

A verdade é que os chineses sempre levam a culpa de tudo. Não é de se admirar, pois esse país é o grande pólo de atração das matérias-primas. No ano passado, a China foi responsável por 85,2% do aumento da demanda de alumínio, 68,8% do aço e 30% do petróleo. Nesse caso, no entanto, mais que a demanda chinesa, há um problema estrutural da agricultura mundial para conseguir grandes saltos na oferta de alimentos. A velha revolução verde praticamente já esgotou o seu arsenal de tecnologias e um novo padrão produtivo está longe de garantir a sua gestação. Necessariamente, um novo salto na produção terá que vir acompanhado de aumentos de área cultivada e isso leva um certo tempo até acontecer.

Por esse motivo, a OCDE e o Banco Mundial prevêem um período de redução nos estoques mundiais de alimentos em relação aos níveis do início da década. Essa redução deverá perdurar no mínimo até 2017, dependendo do produto. Até lá os preços se manterão elevados, encerrando um período de mais de 20 anos de comida barata.

No Brasil tivemos um rápido aquecimento no consumo no último ano. Segundo o IBGE, as vendas de alimentos e bebidas em supermercados aumentaram, em termos de volume, 6,9% no acumulado dos 12 últimos meses até março. Só no primeiro trimestre desse ano tivemos um crescimento de 8,9%. Embora a produção agrícola esteja crescendo, o ritmo da demanda doméstica é muito superior à oferta. Ademais, os estoques públicos de produtos agrícolas estão em níveis bastante baixos. Os estoques públicos de trigo, por exemplo, representam hoje apenas 1,9% da demanda esperada.

Produtos como o feijão, arroz e o trigo tiveram altas expressivas nas últimas semanas, sendo que os dois últimos sofreram influência do aumento de demanda preventiva por parte da indústria e redução nas importações. A produção de feijão se manteve praticamente estacionada nas duas últimas safras e a perspectiva para 2008 é de um aumento residual. Portanto, não há uma solução à vista para o curto prazo. É hora do governo mostrar habilidade para que a alta nos preços dos alimentos não contamine os preços da economia em geral.

***Walter Belik é professor livre-docente e membro do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental do Instituto de Economia da UNICAMP.**

Governo tenta turbinar agricultura familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/06/2008

Alarmado com a constante pressão dos preços dos alimentos na alta da inflação, sobretudo para as camadas mais pobres da população, o governo prepara um plano de forte investimento para mecanizar a agricultura familiar, disseminar a adoção de tecnologias no campo e elevar a oferta interna de produtos básicos.

Batizado de "Mais Alimentos", o programa de investimento com foco nos pequenos produtores foi apresentado ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião ministerial, no Palácio do Planalto. O plano do governo, que se somará às diretrizes para a chamada agricultura empresarial, oferecerá uma linha de crédito de R\$ 6 bilhões para investimentos de longo prazo a 300 mil produtores familiares. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que terá R\$ 13 bilhões no ano-safra 2008/09 a partir de 1º de julho, é considerado ainda "muito tímido" na indução ao uso da tecnologia agrícola. O Pronaf é mais focado no custeio das lavouras.

O governo avalia que está em risco a "dinâmica de crescimento" gerada pelo consumo das famílias. Os alimentos significam 25% dos índices de inflação - o IPCA, por exemplo. Como a agricultura familiar produz quase um terço dos alimentos básicos, os especialistas apostam que o segmento tem o maior potencial para abastecer o mercado interno, mas precisa de "mecanização na veia". O programa estima uma produção adicional de até 18,6 milhões de toneladas de arroz, feijão, leite, mandioca, trigo, leite, carnes, frutas e soja. Hoje, o segmento produz 110,1 milhões de toneladas equivalentes desses alimentos. Mas ainda está distante da fronteira tecnológica alcançada pelos empresários rurais. No leite, por exemplo, a produtividade da agricultura familiar (1,7 litros por cabeça/ano) está bem abaixo da média dos maiores produtores mundiais, hoje em 4,75 litros/cabeça/ano. Se chegar à média, o país poderia agregar 54 bilhões aos atuais 27 bilhões de litros de leite sem aumento significativo do rebanho.

O "Mais Alimentos" também significaria um impulso para a indústria nacional de máquinas agrícolas. O governo estima a aquisição de 60 mil tratores em três anos. Para dar essa injeção de ânimo na indústria, pretende negociar descontos de até 15% com os fabricantes. O plano também inclui uma "considerável melhoria" nas condições de solos, pastagens, sementes e genética usados por esses produtores. E prevê, ainda, a ampliação da capacidade de armazenagem nas propriedades familiares.

A nova linha crédito teria limites individuais de R\$ 100 mil por beneficiário, juros de 2% ao ano, dez anos para quitação com até três anos de carência. As compras da produção familiar também seriam garantidas pelo governo por meio de um reforço de R\$ 200 milhões ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Até 2010, o governo estima que poderia beneficiar 1 milhão de produtores com um aporte total de R\$ 25 bilhões em crédito rural.

Para complementar os esforços contra o avanço da inflação de alimentos, o governo prevê modernizar a assistência técnica e a extensão rural. Está prevista a criação de uma nova lei para o segmento e a criação de uma carteira de clientes que possa garantir uma remuneração pré-determinada e a contratação simplificada. Assim, o governo espera atender a 1 milhão de produtores com a orientação técnica agrônômica e veterinária de 30 mil profissionais que atuariam diretamente no campo. Em 2007, o governo destinou R\$ 168 milhões para essas ações. Neste ano, prevê chegar a R\$ 397 milhões.

Mais Alimentos é a resposta do governo à crise mundial Sítio Eletrônico da Contag - 10/06/2008

Diante da crise mundial dos alimentos e da alta dos preços, o governo está preparando um plano de investimento na agricultura familiar. Ontem (9), durante reunião ministerial, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, apresentou ao presidente Lula a proposta que cria o programa Mais Alimentos. O objetivo é conter o aumento dos preços dos alimentos e atender as demandas interna e externa.

O programa inclui a adoção de tecnologias no campo, o acesso a maquinários e o aumento da oferta interna de produtos básicos. Para isso, o governo pretende oferecer uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para investimentos em longo prazo.

"A Contag acha importante uma medida como essa, mas entende que deverá haver alguns cuidados, especialmente com a inclusão da mecanização. Precisamos preservar os postos de trabalho da agricultura familiar", afirma o secretário de Política Agrícola da Confederação, Antoninho Rovaris.

O plano também inclui a ampliação da capacidade de armazenagem nas propriedades familiares. O objetivo do governo é que a agricultura familiar atinja o excedente de 18 milhões de toneladas até 2010, principalmente, na produção de leite, milho, feijão, arroz, mandioca, trigo, aves, café e frutas.

A proposta que cria o programa Mais Alimentos vai para aprovação no ministério da Fazenda nos próximos dias. A expectativa é de que o programa seja lançado oficialmente em julho. *Fonte: Danielle Santos

"Queremos produzir alimentos!" – Sítio Eletrônico da CPT – 10/06/2008

QUEREMOS PRODUZIR ALIMENTOS:

Contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa

O atual modelo econômico quer transformar os alimentos, as sementes e todos os recursos naturais em mercadoria, para atender os interesses, o lucro e a ganância das grandes empresas transnacionais. Para isso se apropria da terra, das águas, dos minerais e da biodiversidade, privatizando o que é de todos. Aumenta a exploração dos trabalhadores, precariza e retira os direitos trabalhistas, aumenta o desemprego, a pobreza e a violência. Dessa forma, promove a concentração da riqueza nas mãos dos mais ricos, especialmente os banqueiros e as transnacionais, enquanto aumenta a desigualdade e a pobreza da população. Combater esta lógica opressora e destrutiva é necessário e urgente.

Denunciamos

Denunciamos o atual modelo agrícola porque:

1. Favorece os interesses das empresas transnacionais que em aliança com os latifundiários, controlam a nossa agricultura e obtém grandes lucros na produção e comercialização dos alimentos e na venda das sementes e insumos agrícolas.
2. Prioriza o monocultivo em grandes extensões de terras, que afeta o meio ambiente e exige o uso de grandes quantidades de venenos.
3. Estimula o monocultivo do eucalipto e pínus, que destroem a biodiversidade, produzem poluição ambiental, geram desemprego e promovem a desagregação social das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

4. Incentiva a produção de etanol para exportação, promovendo a ampliação do plantio do monocultivo da cana-de-açúcar sendo um dos responsáveis pela elevação dos preços dos alimentos e pelo grande número de empresas estrangeiras que compram terras em nosso País.
5. Difunde o uso das sementes transgênicas, que destroem a biodiversidade, eliminam as nossas sementes nativas, podem causar danos à saúde dos camponeses e consumidores de alimentos e transfere para as transnacionais o controle político e econômico das sementes.
6. Promove o desmatamento dos nossos biomas, de modo especial da floresta amazônica e do cerrado, e a destruição dos babaçuais, através da expansão da pecuária, soja, eucalipto e cana, juntamente como a exportação de madeiras e minérios.

Somos Contra

As transnacionais, os latifundiários e alguns políticos querem piorar ainda mais essa realidade. Por isso:

7. Somos contra a lei de concessão das florestas públicas, na realidade sua privatização, e o Projeto de Lei que reduz a área da reserva legal da Amazônia de 80% para 50%.
8. Somos contra a Medida Provisória que legaliza áreas de até 1500 há, invadidas na Amazônia, quando a Constituição determina apenas até 100 há.
9. Somos contra a Medida Provisória que desobriga o registro em carteira até três meses de trabalho. E, condenamos a existência impune do trabalho escravo, da exploração do trabalho infantil e da falta de garantia aos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais.
10. Somos contra o Projeto de Lei que propõe diminuir a extensão da faixa de fronteiras para beneficiar empresas transnacionais e grupos econômicos internacionais.
11. Somos contra o projeto de transposição do Rio São Francisco que visa apenas beneficiar o hidronegócio e a produção para exportação, e não atende as necessidades das populações que vivem na região do semi-árido nordestino.
12. Somos contra a privatização das águas, que passam a ser monopolizadas por empresas transnacionais como Nestlé, Coca-Cola e Suez.
13. Somos contra o atual modelo energético, alicerçado na construção de grandes hidrelétricas - principalmente na Amazônia -, que entrega o controle da energia às grandes corporações multinacionais e que favorece as grandes empresas que mais consomem energia.

Defendemos

Estamos mobilizados e vamos lutar para mudar essa realidade. Por isso queremos:

1. Construir um novo modelo agrícola, baseado na agricultura camponesa, na reforma agrária, na distribuição de renda e fixação das pessoas no meio rural.
2. Combater a concentração da propriedade da terra, das florestas e da água, fazer uma ampla distribuição dos maiores latifúndios e definir um tamanho máximo para a propriedade da terra.
3. Garantir que a agricultura brasileira seja controlada pelo povo brasileiro, assegurando a produção de alimentos como uma questão de soberania popular e nacional e incentivando a produção de alimentos saudáveis e de agroindústrias cooperativadas.

4. Diversificar a produção agrícola, na forma de policulturas, respeitando o meio ambiente e usando técnicas de produção da agroecologia.
5. Preservar o meio ambiente, a biodiversidade, todas as fontes de água, com atenção especial ao Aquífero Guarani e combater as causas do aquecimento global.
6. Defender o desmatamento zero na Amazônia e demais biomas brasileiros, preservando as riquezas naturais e usando os recursos naturais de forma adequada e em favor do povo. Defendemos o direito coletivo da exploração dos babaçuais.
7. Preservar, difundir, multiplicar, melhorar as sementes nativas, dos diferentes biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas.
8. Lutar pela aprovação imediata da Lei que determina expropriação de toda propriedade com trabalho escravo e a instituição de pesadas multas às que não cumprem as leis trabalhistas e previdenciárias.
9. Exigir a implementação da política proposta pela Agência Nacional de Águas, que prevê obras e investimentos em cada município do semi-árido, necessárias para resolver o problema de água da população residente na região.
10. Impedir que a água se transforme em mercadoria, e que seja gerenciada como um bem público, acessível a todos e todas.
11. Assegurar um novo projeto energético que garanta a soberania energética com desenvolvimento para todos e com adequada sustentabilidade ambiental, priorizando na matriz o uso racional da energia hidráulica, eólica, solar, o agrodiesel e o álcool produzidos pelos pequenos agricultores e suas cooperativas.
12. Que o governo federal autorize ao INCRA, a voltar a regularizar, com maior celeridade, todas as áreas pertencentes aos quilombolas.
13. Promover a demarcação imediata de todas as áreas indígenas e expulsão de todos os fazendeiros invasores, em especial da Raposa Serra do Sol e das áreas dos guaranis no Mato Grosso do Sul.

O Governo Lula precisa honrar os compromissos assumidos com a reforma agrária, cumprir seu Programa Político - assinado em julho de 2002 - assentar imediatamente todas as famílias acampadas e construir, no mínimo, 100 mil casas por ano no meio rural, para evitar o êxodo rural.

Nossa luta é para construir uma sociedade justa, igualitária e democrática, onde a riqueza é repartida com todos e todas.

Doação de alimentos é a menor em 47 anos – Folha de São Paulo – Mundo – 10/06/2008

Relatório da ONU culpa alta nos preços por recorde negativo de 5,9 milhões de toneladas no ano passado

O volume de assistência alimentar caiu no ano passado ao seu nível mais baixo em quase 50 anos, resultado do efeito negativo da alta nos preços das commodities agrícolas -especialmente trigo, milho e arroz- sobre as verbas dos doadores, afirma um relatório das Nações Unidas que será divulgado hoje.

O relatório Food Aid Flows (fluxos de ajuda alimentar) estima que as doações de alimento tenham caído a 5,9 milhões de toneladas no ano passado, o total mais

baixo desde a criação do levantamento, em 1961 e 15% abaixo de 2006. O nível mais baixo até então havia sido registrado em 1973, quando o mundo viveu crise alimentar.

O relatório do PAM (Programa Alimentar Mundial da ONU) alerta que os recursos disponíveis para assistência alimentar precisam ser ampliados, a fim de combater o impacto negativo da alta dos preços. "Existe uma necessidade urgente de reverter essa tendência de queda", diz o relatório.

"É provável que os preços se mantenham altos nos próximos anos. Isso poderia ameaçar as perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o combate à fome e à subnutrição", afirma o estudo. O alerta surge no momento em que os preços do milho bateram novo recorde de alta. Os preços da soja e trigo também subiram, ameaçando causar aumento ainda maior nos custos da assistência alimentar.

Os negociantes dizem que a alta nos preços das commodities agrícolas se deve a uma elevação nos custos da agricultura causadas pelos preços recorde do petróleo e dos fertilizantes e pelo clima desfavorável nos EUA, na Argentina e na China. O volume mundial de assistência alimentar vem caindo desde 1999, quando ficou em 15 milhões de toneladas. No ano passado, porém, a queda se acelerou ainda mais.

Os preços do trigo subiram 122% de 2000 a 2007; os do milho, 86%; e os do arroz, 62%. O custo de transporte de alimentos dobrou no ano passado. Joseete Sheran, diretora executiva do PAM, disse que "essa é uma nova prova de que o dramático aumento nos preços das commodities alimentícias está exercendo impacto direto sobre a vida dos famintos".

Henk-Jan Brinkman, um dos autores do relatório, disse que os volumes de commodities agrícolas que podiam ser comprados caíram com a alta dos preços, porque a maioria das organizações de assistência alimentar tem orçamentos fixos.

O aumento dos custos atingiu de forma especialmente severa as operações de assistência alimentar de organizações não governamentais, com redução de volume da ordem de 19% no ano passado. Organizações multilaterais, como o PAM, sofreram queda de 14%, enquanto a assistência bilateral entre os governos caiu 13%.

Alta dos alimentos domina reunião com Lula – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/06/2008

O impacto da alta no preço dos alimentos sobre os índices de inflação dominou a maior parte da reunião de ontem convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com seus ministros, no Planalto. Apesar das preocupações, o ministro Guido Mantega (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresentaram estimativas otimistas quanto aos rumos da economia e a capacidade do país cumprir a meta de inflação, de 4,5%.

O ministro José Múcio (Relações Institucionais), num primeiro relato à imprensa, pela manhã, disse que Mantega e Meirelles haviam avalizado, na reunião, o aumento dos juros registrado na semana passada.

"[Em relação] à taxa de juros [fizeram comentários] o ministro Meirelles e o ministro Guido, de que tinha sido necessária. Não foi uma decisão de uma pessoa só, foi de um grupo que administra isso, e necessário para que nós mantenhamos a inflação sob controle", afirmou.

Nos bastidores, Mantega e Meirelles rivalizam sobre as formas de combate à inflação. Mantega é um dos críticos ao aumento na taxa de juros.

Mais tarde, diante da repercussão das declarações, Múcio recuou. "O Guido não defendeu aumento de juros para controle da inflação", afirmou, acrescentando: "Eu fui mal-interpretado, ou me expressei mal. A primeira exposição da manhã foi do ministro Mantega sobre a política econômica do governo, a questão dos alimentos, falou que haviam algumas ferramentas no controle da inflação como a poupança, a questão do gasto público. E falei da questão do juro, que na semana passada teve um pequeno aumento, e que também era uma ferramenta. Não era simpático, ninguém gostava, mas era uma ferramenta de controle da inflação. E ficou parecendo que o Mantega havia dito, e ele não disse, que o aumento do juro era exatamente para conter a inflação e que era a única ferramenta".

Segundo relatos de participantes, Mantega mencionou na reunião que os mais pobres são os mais atingidos com a alta no preço da comida, e já registrariam perda de renda da ordem de 8%. Esse é um dos principais argumentos do governo para, em ano eleitoral, aprovar um reajuste no Bolsa Família, o principal programa social do governo, que atende a mais de 11 milhões de famílias. Apesar da preocupação com os alimentos, os dados apresentados pela área econômica mostram que os preços estão se acomodando. O principal alvo, agora, é feijão e carne bovina, com preços ainda em alta.

Cassel destaca potencial da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 10/06/2008

“Estamos vivendo um momento propício para avançarmos com nossas políticas e darmos um significado muito maior para a agricultura familiar e para os assentamentos da reforma agrária, porque as circunstâncias do mundo nos abriram uma janela de oportunidades, tanto com relação à crise do petróleo quanto ao aumento dos preços dos alimentos”. A afirmação foi feita pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no encerramento do encontro de Delegados Federais Desenvolvimento Agrário nesta terça-feira (10) em Brasília.

De acordo com o ministro, a crise do petróleo – cujo preço do barril passou de US\$ 30 para US\$ 140 em um espaço curto de tempo – colocou na ordem do dia o tema dos biocombustíveis. Os países que importam 100% de petróleo estão passando por dificuldades econômicas e políticas, que levantam a possibilidade de se adotar

uma outra matriz energética, desta vez renovável, limpa, acessível aos consumidores e que não reproduza os padrões de concentração de renda até então vistos.

Nesse sentido, segundo Cassel, o Brasil tem uma vantagem incomparável: “42% da nossa matriz energética é com biocombustível; no mundo, isso não chega a 2%. Além disso, nosso País tem tecnologia para biodiesel montada para ser produzida com a agricultura familiar”, destaca.

Mais Alimentos - A crise no preço dos alimentos também coloca a agricultura familiar no centro das discussões. Os preços dos produtos agrícolas ancoraram em patamares muito superiores ao normal e, na avaliação de Cassel, não vão descer nos próximos cinco anos. De acordo com o ministro, o Brasil é de longe o país com maior capacidade de aumentar a sua produção e oferecer mais alimentos, seja para consumo interno, seja para ampliar as exportações.

Segundo ele, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reagiu rapidamente à crise mundial, apresentado para o governo o Programa Mais Alimentos, que defende a tese de que a agricultura familiar é quem pode ampliar a produção de alimentos no Brasil. O Programa cria uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para beneficiar um milhão de produtores rurais até 2010, uma forma de fortalecer a agricultura familiar.

Territórios da cidadania - Outro tema importante abordado pelo ministro foi a implantação do Programa Territórios da Cidadania durante o primeiro semestre de 2008. Segundo o Cassel, por ser um programa ambicioso, que reúne ações de 19 ministérios nas regiões com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, ele não é simples de ser implantado. “A gente passou pela primeira etapa de implantação muito bem em todos os estados, o que significa uma afirmação muito grande do MDA”, avalia. O encontro dos representantes do MDA nos estados teve início na segunda-feira (9). Nesse período, os delegados avaliaram a implantação do programa Territórios da Cidadania em cada estado e a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que acontecerá entre os dias 25 e 28 de junho, em Pernambuco.

Recursos para Ater chegam a R\$ 341 milhões – Sítio Eletrônico do MDA – 10/06/2008

Os investimentos do Governo Federal na assistência técnica e extensão rural no País tiveram um salto nos últimos cinco anos, saindo de R\$ 5,4 milhões, em 2003, para R\$ 341 milhões em 2008, tempo em que, também, foi criada e dado início à implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). O atendimento aos agricultores familiares também foi estendido, passando de 106 mil para dois milhões de beneficiários.

É para avaliar estes e outros avanços de 2003-2008 e traçar estratégias de aperfeiçoamento que a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) promove, de 10 a 13 de junho, o Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, no Hotel Nacional, em Brasília

(DF). O evento reunirá cerca de 500 participantes, entre agricultores familiares e seus representantes, organizações governamentais e não-governamentais.

O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA (SAF/MDA), Argileu Martins da Silva, destaca a importância do encontro para ouvir quem está se beneficiando e utilizando políticas de assistência técnica e extensão rural. “Este seminário nacional é um marco histórico na nova extensão rural brasileira, iniciada em 2003”, enfatiza.

Programação

Dia 10/06 - abertura às 19h30 - Hotel Nacional: presenças do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel e do secretário da SAF/MDA, Adoniram Sanches Peraci.

Lançamento do portal Comunidades da Agricultura Familiar, da Revista das Redes Temáticas de Ater e da marca oficial da Extensão Rural no País.

Avanços em números

Recursos para Ater: De 5,4 milhões (2003) para R\$ 341 milhões (2008)

Agricultores assistidos: De 106 mil (2003) para 2 milhões (2007)

Números de extensionistas: de 10.500 (2003) para 16:500 (2007)

Formação de agentes: cerca de 8 mil extensionistas capacitados (2003 a 2007)

Investimentos em capacitação: R\$ 50,6 milhões (2003 a 2007)

“América Latina produz muito, mas não o suficiente para alimentar a população”, diz FAO – Sítio Eletrônico do MAPA – 11/06/2008

Rio de Janeiro/RJ (11.6.2008) - A região da América Latina e Caribe, esteve na pauta do painel Enfrentando Novos Desafios: *Mudança climática, Segurança alimentar e Crescimento econômico*, da RIMS 15. “A região tem uma capacidade produtiva agrícola significativa, mas não tem distribuição de renda adequada para alimentar sua população”, afirmou o representante regional da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), José Graziano da Silva.

Segundo Graziano, os países latino-americanos apresentam a maior desigualdade econômica do planeta. Ele mostrou que 29,4% das pessoas que vivem nas áreas rurais desses países são indigentes. A subnutrição também preocupa o representante da FAO. “Embora a situação da fome esteja melhor, o resultado ainda é insuficiente”, ponderou. Nos últimos 15 anos, a América Latina e o Caribe reduziram em sete milhões (3%) o número de subnutridos, passando de 13%, em 1990, para 10%, em 2004. A previsão é de que esse percentual chegue a 6,7% em 2015.

Ainda de acordo com a FAO, o incremento no preço dos alimentos teve um impacto mais concentrado a partir do segundo semestre de 2006, sobretudo neste ano e em produtos como milho, trigo e arroz. A perda da colheita em função do clima; os biocombustíveis feitos a partir de cereais, em especial do milho, o aumento da demanda e elementos financeiros de especulação foram os motivos apontados por Graziano.

O subdiretor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Christopher Hansen, informou que, em 2006, a contribuição do setor agrícola no desenvolvimento da América Latina e Caribe foi de 5,6%. Hansen citou dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) que apontam que PIB agrícola

da região como 2,7 vezes mais eficaz em reduzir a pobreza. “Isso contribuiu para o melhor desempenho socioeconômico da região nos últimos 25 anos”, disse.

A estratégia para neutralizar as mudanças climáticas até 2021, na Costa Rica, foi apresentada pelo assessor de Mudanças Climáticas do Ministério de Meio Ambiente e Energia daquele país, Jorge Monge. A idéia é orientar empresas e instituições costarriquenhas, além da população, para que definam planos de ação a curto, médio e longo prazos para a redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂), óxido nitroso e gás de metano.

Momento é de desafios para agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA – 11/06/2008

“Ousar e avançar para uma assistência técnica eficiente, eficaz e moderna”. Foi o que afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, na noite desta terça-feira (10), durante a abertura do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em Brasília (DF).

Para um público de mais de 500 pessoas reunidas, entre agricultores familiares e suas representações, organizações governamentais e não-governamentais, Cassel destacou o importante trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a assistência técnica e extensão rural com a participação das empresas estaduais de assistência técnica, movimentos sociais em uma aposta de construção coletiva. “Ganhamos esta batalha, pois somos capazes de unir esforços”, disse.

Estavam presentes o ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), Altemir Gregolin; o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniran Sanches Peraci; o presidente da Frente Parlamentar Mista Nacional em Defesa da Extensão Rural, deputado federal Márcio Reinaldo Moreira; o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvio Crestana; o presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José Silva Soares; o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Paraná, Valter Bianchini; o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, José Tubino; e o diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César Oliveira.

Os movimentos sociais também estavam presentes, representados pelo secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Agricultores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris; o coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli; e a diretora nacional do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Maria José da Costa.

Desafios para a Agricultura Familiar - Segundo Cassel, há três grandes desafios, crises mundiais em que a agricultura familiar pode dar resposta. A primeira, relacionada ao esgotamento do petróleo, a alta dos preços, que traz para a humanidade uma nova matriz energética, mais limpa, que respeita o meio ambiente. “A agricultura

familiar tem um papel fundamental nesta cadeia agregando mais renda e gerando estabilidade”, afirma.

A segunda crise apontada é a dos preços dos alimentos ocasionada por diversos fatores como a produção de biocombustíveis nos Estados Unidos, a partir do milho, as condições climáticas, entre outros, que colocam a necessidade para o Brasil de produzir mais para enfrentar oscilações de preços. “E quem pode produzir mais é a agricultura familiar e campesina, respondendo rapidamente para o aumento da produtividade”, completa. O ministro apontou o programa Mais Alimentos, que será lançado para a safra 2008/2009, como resposta a esta crise, permitindo um salto de qualidade e um aumento da produção.

O ministro encerrou sua fala abordando a terceira crise, o combate à pobreza rural. Para isso, ele enfatizou o importante papel do programa Territórios da Cidadania. “Vivemos, sim, um momento especial de oportunidade, de sermos ousados para agregar mais para a agricultura familiar, a campesina e a reforma agrária”, finaliza.

Nova Ater - O secretário da SAF/MDA explicou que este evento é fruto de 27 seminários estaduais, que reuniram mais de 12 mil pessoas em torno da discussão de temas importantes para um novo modelo de extensão rural para o País como a pobreza rural, os sistemas de produção e as políticas setoriais. “Temos que preparar uma extensão rural diferenciada, voltada para o mercado”.

Para o presidente da Asbraer, é chegado o momento da extensão rural brasileira, um novo tempo em que as organizações têm um novo papel junto aos agricultores familiares.

Já Rovaris, a assistência técnica começa a tomar outra direção, com a sua reconstrução nos últimos anos, após passar por um processo de desmonte no passado. Ele considera significativos os avanços e reforça que “sem ater não há desenvolvimento rural neste país”.

Lançamentos - A noite de abertura do Seminário Nacional de Ater foi marcada por lançamentos. O primeiro foi a marca oficial da Extensão Rural. O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da SAF/MDA, Argileu Martins da Silva, fez a apresentação, ressaltando que a extensão nos cinco últimos anos vem possibilitando uma vida mais digna no campo e que a Ater “integra toda uma diversidade, universalizando conhecimento, garantindo geração de renda e promovendo a segurança alimentar”.

Em seguida, o coordenador de Relações Institucionais do Dater/SAF/MDA, Hur Ben da Silva, apresentou a revista Redes Temáticas de Ater, um guia explicativo sobre as 11 redes existentes hoje, no âmbito do Dater/SAF/MDA, para articular organizações governamentais e não-governamentais de Ater e difundir o conhecimento das políticas públicas da Secretaria para a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural. Silva também apresentou o Portal da Cidadania - Comunidades da Agricultura Familiar, destacando o caráter inovador para gestão do conhecimento. “É a extensão rural entrando no meio digital, comprometida com o desenvolvimento rural sustentável”, avalia.

O ministro Cassel lançou oficialmente o Portal, que considerou como um grande auxílio para disseminação e democratização do conhecimento. O espaço visa disponibilizar um ambiente de colaboração mútua para a gestão de conhecimentos técnico-científicos e tecnologias, de temas voltados para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. O endereço é: <http://comunidades.mda.gov.br>.

O Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural segue até sexta (13) para avaliar a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), os impactos na extensão rural no País após cinco anos de sua criação e debater estratégias para seu aperfeiçoamento.

Unctad confirma contágio especulativo na agroinflação - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 11/06/2008

Crescem as evidências de que a crise global de alimentos está diretamente vinculada ao fluxo de capital especulativo na área de commodities agrícolas, confirma a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). A entidade encampa a tese do Brasil contra os especuladores e a alta do petróleo, e diminui as críticas sobre os efeitos da produção de etanol.

Para a Unctad, a crise alimentar está ligada às turbulências nos mercados financeiros e no setor imobiliário que explodiram no ano passado nos Estados Unidos. Especuladores em busca de ativos com preços em alta podem ter sentido a tensão nos mercados mundiais de alimentos, e reorientaram seus portfólios para investir em commodities.

Segundo a agência da ONU, além de US\$ 170 bilhões investidos por fundos em commodities no primeiro trimestre deste ano, o volume global de negociações com futuros e opções de grãos cresceu 32% em relação ao mesmo período de 2007. Com isso, a alta de preços foi substancialmente engordada pela especulação nos mercados futuros.

Em contrapartida, a Unctad, ao contrário de outras organizações internacionais, não vê clareza no impacto de biocombustíveis (etanol e biodiesel) sobre a segurança alimentar e a alta de preços agrícolas.

Exemplifica que só 1,4% do trigo é usado na produção de biocombustíveis na União Européia e 0,6% globalmente, enquanto a commodity subiu mais de 40%. O preço do arroz subiu até 165% em um ano, e não é usado para biocombustível. A alta do óleo de palma também foi associada ao "boom" do biodiesel, mas só representa 1% dessa produção. Nesse campo, o impacto estaria mais ligado às políticas bilionárias de subsídios nos países ricos.

Além da especulação, a Unctad vê como grande fator na crise o desequilíbrio entre oferta e demanda. Nesse cenário, os altos preços de petróleo tornaram a produção agrícola mais cara, com a explosão de custos de fertilizantes, sementes, defensivos e transporte.

Também houve baixa produtividade nos países pobres. A safra de cereais nesses países só subiu 3% a 6% por ano até os anos 1980, o ritmo já caiu para entre 1% a 2% e deverá piorar com as mudanças climáticas.

Outro fator é que o estímulo à produção de alimentos depende das ajudas dos países ricos. Só que essa assistência desabou, enquanto os subsídios aos agricultores dos países ricos aumentavam.

Além de produzir menos e de ter menos ajuda, os pobres tiveram a fatura mais salgada. O custo da importação de cereais aumentou em 2007-2008 (comparado com 2002-2003) de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 14 bilhões na África, de US\$ 7 bilhões para US\$ 15,4 bilhões na Ásia e de US\$ 300 milhões para US\$ 700 milhões na América Latina e no Caribe. O investimento direto estrangeiro na produção agrícola também tem sido limitado. O estoque é de US\$ 300 bilhões, menos de 3% do total.

Outro fator na alta dos preços é a estrutura de oligopólio dos mercados. A Unctad calcula que duas empresas detêm de 65% a 44% dos mercados mundiais de sementes para milho e soja, respectivamente. Seis empresas controlam de 75% a 80% do mercado global de pesticidas. Cinco detêm mais de 80% do mercado de bananas, e os 30 maiores varejistas vendem um terço do total mundial de comestíveis.

PAA já investiu R\$ 1,5 bilhão desde 2003 – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2008

Os números são do tamanho da realidade brasileira. Desde 2003, quando foi criado, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) já investiu R\$ 1,5 bilhão. Os recursos foram destinados a 432,8 mil agricultores e os produtos adquiridos chegaram a 24,4 milhões de pessoas. Os resultados desta iniciativa serão avaliados no Seminário PAA-Balanço e Perspectivas, que acontece de 16 a 18 de junho, em Brasília.

O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do País. “O PAA é um sucesso e explica por que com tão pouco dinheiro se consegue um resultado tão importante”, enfatizou o presidente Luiz Inácio Lula, ao assinar, no ano passado, o pacto com governadores e entidades para melhorar a vida de crianças e adolescentes da região do semi-árido.

O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos pratos de milhares de brasileiros, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Fazenda; Planejamento; a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de estados e municípios.

Participam do seminário, que começa às 10 horas da próxima segunda-feira (16), ministros, presidentes de autarquias, gestores municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais e sindicais e organizações voltadas ao combate à fome. A expectativa é de um público de 450 pessoas de todo o País. O evento é promovido pelos Ministérios que executam o programa, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a Companhia

Nacional de Abastecimento (Conab) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Modalidades do PAA - O Programa de Aquisição de Alimentos é operacionalizado em quatro modalidades:

O **Compra Direta da Agricultura Familiar** promove a inserção de agricultores no mercado de forma mais justa, já que o Governo Federal adquire diretamente a produção do pequeno agricultor. Os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. Os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. O limite é de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), exceto na modalidade Incentivo à Produção de Leite, cujo limite é semestral.

A **Formação de Estoques pela Agricultura Familiar** visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operacionalizada pela Conab.

Operacionalizada pela Conab, governos estaduais e municipais, a modalidade **Compra para Doação Simultânea** articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos e dos programas sociais das localidades, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. A modalidade promove o desenvolvimento da economia local, fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo.

O **Incentivo à Produção e Consumo do Leite**, mais conhecido como Leite Fome Zero, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço.

Serviço

Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Balanço e Perspectivas

Data: 16 a 18 de junho

Horário: 9h às 19h

Local: Academia de Tênis – SCES trecho 4 conjunto 5 lote 1 B – Brasília

O programa está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>

Seminário mostra resultados do PAA – Sítio Eletrônico da Conab – 12/06/2008

Os números são do tamanho da realidade brasileira. Desde 2003, quando foi criado, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) já investiu R\$ 1,5 bilhão. Os recursos foram destinados a 432,8 mil agricultores e os produtos adquiridos chegaram a 24,4 milhões de pessoas. Os resultados desta iniciativa serão avaliados no Seminário PAA-Balanço e Perspectivas, que acontece de 16 a 18 de junho, em Brasília.

O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do País. “O PAA é um sucesso e explica por que com tão pouco dinheiro se consegue um resultado tão importante”, enfatizou o presidente Luiz Inácio Lula, ao assinar, no ano passado, o pacto com governadores e entidades para melhorar a vida de crianças e adolescentes da região do semi-árido.

O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos pratos de milhares de brasileiros, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Fazenda, Planejamento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de estados e municípios.

Participam do seminário, que começa às 10 horas do dia 16, ministros, presidentes de autarquias, gestores municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais e sindicais e organizações voltadas ao combate à fome. A expectativa é de um público de 450 pessoas de todo o País. O evento é promovido pelos Ministérios que executam o programa, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Modalidades do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos é operacionalizado em quatro modalidades:

O Compra Direta da Agricultura Familiar promove a inserção de agricultores no mercado de forma mais justa, já que o Governo Federal adquire diretamente a produção do pequeno agricultor. Os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. Os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. O limite é de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção de Leite, cujo limite é semestral. É operacionalizado pela Conab.

A Formação de Estoques pela Agricultura Familiar visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operacionalizada pela Conab.

Operacionalizada pela Conab, governos estaduais e municipais, a modalidade Compra para Doação Simultânea articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos e dos programas sociais das localidades, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. A modalidade promove o desenvolvimento da economia local, fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo.

O Incentivo à Produção e Consumo do Leite, mais conhecido como Leite Fome Zero, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço.

SERVIÇO

Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Balanço e Perspectivas

Data: 16 a 18 de junho

Horário: 9h às 19h

Local: Academia de Tênis – SCES trecho 4 conjunto 5 lote 1 B – Brasília (DF)

A programa está disponível no seguinte

endereço:<http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>

Informação para imprensa

Adriana Scorza / Dimas Ximenes - (61) 3433-1052 - ASCOM/MDS

Palova Brito / Clarita Rickli - (61) 2191-9798 e 2191-9787 ASCOM/SAF/MDA -

Cecília Jorge/Marcelo Torres - (61) 3411 3279 ASCOM/CONSEA

Encontro confirma importância do PAA – Sítio eletrônico da Conab – 19/06/2008

O Segundo Seminário PAA - Balanço e Perspectivas terminou na quarta-feira (18), em Brasília, com a apresentação de um documento que contém várias propostas para o seu aperfeiçoamento e para o fortalecimento da segurança alimentar nutricional. O documento será analisado na próxima plenária do Consea, prevista para os dias 1 e 2 de julho.

Durante os três dias do seminário, 450 representantes e gestores de governos municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimento sociais e sindicais realizaram um balanço do processo de implantação do PAA nos últimos cinco anos. Em painéis e oficinas, destacaram os avanços e conquistas; a identificação dos problemas, entraves e dificuldades de implantação. Foram apresentadas várias experiências de sucesso que o programa têm proporcionados em todas as regiões do País, garantindo mais renda para os agricultores, diversificação da produção e melhoria de vida das famílias em situação de insegurança alimentar.

Entre as propostas apresentadas no Seminário destacam-se: o aumento de recursos; a consolidação do PAA como política pública do Estado; a criação de um novo fundo para o programa; a elevação da cota máxima por família/ano para R\$ 4.980,00 por produtor e a mobilização para o Congresso Nacional aprovar o PL 2877/08, que prevê que 30% da compra da merenda escolar seja da agricultura familiar.

O documento com as propostas está disponível no site do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) - <https://www.planalto.gov.br/consea>, para consulta pública. *Com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Seminário mostra resultados do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 13/06/2008

Os números são do tamanho da realidade brasileira. Desde 2003, quando foi criado, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) já investiu R\$ 1,5 bilhão. Os recursos foram destinados a 432,8 mil agricultores e os produtos adquiridos chegaram a 24,4 milhões de pessoas. Os resultados desta iniciativa serão avaliados no Seminário PAA-Balanco e Perspectivas, que acontece de 16 a 18 de junho, em Brasília.

O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do País. “O PAA é um sucesso e explica por que com tão pouco dinheiro se consegue um resultado tão importante”, enfatizou o presidente Luiz Inácio Lula, ao assinar, no ano passado, o pacto com governadores e entidades para melhorar a vida de crianças e adolescentes da região do semi-árido.

O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos pratos de milhares de brasileiros, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Fazenda, Planejamento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de estados e municípios.

Participam do seminário, que começa às 10 horas do dia 16, ministros, presidentes de autarquias, gestores municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais e sindicais e organizações voltadas ao combate à fome. A expectativa é de um público de 450 pessoas de todo o País. O evento é promovido pelos Ministérios que executam o programa, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Modalidades do PAA - O Programa de Aquisição de Alimentos é operacionalizado em quatro modalidades:

O *Compra Direta da Agricultura Familiar* promove a inserção de agricultores no mercado de forma mais justa, já que o Governo Federal adquire diretamente a produção do pequeno agricultor. Os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. Os preços não podem ser superiores nem

inferiores aos praticados nos mercados regionais. O limite é de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção de Leite, cujo limite é semestral. É operacionalizado pela Conab.

A *Formação de Estoques pela Agricultura Familiar* visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operacionalizada pela Conab.

Operacionalizada pela Conab, governos estaduais e municipais, a modalidade *Compra para Doação Simultânea* articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos e dos programas sociais das localidades, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. A modalidade promove o desenvolvimento da economia local, fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda no campo.

O *Incentivo à Produção e Consumo do Leite*, mais conhecido como *Leite Fome Zero*, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço.

SERVICO

Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Balanço e Perspectivas

Data: 16 a 18 de junho

Horário: 9h às 19h

Local: Academia de Tênis – SCES trecho 4 conjunto 5 lote 1 B – Brasília (DF)

A programa está disponível no seguinte

endereço: <http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>

Colheitas de fome - Jomo Kwame Sundaram – Valor Econômico – Opinião - 13/06/2008

A escassez de alimentos raramente é motivo para as pessoas passarem fome. Mesmo com a grande colheita deste ano, há alimentos suficientes no mundo. Cresceu, no entanto, o número de pessoas sem condições de comprar comida suficiente para suas necessidades.

Mesmo antes das recentes altas nos preços dos alimentos, uma população estimada em 1 bilhão de pessoas sofria de fome crônica, enquanto outros 2 bilhões enfrentavam subnutrição. No total, portanto, cerca de 3 bilhões de pessoas, quase a metade da população mundial, sofria de insegurança alimentar. Em torno de 18 mil crianças morriam a cada dia como consequência direta ou indireta da subnutrição. Obviamente, os aumentos recentes nos preços dos alimentos deverão elevar ainda mais o número de pessoas vulneráveis à fome.

Existe atualmente uma necessidade premente de financiamento aos atuais programas assistenciais alimentares para lidar com as crescentes demandas por alimentos, evitar mais distúrbios sociais e assegurar que os agricultores consigam os caros insumos necessários para a próxima safra. Enquanto respondemos à atual emergência humanitária decorrente dos altos preços dos alimentos, não podemos

perder de vista os problemas de longo prazo que corroeram a segurança alimentar nas últimas décadas. Claramente, precisa-se urgentemente de um "New Deal" para a segurança alimentar.

Os significativos aumentos na produção de alimentos associados à Revolução Verde nos anos 60 - com ajuda considerável de governos e organizações internacionais sem fins lucrativos - cederam o passo a novas prioridades políticas nos anos 80. Enquanto o crescimento da oferta de alimentos se desacelerou, a demanda continuou a subir - e não apenas em função do aumento populacional. Com o aumento na renda, há maior consumo de carne, o que requer mais grãos para uso em ração.

Desde os anos 80, governos vêm sendo pressionados a promover as exportações para ganhar divisas internacionais e importar alimentos. Os alimentos, contudo, não podem ser tratados simplesmente como qualquer commodity. Os governos deveriam desenvolver políticas, infra-estrutura e instituições apropriadas para assegurar a segurança alimentar (que não deve ser considerada o mesmo que auto-suficiência) em termos nacionais ou regionais.

O problema é que, tendo negligenciado a segurança alimentar e os setores produtivos de suas economias por várias décadas, muitos governos de países em desenvolvimento agora carecem da capacidade fiscal para elevar os investimentos públicos de forma a ampliar a produção de alimentos e a produtividade agrícola. A crescente urbanização e outros usos para as terras, além do agrícola, reduziram a área disponível para a produção de alimentos, além de que agora há terras cultiváveis sendo aproveitadas para produzir commodities não destinadas à alimentação, como as usadas em biocombustíveis.

A maior securitização e a simplificação das negociações pela internet facilitaram investimentos especulativos, afetando preços dos alimentos

Não devemos, entretanto, precipitar-nos com o abandono dos biocombustíveis, apesar de algumas políticas indubitavelmente deficientes nos últimos anos. Alguns biocombustíveis são muito mais eficientes em termos de custos e de geração de energia do que outros. Diferentes biocombustíveis trazem "custos de oportunidade" muito diferentes para a agricultura voltada aos alimentos (o açúcar não teve aumento significativo de preço).

Outro problema é que atualmente há um número cada vez menor de multinacionais de agronegócios dominando a comercialização, produção e insumos. A tendência chega em grande parte à custa dos pequenos agricultores e dos consumidores, especialmente os mais pobres. Além disso, com menos apoio do governo, o custo do crédito rural muitas vezes torna-se proibitivo.

Some-se a isso o fato de que o maior nível de securitização, a simplificação das negociações pela internet e outros desenvolvimentos dos mercados financeiros facilitaram investimentos especulativos, especialmente em mercados futuros de commodities e de opções, incluindo os que afetam os alimentos. A queda nos preços de ativos em outros segmentos do mercado financeiro, após a crise das hipotecas de baixa qualidade dos EUA, poderia ser mais importante para explicar a alta dos alimentos do que recentes problemas de oferta ou outros fatores por trás de tendências de aumentos graduais de longo prazo.

Paralelamente, os subsídios agrícolas internos e tarifas de importação de países ricos minaram, sem dúvida, a produção de alimentos nos países em desenvolvimento. Cortar os subsídios agrícolas, no entanto, elevaria os preços, pelo menos de início, e

simplesmente reduzir as tarifas agrícolas, sem apoio complementar, não levaria necessariamente a um aumento na produção de alimentos nos países mais pobres.

Em vez disso, alguns defensores da segurança alimentar instaram os países ricos a compensar as consequências adversas de seus próprios subsídios agrícolas e protecionismo com mais programas de auxílio internacional ao mundo em desenvolvimento, focando-se em esforços produtivos que melhorem a segurança alimentar. Para evitar uma catástrofe, a comunidade mundial também precisa atender às exigências emergenciais de alimentos e plantio mencionadas acima, incluindo orçamentos mais generosos e apoio no balanço de pagamentos de países de baixa renda importadores de alimentos.

Por fim, a comunidade internacional precisa assegurar um compromisso mundial significativo em relação à segurança alimentar, que não seja minada por políticas contraditórias.

***Jomo Kwame Sundaram é secretário-geral-assistente para Desenvolvimento Econômico da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi agraciado com o prêmio Wassily Leontief de Avanço nas Fronteiras do Pensamento Econômico em 2007. © Project Syndicate/Europe's World, 2008. www.project-syndicate.org**

G-8: petróleo e alimentos afetam PIB – O Globo – Economia – 15/06/2008

Ministros de países ricos mostram preocupação, mas não propõem medidas

OSAKA, Japão, e RIAD, Arábia Saudita. As nações mais ricas do mundo afirmaram ontem que os preços elevados das commodities podem abocanhar um pedaço do crescimento econômico, mas não anunciaram um plano para acalmar os mercados ou abrandar os protestos sobre o custo de combustíveis e alimentos. Os ministros de Finanças do G-8 (EUA, Canadá, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia) estiveram reunidos na cidade japonesa de Osaka para discutir a crise global provocada pela alta das commodities.

A maioria dos membros do G-8 importa petróleo.

“Os preços elevados das commodities, especialmente de petróleo e alimentos, representam um sério desafio para estabilizar o mundo, têm sérias implicações para os mais vulneráveis e podem aumentar a pressão inflacionária global”, afirmaram os ministros em um comunicado.

O secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, disse que o petróleo caro pode prorrogar a desaceleração da economia americana, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) falou em prolongada fraqueza econômica. O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, também participou do encontro.

O comissário econômico da União Européia, Joaquin Almunia, alertou sobre uma estagflação como a dos anos 1970.

Itália pede regulação maior.

EUA e britânicos se opõem O G-8 reconheceu a dificuldade em sustentar o crescimento após problemas no setor imobiliário dos EUA gerarem uma crise global de crédito.

O risco de os preços recordes do petróleo e de alimentos contagiarem salários e outros custos tornou “as escolhas de políticas mais complicadas”, acrescentou o G-8.

A Itália pediu uma regulação maior nos mercados futuros de petróleo, que tornasse essas operações mais caras, a fim de desencorajar a especulação.

Mas encontrou resistência de EUA e Grã-Bretanha, que abrigam os maiores mercados de commodities do mundo.

— Essa aceleração nos preços reflete tendências de longo prazo na oferta e na demanda globais, bem como um forte crescimento econômico que coincidiu com um período de pouco investimento na produção de petróleo — disse Paulson.

Muitos ministros aparentaram mais preocupação com o desaquecimento das economias atingidas pela crise de crédito do que com o aumento dos preços. Mas, à guisa de concessão, eles pediram ao FMI que analise as razões para o barril do petróleo estar perto do patamar recorde de US\$ 140.

— É difícil distinguir entre uma empresa aérea que busca se proteger da alta do combustível, o que é um planejamento sensato, e alguém que está simplesmente especulando ou jogando com o preço do petróleo — afirmou o ministro de Finanças britânico, Alistair Darling.

Sua colega da França, Christine Lagarde, afirmou que a fraqueza do dólar e a inflação das commodities estão interligadas.

Paulson discordou e reafirmou o discurso americano de defesa de um dólar forte.

Para os mercados, os EUA têm adotado em relação ao dólar uma política de “negligência benigna” : falam sobre a virtude de um câmbio forte enquanto se beneficiam do aumento nas exportações provocado pela desvalorização de sua moeda.

Como o grupo não discutiu o câmbio, analistas acreditam que o dólar pode voltar a cair amanhã. A desvalorização do dólar é um dos fatores que têm puxado a alta do petróleo, já que ela leva os investidores para as commodities. O encontro dos ministros é uma preparação para o encontro de cúpula do G-8, mês que vem.

Arábia Saudita pode anunciar alta da produção No Fórum Internacional de Energia, em Riad, o ministro britânico de Energia, Malcolm Wicks, afirmou que os países pobres são os mais afetados pela alta do petróleo. E disse ainda que o desequilíbrio entre oferta e demanda pode durar muitos anos.

Espera-se hoje um pronunciamento do ministro saudita do Petróleo, Ali al-Naimi. Os jornais “New York Times” e “Middle East Economic Survey” especularam ontem sobre uma possível alta na produção do país, de 500 mil barris por dia. Isso levaria a produção saudita ao recorde de 10 milhões de barris diários.

No dia 22, países produtores e consumidores se reunirão na Arábia Saudita para discutir a disparada dos preços.

Alimentos sobem em dose tripla nos países pobres - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2008

Os países pobres são os que pagam a maior parte da conta da inflação dos alimentos, hoje um dos principais problemas da economia global. A taxa média de inflação dos alimentos nos países emergentes acumulada em 12 meses é quase o triplo da dos países ricos.

O estrago fica ainda maior nos países pobres porque a alimentação tem um peso grande no orçamento da população, apesar de vários emergentes serem grandes produtores de alimentos, como o Brasil.

Isso é o que mostra estudo da consultoria MB Associados, feito a partir de dados da FAO, órgão das Nações Unidas para alimentação. Enquanto a taxa média da inflação de alimentos acumulada em 12 meses até fevereiro, numa amostra de 10 países ricos, foi de 5,3%, a média em 16 países pobres atingiu 14,3%.

“O peso da inflação dos alimentos é maior nos países emergentes”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB. Ele pondera que os cálculos são uma média aritmética simples e não levaram em conta a importância de cada país no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Apesar dos cálculos terem sido simplificados, a tendência é similar se houvesse ponderação.

Entre os países emergentes, o Sri Lanka foi o que teve a maior taxa de inflação de alimentos no período (25,6%), seguido por China (23,3%) e Quênia (24,6%). O Brasil ocupa a 12ª posição, com 11,32% de alta dos alimentos e peso de 21,9% da comida no orçamento familiar, segundo o indicador oficial de inflação, o IPCA. No Sri Lanka, alimentos representam 62% dos gastos da população; na China, 27,8%; e no Quênia, 50,5%.

Nos países ricos, a maior inflação dos alimentos foi a da Alemanha (7,4%) e Espanha (7,1%). Nesses países, a comida representa 10,4% e 21,9% do orçamento familiar, respectivamente. Nos EUA, a inflação foi de 5,1% e o gasto com comida no orçamento familiar é de 9,8%.

Além da disparada dos preços das commodities, o forte crescimento da renda nos países pobres nos últimos anos impulsionou os gastos com alimentação.

'Nunca vi os preços aumentarem tanto' - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2008

A dona de casa Antonia Pereira da Silva, de 40 anos, está com medo da inflação. “Nunca vi os preços aumentarem tanto”, diz ela, enquanto faz compras em um pequeno supermercado no bairro de San Martin, zona oeste do Recife, onde mora. Sem entender a razão da alta dos preços, ela se esforça para não perder o controle das finanças. “Peço para o presidente para não matar os pobres de fome, fazia tempo que não tinha inflação”.

Antonia reduziu o consumo de feijão, arroz e carne. Tem dia que faz cuscuz (de farinha de milho) com ovo para o almoço da família. Roupas e sapatos, nem pensar. Até o batom que adora, que custa R\$ 5,80, ela tem se privado. “Tudo pesa”, diz, ao lembrar que recebeu o aviso do bloqueio do telefone da casa, há dois meses sem pagar.

Antonia diz fazer mágica para dar conta das necessidades da família. O marido ganha um salário mínimo como vigilante de uma escola, a filha de 19 anos é mãe solteira de uma menina de dois anos, o filho casou com uma moça que já era mãe de duas crianças e está desempregado. Ela consegue R\$ 80 mensais com faxina e a netinha recebe uma pensão mensal do pai, de R\$ 150. Nada pode faltar à menina, que ela diz ter assumido como se mãe fosse - o iogurte, o leite, a massa, que compra sempre em promoções ou adquirindo marcas mais baratas.

Apesar do cuidado com os gastos, no mês passado Antonia passou noites em claro. Extrapolou os gastos com o cartão de crédito de uma cunhada. Fez uma “compra grande” para o mês, de pouco mais de R\$ 280, divididos em três vezes sem juros. Percebeu depois que não conseguiria pagar a primeira parcela, que vencia em maio. A mãe, que também vive apertada, lhe emprestou o dinheiro, proporcionando alívio momentâneo. “Ainda tem mais duas”.

Joel Cavalcanti, gerente do supermercado onde Antonia é cliente, diz que este mês as vendas caíram 1,5% em relação ao ano passado. “É a primeira queda, e isso apesar das constantes promoções que fazemos.”

Segundo o presidente da Associação Pernambucana de Supermercados, Geraldo José da Silva, “a política de promoções é adotada para o cliente não nos repassar a culpa pela alta de preços.

Começa seminário para avaliação do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 16/06/2008

Balço e Perspectivas. Com este título, foi iniciado na manhã desta segunda-feira (16), o Seminário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que acontece até quarta-feira (18), na Academia de Tênis, em Brasília (DF). O objetivo é avaliar o Programa após cinco anos de sua criação e elaborar uma proposta de fortalecimento para os próximos anos.

A cerimônia de abertura contou com as presenças dos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias; da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), Altemir Gregolin; do secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci; do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi; do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf; do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Balaban; e dos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli e da Via Campesina, Rogério Mauro.

Adoniram Peraci ressaltou a valorização das instituições públicas com o Programa, o importante papel que tem a Conab, na relação dos agricultores familiares

com o mercado. “Estamos no caminho certo. O estado presente e, sobretudo, presente para quem precisa”, disse.

Para o representante da Via Campesina, o PAA é “quem ensina a arte de pescar”, é a solução definitiva para o problema da fome, estimulando a produção de alimentos, elevando a renda e a auto-estima dos agricultores familiares. “A continuidade do programa é fundamental”, reforçou.

O presidente do Consea, destacou entre os desafios que o PAA consiga avançar como política pública, articulando o Programa a uma política nacional de abastecimento e, que possa ser dada mais visibilidade as experiências do Programa para que sociedade ‘conheça mais’.

A previsão é de que aproximadamente 400 pessoas participem do evento, que segue até quarta-feira (18), entre representantes de organizações de todos os estados que já acessaram o programa como cooperativas, associações de agricultores familiares e gestores estaduais do programa. O evento é promovido pelos Ministérios que executam o programa, o Consea, a Conab e o FNDE.

Programa - O PAA, criado em 2003, possibilita a aquisição de alimentos de agricultores familiares. Os gêneros alimentícios são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais locais ou a estoques estratégicos do governo.

Entre 2003 e 2005, o Programa foi operado, exclusivamente, com recursos do MDS. A partir de 2006, o PAA passou a ter uma maior participação do MDA, com dotação orçamentária própria, sob coordenação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

Nos últimos dois anos, as modalidades do Programa operadas pelo MDA investiram mais de R\$ 138 milhões, beneficiando quase 50 mil agricultores familiares que acessaram o Compra Direta ou Formação de Estoque pela Agricultura Familiar. Para 2008, a previsão do MDA é aplicar R\$ 146 milhões, com a participação de 35 mil agricultores familiares.

No MDA, o foco do PAA está na formação de estoques governamentais, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio à formação de estoques de produtos pelas próprias organizações de agricultores familiares e apoio à comercialização.

Programação - Na terça (17), o MDA participa do painel Fortalecimento do PAA como Política de Articulação entre Produção, Comercialização e Consumo. O seminário vai tratar, ainda, da situação atual do PAA, após cinco anos de criação, o Programa como instrumento de fomento ao desenvolvimento territorial, promoção da agrobiodiversidade e da economia solidária e o arranjo institucional do PAA: as diferentes formas de gestão e os mecanismos de operacionalização: seus limites e possibilidades. Durante o evento, acontecerão, também, seis oficinas de trabalho.

Serviço

Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Balanço e Perspectivas

Data: 16 a 18 de junho

Horário: 9h às 19h

Local: Academia de Tênis – SCES trecho 4 conjunto 5 lote 1 B – Brasília (DF)

A programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>

Governo e sociedade mostram impactos positivos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Sítio Eletrônico do MDS – 16/06/2008

Ministro Patrus Ananias lembrou, na abertura do seminário, que o PAA está ajudando o Brasil a construir sua soberania alimentar

O Brasil está construindo a sua soberania alimentar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) tem tido um papel fundamental nesta conquista. Foi o que destacou o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, durante sua participação, nesta segunda-feira (16/06), no seminário que avalia esta iniciativa. “Temos hoje o desafio de resgatar a palavra 'desenvolvimento' das famílias e das comunidades”, destacou.

O ministro também mencionou a conversa que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o impacto da crise mundial de alimentos na vida dos brasileiros mais pobres. “O presidente Lula disse com clareza que os pobres não vão pagar o preço dessa crise e que os programas sociais no Brasil não vão retroceder, nem mesmo ficar parados. Os programas sociais devem ser constantemente aperfeiçoados, mas também ampliados.”

Patrus Ananias disse ainda que a intenção do governo era ampliar de forma acentuada os recursos do PAA, mas a não aprovação da CPMF no Senado fez com que não pudesse ter um aumento maior. Em 2008, os recursos do PAA serão 18% maiores que em 2007. O orçamento deste ano é de 476,5 milhões.

O Seminário PAA – *Balanço e Perspectivas* reúne, até a próxima quarta-feira (18), 400 representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil, de movimentos sociais e sindicais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, organizações voltadas ao combate à fome, agricultores beneficiados e parceiros do Programa. O ministro Patrus Ananias destacou a importância do controle social e da prestação de contas dos investimentos. “A sociedade tem o direito de saber onde e como estão sendo aplicados os impostos e os resultados das ações efetuadas. É importante avaliarmos se as metas estão sendo cumpridas”.

Articulação - Para o secretário nacional de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, o PAA é especialmente importante para a pesca artesanal. “É importante para fortalecer a organização dos pescadores e garantir a comercialização do produto”. Segundo ele, o Programa não só garante a renda aos pescadores, mas também o direito a uma proteína nobre para quem não pode comprar o peixe”. Para ele, o Brasil é uma grande potência da pesca. “Produzimos hoje um milhão de toneladas de pescado, mas podemos produzir 20 milhões. Temos 8,5 mil quilômetros de costa marítima”.

O secretário nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adoniram Sanches, citou “a revolução que este governo tem feito no sentido de aperfeiçoar as políticas públicas em agricultura familiar e que a articulação destas políticas é o grande gargalo do PAA”. E completou: “diante da crise de alimentos que o planeta passa, o país que tem média e pequena propriedade terá mais chances”.

Já o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi, citou a mudança extraordinária que o PAA tem provocado. “A criação do PAA tem garantido ao produtor a venda da sua produção. Já foi investido R\$ 1,5 bilhão. A Conab sentiu a semente extraordinária desta mudança”.

Para o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf, “este é um programa cujo êxito se deve fundamentalmente por ter sido apropriado pela sociedade”. Para ele, o PAA é uma forte ação no plano estadual e federal.

Fortalecimento - O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Daniel Silva Balaban, disse que “a relação do Ministério da Educação com o PAA é com a alimentação escolar e que este ano tem o orçamento de R\$ 1,8 bilhão”. Citou que o FNDE quer ajudar o PAA a fazer com que se torne cada vez melhor dentro do Programa de Alimentação Escolar. “Espero que deste Seminário saiam novas alternativas, pois um país desenvolvido é um país com a agricultura fortalecida”.

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, citou o PAA como algo revolucionário e que precisa ser fortalecido. “Acreditamos muito neste seminário, pois vai apontar o fortalecimento da agricultura familiar com os grupos que aqui estão participando”.

Para o coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf Sul), Altemir Tortelli, “o seminário está acontecendo num momento muito especial, quando está se discutindo a segurança e a soberania alimentar”. Para ele, “o Programa é uma revolução para quem planta e para quem precisa comer, além de estimular a diversidade da agricultura”.

Rogério Mauro, representante da Via Campesina, citou que o PAA é um programa do governo federal que ensina a pescar. “É uma solução a longo prazo para o combate à fome, além de elevar a auto-estima dos pequenos agricultores que produzem o alimento e entrega a quem mais precisa. É uma ação que dinamiza a economia local”.

PAA em números - Desde 2003, quando foi criado, o Programa já investiu R\$ 1,5 bilhão na agricultura familiar. Para 2008, o orçamento de R\$ 476,5 milhões é maior 18,3% em relação ao ano passado. O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite.

Cresce difusão da inflação, ou seja, mais itens que integram o IPCA sobem de preço - Em maio, dos 465 itens pesquisados pelo IBGE, 71% registraram alta, contra 62% no mês anterior; instituto aponta reajuste nos serviços

Primeiro, foram os alimentos a pressionar a inflação. Agora, os reajustes se dissiparam e atingem a maior parte da cesta de produtos que integra o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE. Em maio, dos 465 itens pesquisados pelo índice oficial, 71,35% registraram alta. O percentual supera em quase dez pontos o de abril (61,98%).

Em maio do ano passado, o chamado índice de difusão era bem menor: 56,99%, segundo dados da Tendências. "Esse patamar de maio é bem alto. Se se configurar uma tendência, como parece, mostra uma disseminação da inflação que é preocupante", diz Marcela Prada, economista da consultoria.

Para ela, a pressão dos alimentos contamina outros preços. "Há um ambiente de aquecimento econômico propício para reajuste", afirma.

Em maio, o IPCA surpreendeu os especialistas e bateu em 0,79% -acima do 0,55% de abril. Foi a maior alta desde abril de 2005 (0,87%) e a mais elevada variação para um mês de maio desde o início do Plano Real, em 1994.

Diante do resultado, economistas já cogitam a possibilidade de o índice ultrapassar o teto da meta do governo para 2008, de 6,5%. Um dos motivos é a maior difusão da inflação que começa a tomar corpo.

Tal fenômeno se evidencia com o comportamento dos preços dos serviços, que avançam a reboque da alta da inflação dos alimentos, do aquecimento da economia e da expansão da renda do trabalhador.

A manicure Dircinéia dos Santos Lima, a Néia, 38, ilustra a situação recente. Ela cobrava R\$ 15 para fazer a mão e o pé há um ano. Como seu orçamento ficou mais apertado e as clientes não reclamaram, conseguiu subir o preço para R\$ 20.

Estão nessa lista serviços de conserto de transporte escolar (alta de 3,54% de janeiro a maio de 2008), estacionamento (3,16%), médicos e dentários (3,47%), costureira (3,30%), academia de ginástica (4,34%) e natação (2,93%).

Fazer as unhas passou a custar 4,58% mais neste ano. No salão de beleza, o recordista na alta de preços foi depilação (7,73%). O serviço superou o reajuste do hotel -5,07%. O aumento mais expressivo, porém, ficou com os ingressos de jogos esportivos -33,73%. Todos subiram acima do IPCA -2,88% de janeiro a maio.

Segundo Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de índices de preços do IBGE, há um "claro movimento de alta, especialmente dos serviços pessoais". "Existem duas influências importantes: o reajuste do salário mínimo e mais

recentemente a alta dos preços dos alimentos. Para quem é autônomo, a alimentação é muito sentida no orçamento, e a tendência é que se tente repassar os aumentos para o custo dos serviços", diz.

A economia aquecida, diz, propicia os repasses. "No caso de serviços como manicure, cabeleireiro, costureira, o consumidor é mais fiel. Não troca facilmente. Assim, o repasse é mais fácil. Os clientes aceitam mais os reajustes."

Para Carlos Thadeu de Freitas Filho, da SLW Corretora, a economia aquecida "dá sustentação aos repasses de custo", o que abre espaço para o reajustes dos serviços. Essa tendência, diz, é mais notada em serviços nos quais o peso da mão-de-obra é maior e cuja expansão do consumo está atrelada ao aumento da renda. É o caso típico dos serviços do salão de beleza.

Alta das commodities gera reação contra especulação no mercado – Diana B. Henriques – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008

Em Washington, os especuladores financeiros parecem todos ter alvos colados às costas. Eles estão sendo culpados pelos altos preços da gasolina, pela disparada dos custos dos alimentos e pela instabilidade nos mercados de commodities.

Os legisladores estão criticando as autoridades regulatórias por não os estarem reprimindo de maneira mais vigorosa. "Vocês estudam o que acontece, mas não tomam providências contra esse crescimento incrível na especulação", disse o senador Carl Levin a um importante funcionário da CFTC (Commodity Futures Trading Commission), em recente audiência no Senado. "A menos que a CFTC se disponha a agir contra a especulação, não temos um policial de patrulha", disse Levin.

O senador Joseph Lieberman, do Connecticut, sem partido, disse que estava trabalhando em uma proposta que proibiria qualquer atuação de grandes investidores institucionais nos mercados de commodities. No mesmo dia, o governo Bush aprovou proposta do Senado para criar um grupo de trabalho interagências, no governo federal, que investigaria as especulações com commodities. Ao menos quatro audiências públicas trataram do tópico nos dois últimos meses, e o senador Lieberman conduzirá mais uma sessão no dia 24.

Embora as autoridades regulatórias dos mercados de commodities observem regularmente as transações em busca de manipulações, a CFTC nas últimas semanas decidiu adotar a incomum providência de confirmar publicamente que estava conduzindo investigações, em busca de atividades ilegais tanto no mercado de energia quanto nos agrícolas. Com a intensificação da pressão política, as autoridades regulatórias reforçaram suas demandas por informações mais detalhadas de parte das Bolsas de commodities, a fim de melhorar sua capacidade de monitorar os mercados. Em comunicado divulgado recentemente, Walter Lukken, presidente da CFTC, afirmou que a comissão estava determinada a garantir que os preços das commodities "sejam estabelecidos pelas forças fundamentais de oferta e procura, e não por práticas abusivas ou manipulativas".

Ainda que seja comum culpar os especuladores, nos momentos de dificuldade financeira, a hostilidade crescente contra eles começa a preocupar pessoas com anos de conhecimento sobre como funciona o mercado de commodities. Porque, dizem essas pessoas, sem especuladores, os mercados simplesmente não funcionam.

Os especuladores, pessoas dispostas a arriscar seu capital em busca de lucros elevados, têm posição central em mercados de commodities saudáveis, dizem esses observadores. Restrições amplas à atuação deles poderiam prejudicar mercados que já estão sob pressão devido à crescente demanda mundial por alimentos e combustível. Mesmo em Washington existe acordo generalizado quanto a que não existe um fator único que se possa responsabilizar pela alta nos preços do alimento e da energia. As economias famintas e de alto crescimento da Índia e da China estão afetando a demanda mundial de maneira fundamental, e problemas climáticos e políticas governamentais quanto ao comércio e a produção de álcool são apenas alguns dos muitos fatores que afetam a oferta. As commodities, cotadas em dólares, tendem a subir de preço à medida que a moeda americana cai, o que as torna um refúgio popular para os investidores temerosos de inflação.

Lucro na variação - Ao contrário dos praticantes do hedge -agricultores, mineradoras, refinarias e outros interesses comerciais que produzem ou utilizam as commodities-, os especuladores, como os investidores conhecidos como "day traders" nos mercados de ações, estão simplesmente tentando lucrar com as variações nos preços.

Alguns especuladores acompanham as tendências do mercado, comprando na alta dos preços e levando-os a subir ainda mais. Mas outros compram quando acreditam que os preços caíram demais, vendem quando consideram que os preços estão altos demais ou fazem apostas que darão lucro apenas caso os preços venham a cair. Quanto mais dinheiro o especulador estiver disposto a colocar em ação no mercado, maior a liquidez que este apresenta e mais fácil se torna comprar e vender sem causar grande oscilação de preço.

Qualquer operador, especulador ou praticante de hedge pode tentar manipular mercados. Mas, porque o mau humor quanto à especulação cresce tanto quanto os preços do combustível e dos alimentos, alguns estudiosos estão preocupados com a possibilidade de que as pessoas estejam começando a considerar especulação, que é a busca legal de lucros no mercado, como sinônimo de manipulação -transações secretas e conspiratórias que têm por objetivo causar movimentos deliberados nos preços a fim de gerar lucros ilegais.

Certamente aconteceram saltos incomuns de preços nos mercados de commodities, como a abrupta e íngreme viagem de montanha-russa do mercado do algodão no começo de março e as mais recentes oscilações nos mercados de petróleo, que alarmaram alguns dos participantes do mercado.

**Tradução de PAULO MIGLIACCI*

Experiências demonstram fortalecimento do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2008

Tudo começou em 2004, quando a Cooperativa Ecoserra, de Santa Catarina, ingressou no Programa de Aquisição de Alimento (PAA). Naquele ano, foram três projetos para produtos convencionais e agroecológicos. Na safra 2006/07, os números saltaram para 11 projetos, 202 agricultores familiares envolvidos, produção de 394 mil quilos, 88 entidades assistenciais beneficiadas, 22 mil pessoas atendidas (consumidores) e uma variedade de 66 produtos.

Os dados foram apresentados no painel “PAA como instrumento de desenvolvimento territorial, promoção da agrobiodiversidade e da economia solidária”, na tarde desta terça-feira (17), no Seminário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que será realizado até esta quarta- feira (18) em Brasília (DF).

O painel teve como objetivo apresentar as experiências de comercialização e articulação territorial no Norte de Minas Gerais; de agroecologia e desenvolvimento territorial no Planalto Catarinense; e de sementes e manejo da agrobiodiversidade no Pólo Borborema, na Paraíba.

Participaram do painel os conselheiros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Naidison Quintela e Maria Emília Pacheco; o pesquisador Lauro Mattei, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e o secretário de Economia Solidária, Paul Singer.

A Ecoserra apresentou uma pesquisa apontando as mudanças ocorridas depois do ingresso dos agricultores familiares no PAA como o aumento da diversificação, a ampliação da área de produção e a transição agroecológica. Além disso, o estudo mostrou que houve uma melhoria na renda dos agricultores, que puderam voltar a estudar, e o aumento do poder de compra, que gera, também, o aquecimento da economia local. Entre os produtos que passaram a ser comercializados para participar do PAA estão doces de frutas, conservas, hortaliças e raízes e tubérculos.

Capacidade de gestão - Agilidade, capacidade de gestão e comercialização. Foi o que apresentou a Cooperativa Grande Sertão, do Norte de Minas Gerais. A organização reúne hoje 53 cooperados na produção de mel, farinha e rapadura. Além disso, trabalham com a polpa de frutas, que gera uma produção anual de 240 toneladas resultado de duas agroindústrias que contaram com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Infraestrutura e Territorial.

Para Francisco Vagner, representante da Grande Sertão, a continuidade do PAA nestes cinco anos permitiu aos cooperados desenvolver estratégias dentro de seus segmentos de produção. Entre as perspectivas, aponta a montagem de linha de sucos e de frutas desidratadas.

Sementes da Paixão - A tradição de guardar as sementes foi o que apresentou o Pólo Sindical da Borborema, que há quatro anos participa do Programa de Aquisição de Alimentos. O balanço nestes anos se traduz em comercialização no

total de R\$ 144 mil, 140 mil quilos de sementes compradas dos agricultores e 104 famílias fornecedoras de sementes.

Diogo Fernandes, representante da organização, destacou a experiência paraibana na manutenção da tradição do armazenamento de sementes crioulas por meio de ações como banco de sementes comunitários e o estoque estratégico. O Pólo já resgatou 220 variedades de sementes.

Entre os resultados, o financiamento de sementes de boa qualidade, o reconhecimento institucional da “semente paixão”, como é intitulada, o aumento da produção agroecológica, o reforço dos bancos comunitários de sementes, o avanço no mercado institucional, entre outros. “O Programa veio fortalecer”, conclui Fernandes.

Serviço

Evento: Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Balanço e Perspectivas

Data: até 18 de junho

Horário: 9h às 19h

Local: Academia de Tênis – SCES, Trecho 4, Conjunto 5, Lote 1B - Brasília (DF)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está disponível no endereço eletrônico <http://www.mds.gov.br/sites/seminario-paa-balanco-e-perspectivas>

PAA é instrumento contra crise de alimentos – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2008

“O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar é um instrumento que pode permitir o enfrentamento da crise de alimentos de uma maneira diferenciada”. A afirmação foi feita pelo presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf, na tarde desta segunda-feira (16), durante o Seminário PAA – Balanço e Perspectivas, que acontece em Brasília.

“As vozes dominantes do debate nacional têm tentado nos convencer de que a melhor proposta para a crise é a gente ampliar a grande produção, ter mais tecnologia, mais agroquímico, mais monocultura, e nós estamos dizendo não, nós estamos dizendo que esses elementos estão no fundamento desta crise, e que o PAA é um instrumento para a gente enfrentá-la”, argumentou Maluf.

A secretária de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Laura Veiga, apresentou pesquisas e avaliações produzidas sobre o Programa. “Alguns dos aspectos observados no programa, são a melhoria no acesso ao mercado, por parte dos beneficiários, e o aumento, diversificação e melhoria da produção”, informou Laura.

Outro expositor foi Guilherme Delgado, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele lembrou que o programa nasceu das idéias do Instituto da Cidadania e que foi criado em 2003. “O PAA precisa ser uma política

pública permanente”, defendeu ele. “Ao completar cinco anos, o programa precisa se tornar adulto, deixar de ser uma criança, para ser uma grande realidade na nossa política agrícola”, afirmou.

Nesta terça-feira (17), às 9h, será realizado um painel que mostrará o PAA como política de articulação entre produção, comercialização e consumo. O seminário, que segue até a quarta-feira (18), reúne cerca de 450 participantes, entre eles gestores municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais e sindicais e organizações voltadas ao combate à fome.

O programa - O PAA é uma das ações do Fome Zero que, de um lado, adquire por preço justo alimentos de agricultores familiares e, de outro, distribui os produtos aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O objetivo é promover o direito humano à alimentação adequada e assegurar o princípio da soberania alimentar do País.

O Programa paga a cada produtor R\$ 3,5 mil, por ano, na área agrícola, e o mesmo valor, por semestre, no caso do leite. Para que os agricultores sejam atendidos e os alimentos cheguem aos pratos de milhares de brasileiros, o PAA envolve ações dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de estados e municípios.

O evento é promovido pelos ministérios executores do programa, juntamente com o Consea, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). ***Com informações do Consea.**

Preços de alimentos têm leve recuo em junho – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008

Após atingir a maior alta desde fevereiro de 2004 na primeira leitura de junho, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 0,05 ponto percentual na segunda medição do mês, apontando inflação de 1,07%. A variação menor nos preços de alimentos foi a principal causa para o resultado.

O grupo alimentação teve alta de 2,78%, ante 2,98% na medição anterior. Recuaram os preços de mamão papaya (31,92%), laranja pera (9%), cebola (6,92%) e banana prata (6,82%). Itens que iniciaram o mês com inflação alta registraram variações menores na última leitura. É o caso de arroz (que passou de 18,44% para 18,13%), batata inglesa (de 20,2% para 15,9%), pão francês (de 6,2% para 4,46%) e tomate (de 12,44% para 7,54%).

Outros três grupos registraram pequena redução no índice inflacionário. No grupo vestuário, a alta ficou em 0,39%, ante 0,46% apurado até o dia 7. A diferença deve-se à queda de 0,67% em calçados, que na semana anterior subia 0,42%. O grupo saúde e cuidados pessoais apontou variação de 0,67%, 0,06 ponto abaixo do verificado na medição anterior, resultado da desaceleração nos preços de

medicamentos, que baixou 0,3 ponto percentual, para 0,59%. O grupo transportes variou 0,09, ante 0,17% na apuração anterior, tendo como principal fator para a desaceleração a queda de 0,07% em seguro facultativo para veículos (na medição anterior, o item subiu 1,7%).

Os demais grupos, no entanto, apresentaram inflação mais acelerada em relação à medição feita até o dia 7. É o caso de habitação (que passou de 0,36% para 0,39%, educação (de 0,44% para 0,56%) e despesas diversas (que saiu de uma deflação de 0,02% para alta de 0,07%). Apesar de o índice geral ter apontado variação menor que na primeira semana do mês, ainda preocupam a disseminação da inflação para todos os grupos apurados e a aceleração em preços administrados e serviços. **(com Valor Online)**

Segurança alimentar em xeque nos EUA - John Carey – Valor Econômico – Agronegócios - 17/06/2008

No início de junho, McDonald's, Burger King e vários outros restaurantes dos Estados Unidos jogaram fora seus tomates vermelhos e o Wal-Mart deixou de vender certas variedades do fruto. Era uma resposta ao surto de salmonela que, até então, havia afetado 17 Estados e levado pelo menos 23 pessoas ao hospital, segundo a Agência de Remédios e Alimentos (FDA, na sigla em inglês) do país.

Para os encarregados da inspeção alimentar da FDA, o susto com a salmonela era mais uma evidência do problema crônico de falta de recursos e de pessoal que limitaram a agência a apenas reagir a incidentes como esse, em vez de, em primeiro lugar, preveni-los - desejo de longa data.

Stephen Sundlof, que dirige o Centro de Segurança de Alimentos e Nutrição Aplicada da FDA, recentemente questionou se sua equipe poderia lidar com mais de uma grande crise nacional ao mesmo tempo. Um surto de salmonela e outro de *Escherichia coli*, por exemplo. "Estamos próximos do ponto de ruptura", diz.

A situação é tão calamitosa que o governo Bush fez um pedido extraordinário para destinar US\$ 275 milhões adicionais, em seu orçamento proposto para 2009, à FDA. A decisão seguiu-se a uma solicitação ainda mais incomum do comissário da agência, Andrew C. Von Eschenbach, que pediu a mesma quantia em financiamento emergencial para o ano fiscal de 2008. Paralelamente, uma coalizão de 180 empresas, associações, defensores dos consumidores e grupos de pacientes pressionam por mais dinheiro e funcionários à FDA.

Nos últimos anos, a FDA viu-se cada vez com mais trabalho: fiscalizar rótulos sobre propriedades nutricionais, regulamentar suplementos para dietas, assegurar a segurança das crescentes importações de alimentos. Mas desde 2004 a agência perdeu mais de 30% dos funcionários de campo e há muitos outros com planos de aposentar-se em breve. Fiscalizar todas as instalações de produção de alimentos pelo mundo no ritmo anual levaria 1,9 mil anos. Sundlof brinca, com pesar, que gostaria de reduzir o tempo para 1,5 mil anos.

Também há falta de equipamentos imprescindíveis. Recentemente, pesquisadores de um laboratório da FDA próximo a San Francisco testavam um suplemento de ervas chinês para descobrir se era adequado ao consumo humano. Ligaram o espectrofotômetro de massa, uma máquina de US\$ 150 mil, que pode detectar pequenos volumes de substâncias tóxicas e inseriram uma amostra. Não

apenas se encontrou vestígios de mercúrio, mas um nível tão alto do metal, que o aparelho teve de ser inabilitado para limpeza. Como o laboratório possui apenas uma máquina, todos os testes ficaram suspensos por duas semanas.

O sistema de segurança alimentar não desmoronou, segundo funcionários antigos e atuais da FDA, graças ao forte sentimento de responsabilidade e sacrifício de seus membros. Tornaram-se públicos casos de funcionários usando cartões de crédito pessoais para comprar produtos suspeitos. Interromper as férias e trabalhar noite adentro tornaram-se práticas comuns.

A luta diária para fazer mais com menos, no entanto, tem sérias implicações para a segurança. A FDA suspeitava que o sorvete Cold Stone Creamery havia contaminado pessoas com salmonela em 2005, mas carecia do exame necessário para provar a contaminação. Teve de recorrer ao Departamento de Tecnologia e Ciências de Alimentos, da University of Georgia, em busca de ajuda para detectar a bactéria. Além disso, como passa grande parte do tempo respondendo a emergências, a FDA acaba negligenciando tarefas de rotina.

"Uma regulamentação que comecei a fazer em 1998 para reduzir o risco de salmonela em ovos ainda não chegou às ruas", diz um funcionário aposentado. "Um motivo para sair foi não ter muita esperança de que os problemas seriam solucionados".

Cerca de 35 anos depois de os EUA imaginarem que o botulismo em alimentos enlatados havia virado história, a toxina apareceu no ano passado em um molho de pimenta, em uma fábrica da Geórgia, administrada pela Castleberry's Brands. Por quê? Funcionários de campo dizem que estavam ocupados demais e não puderam examinar uma nova tecnologia que a Castleberry's usava em suas fábricas - que mostrou ser defeituosa.

A agência há muito deseja instaurar um sistema para evitar crises alimentares antes de seu surgimento. Não há recursos para isso. E quando propôs novas regulamentações de segurança na produção no ano passado, o governo Bush vetou a solicitação.

A FDA ainda tenta obter mais apoio e melhorar o funcionamento do sistema. David W. K. Acheson, comissário associado de alimentos, encabeça um novo plano que permitiria à FDA inspecionar certos fabricantes no exterior e obrigar empresas estrangeiras a assumir maior responsabilidade pela segurança. Possibilitaria avaliar ameaças específicas de alimentos determinados (e de fabricantes e de países), em vez de, por exemplo, agrupar todos os frutos do mar e considerá-lo igualmente arriscados, submetendo-os à mesma fiscalização. Tais métodos são cruciais. "Não conseguimos detectar uma saída para esse problema", afirma Acheson.

O plano está pronto e Acheson tenta persuadir o Congresso a financiá-lo. Com o apoio cada vez maior de grupos de consumidores e da indústria de alimentos, o Congresso poderia, enfim, agir. A proposta de US\$ 275 milhões adicionais provavelmente não chegará antes do ano fiscal de 2009. E também não conseguirá dobrar o orçamento em cinco anos, como recomendado pela Comissão de Ciências da FDA, um de seus grupos consultores.

A FDA, é claro, está acostumada a isso. "Teremos menos do que gostaríamos", diz Acheson. Mas, mesmo um pequeno impulso seria suficiente para fortalecer as linhas de frente da batalha para assegurar que a oferta de alimentos nos Estados Unidos é segura. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Alta de preços dos alimentos já afeta resultados do varejo - Jacqueline Farid –
Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

Vendas perderam ritmo em abril e expansão foi de apenas 0,2% ante março

A inflação dos alimentos afetou as vendas do comércio varejista em abril e impediu um crescimento maior do setor no mês, segundo mostram dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve expansão de apenas 0,2% no faturamento ante mês anterior e de 8,7% na comparação com abril do ano passado. Os dois resultados são inferiores aos de março.

O grupo de hiper e supermercados, que responde por 30% das vendas do comércio e é o mais sensível à alta dos alimentos, teve a perda de ritmo mais brusca: queda de 0,1% em abril ante o mês anterior e aumento de 0,6% em relação a igual período de 2007. Em março, as expansões no grupo haviam sido, respectivamente, de 2,4% e 8,5%.

“A inflação dos alimentos afetou os resultados do varejo em abril, já que hiper e supermercados têm peso muito forte na pesquisa”, disse o técnico da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE Reinaldo Pereira.

Para o consultor do Instituto de Desenvolvimento do Varejo, Emerson Kapaz, os consumidores estão reagindo com um “ajuste suave” aos reajustes nos alimentos, o que deve “evitar aumentos de preços exagerados” nesses produtos. Ele afirmou que, “se o aumento das vendas em abril mostrasse aceleração, isso seria uma combustão para a inflação”. Segundo o consultor, os resultados mostram que a demanda no varejo não representará pressão adicional para a inflação.

Pereira e Kapaz dizem que o efeito calendário, provocado pela Páscoa, também contribuiu para a desaceleração no varejo. Em 2007, a Páscoa foi comemorada em abril, portanto, os resultados desse mês em 2008, ano em que a Páscoa foi em março, foram influenciados por uma base de comparação alta.

Para o economista-chefe da Gouvêa de Souza, César Fukushima, essa perda de ritmo deve prosseguir, já que os reajustes dos alimentos estão ocorrendo no mundo todo.

CRÉDITO - O freio no varejo só não foi maior porque o crédito farto e o câmbio continuam impulsionando compras de bens de consumo duráveis. O segmento de móveis e eletrodomésticos, com expansão de 27,8%, respondeu por 4 pontos percentuais do crescimento de 8,7% nas vendas do varejo em abril.

Segundo Pereira, o resultado do segmento foi impulsionado pelos preços baixos dos produtos, favorecidos pelo câmbio e pela facilidade de importação. Além disso, as vendas continuam estimuladas pelo crédito e pelo alongamento dos prazos de financiamento.

O segmento de veículos e motos, partes e peças, que não é incluído no cálculo final da pesquisa, teve aumento nas vendas de 2,7% ante março e 29,2% ante abril de 2007. ***COLABOROU FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

Ritmo de vendas cai no Norte e Nordeste - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 18/06/2008

O faturamento real do comércio varejista de alimentos no trimestre encerrado em abril cresceu apenas 1,1% nas Regiões Norte e Nordeste, na comparação com os mesmos meses de 2007. Em igual período, a venda de alimentos cresceu 5,6% no País. Na Região Sudeste, a mais abastada, o acréscimo foi de 6,7%. Esses números resultam de um estudo elaborado pela Quest Investimentos com base nos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“As vendas de alimentos nas Regiões Norte e Nordeste crescem a um ritmo bem menor que a média nacional”, observa o economista Fábio Ramos, autor do trabalho. Segundo ele, os resultados regionais das vendas de alimentos são coerentes com o desempenho dos hipermercados, que mostraram, em abril, perda de fôlego por causa da inflação.

Nas Regiões Norte e Nordeste, onde a população tem menor poder aquisitivo e, portanto, gasta mais com comida, o peso da alta dos alimentos é maior no orçamento familiar. Isso explica a maior desaceleração das vendas do varejo nessas regiões. Até setembro passado, antes da disparada dos preços dos alimentos, as duas regiões tinham um acréscimo de vendas superior à média do País, em razão da estabilidade de preços e de benefícios sociais.

Dados da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE indicam que a maior parte da população brasileira em idade ativa com renda mensal de até um salário mínimo (R\$ 415) concentra-se no Norte (28,4%) e no Nordeste (39,7%). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para as famílias que recebem entre um e seis salários mínimos, subiu neste ano até maio 3,32%.

O resultado supera o do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - indicador que baliza a meta de inflação definida pelo governo -, que aumentou 2,88% no mesmo período. O IPCA mede a variação dos preços ao consumidor que ganha até 40 mínimos.

NOVA TENDÊNCIA - Em abril, as vendas do comércio varejista do Nordeste cresceram 10,64% e as da Região Norte, 7,95%, em relação a igual período do ano passado, já descontados os efeitos sazonais. Enquanto isso, a média nacional do comércio varejista registrou elevação de 13,29%, nas mesmas bases de comparação.

Nessas contas foi considerado o comércio varejista ampliado, isto é, que inclui as vendas de veículos e materiais de construção. “Se antes o Norte e o Nordeste cresciam acima da média nacional, agora, a cada mês, as vendas estão desacelerando e correm abaixo do desempenho da média nacional do varejo”, observa o economista da Quest Investimentos. De acordo com Ramos, o que está provocando a mudança nos padrões de consumo dessas regiões é a elevação acentuada dos preços dos alimentos.

'A gente compra menos charque' - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

Com uma renda mensal de três salários mínimos, o operador de telemarketing Carlos Moraes sentiu no bolso a alta dos preços da alimentação. Para driblar os aumentos, ele e a mulher, Maria José Marques, pesquisam em vários supermercados antes de fazer as compras.

Além de comparar preços e optar pela melhor oferta, Moraes diz que reduziu os volumes comprados. No caso do feijão, o corte foi de mais de 30%: de seis para quatro quilos mensais. A mesma estratégia foi usada para a carne. “A gente compra agora a metade da quantidade de carne de charque para a semana.”

O corte nas compras já foi sentido nas vendas dos supermercados. “Houve uma queda nos volumes vendidos de alimentos básicos de março para cá”, diz o presidente da Associação Sergipana de Supermercados, Domingos Antonio da Trindade Neto. Apesar de não ter números que confirmem o recuo, o presidente da entidade diz que houve uma diminuição das quantidades vendidas, mas o faturamento nominal se manteve por causa da inflação. A alternativa para os supermercadistas, observa, é abastecer as lojas com marcas mais baratas. “Isso foi provocado pelo aperto da inflação.”

Carlos Moraes também mudou de hábito. Hoje ele deixa o a moto em casa duas vezes na semana e vai ao trabalho de bicicleta. Para o operador de telemarketing, a explicação para a alta dos preços dos alimentos é o petróleo. “Tudo é conduzido pelo petróleo.”

País pode ajudar a conter preços globais, diz BNDES - Adriana Chiarini e Alberto Komatsu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

As medidas que o governo prepara com o objetivo de reduzir as pressões inflacionárias sobre os alimentos podem ajudar não só no mercado doméstico, mas também repercutir no exterior, avaliou ontem o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

“O presidente tem convocado o governo para a promoção da oferta de alimentos. Deverá em breve anunciar medidas nessa direção para que o Brasil ajude a mitigar pressões não só no mercado doméstico, mas até, em certos casos, no mercado internacional de preços de produtos agrícolas”, afirmou Coutinho.

Ele disse que o governo está “muito preocupado com a inflação” e não limitou o interesse na alta de preços de alimentos, que citou apenas como exemplo do tipo de pressão que está no foco das atenções. Na avaliação de Coutinho, em algum momento a pressão sobre os preços das commodities vai se reduzir e a atual alta de inflação vai passar.

“Não é tolerável ad eternum, pelo mundo, a continuação interminável da alta de algumas commodities, como o petróleo”, disse o presidente do BNDES. “Eventualmente, algum ajuste de contas desse processo tem de vir. Mas, por enquanto, está em curso.”

JURO REAL - Para ele e para o sócio da Gávea Investimentos e ex-presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, quando a atual alta de inflação passar, em prazo não determinado, o Brasil terá condições de ter uma taxa de juro real (descontada a inflação) em torno de 4% a 5% ao ano, como o México teve antes da pressão mundial dos preços.

O ex-presidente do BC tratou a inflação atual como conjuntural e foi o primeiro a dizer, durante um seminário sobre financiamento de longo prazo promovido pelo BNDES, que a taxa de juro real do Brasil pode, “depois da alta atual de inflação”, baixar, como as do México, para algo em torno de 4% ao ano.

Luciano Coutinho concordou com Fraga, ressaltando não saber quanto tempo vai durar a pressão internacional dos preços de commodities, entre elas o petróleo. “Quero compartilhar essa visão de que não há razão para que a taxa de juros real brasileira no médio e no longo prazo não venha a convergir para o padrão mexicano, de 4% a 5% ao ano,” afirmou o presidente do BNDES.

Alimentos vão continuar em alta, diz CNA - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

Entidade diz aumento nos custos de produção serão repassados para consumidor

Os preços dos alimentos deverão continuar em alta no mercado interno, afirmou ontem o superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ricardo Cotta. Estimativa feita pela entidade mostra que os preços pagos aos produtores rurais tiveram aumento de 15,74%, em reais, no primeiro trimestre.

Em igual período, os índices de inflação dos alimentos subiram cerca de 2%, de acordo com Cotta. “Muito pouco foi repassado para o consumidor final.”

O produtor vai gastar mais para cultivar a safra 2008/09, a partir de meados de setembro. A CNA prevê elevação de 13% nos custos de produção da soja no município de Sorriso, em Mato Grosso, importante Estado produtor de grãos. Os produtores da região vão gastar R\$ 1.412,73 por hectare plantado ante R\$ 1.250,40 por hectare no ano passado. Se houver problemas fitossanitários, como a ferrugem asiática na soja, o custo será maior.

“A população vai sentir os impactos”, afirmou Cotta. “O produtor não consegue mais produzir pelos custos antigos.” Ele lembrou que, por causa do ritmo de

produção do País - a safra principal é colhida no primeiro trimestre -, os preços dos alimentos recuam no primeiro semestre e sobem no segundo.

PIB - Apesar da preocupação com a inflação, os dados do setor continuam vigorosos. Impulsionado pelo crescimento da produção de grãos, café e proteínas animais, pela alta do preço dos insumos agrícolas e pela elevação dos preços dos alimentos, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deve crescer 10% na comparação com os R\$ 582,6 bilhões de 2007, quando o crescimento foi de 7,88% ante 2006. No primeiro trimestre de 2008, o PIB do setor cresceu 2,81% ante 0,74% em igual período do ano passado.

De acordo com a CNA, o Valor Bruto da Produção (VBP) para 25 produtos confirma tendência de alta em 2008 em decorrência da safra recorde de grãos e da elevação dos preços. Segundo a entidade, o VBP, que é o faturamento obtido com a venda dos produtos, será de R\$ 277 bilhões em 2008 ante R\$ 217,5 bilhões em 2007, o que representa alta de 27,4%.

Cotta lembrou que nem toda essa “riqueza” chega ao do produtor. Isso porque o bom resultado do PIB foi influenciado pela alta de preços de insumos, sobretudo de fertilizantes, item que representa 30% do custo de produção da atividade agrícola. No primeiro trimestre, os insumos subiram 5,65%.

Efeito de alimentos no consumo afeta indústria, segundo Fiesp – Deise de Oliveira – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008

A indústria já acusa o impacto da alta dos preços dos alimentos no consumo. Para o gerente do departamento de economia da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), André Ribeiro, a forte desaceleração do nível de emprego na indústria em maio é sinal de que o consumidor está gastando mais com alimentos e menos com produtos industriais.

"A demanda está perdendo força por conta da alta dos preços dos alimentos." Segundo a Fiesp, o nível de emprego da indústria de transformação do Estado de São Paulo subiu 0,35% (8.000 vagas foram criadas) em maio na comparação com o mês anterior, segundo dados sem ajuste sazonal. Em abril foi de 2,75%, com 62 mil novas vagas.

Os dados com ajuste sazonal mostram que a alta no emprego no mês passado foi de 0,06% (ante alta de 1% em abril).

De acordo com Paulo Francini, diretor do departamento de pesquisas econômicas da Fiesp, o índice dessazonalizado é o menor deste ano e a primeira "batida no zero" desde dezembro, quando as contratações se desaceleram. "Notávamos acomodação da indústria em relação a outros indicadores. O INA [indicador do nível de atividade da indústria paulista] já apontava isso, que parte do ímpeto estava se perdendo. Não era dramático porque a variação ainda era positiva. (...) O preocupante agora é que a taxa de crescimento passou a ser não-crescimento."

Para ele, os reflexos do aumento da taxa de juros para 12,25% e da valorização na taxa de câmbio não impactaram o emprego industrial. Francini aposta, no entanto, que deve haver maior "acomodação/desaceleração" da indústria.

"Há muitas variáveis atuando juntas. Não dá para saber dos efeitos já em curso. Mas há possibilidade de que no próximo mês o emprego já tenha variação negativa. O difícil é saber se é início de uma tendência. Os fatores apontam para estabilidade", afirma Ribeiro. A Fiesp espera alta de 3,5% do emprego no ano. No acumulado até maio, a alta é de 4,79%.

Governo tenta conter alta do preço do feijão – Leandra Peres e Letícia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008

O governo garantirá aos produtores de feijão um preço mínimo de R\$ 90 por saca na venda do grão para estimular o plantio e evitar que o aumento de preços afete a inflação, como ocorreu neste ano.

A medida fará parte do plano anual de safra, que será divulgado no início de julho. O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) também anunciou que o governo abrirá uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para a recuperação de áreas degradadas de pastagens. "Se você der um preço de garantia que dá um lucro razoável [ao produtor de feijão], você mantém uma linha de produção", disse.

O feijão foi um dos produtos que mais contribuíram para a elevação da inflação no último ano. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, o feijão responde por 0,42 ponto percentual da inflação de 5,58% acumulada nos últimos 12 meses. No início de abril, o ministro Guido Mantega (Fazenda) chegou a dizer que, "se não fosse o feijão, a inflação estaria abaixo da meta".

A intenção do governo ao garantir um preço mínimo é que haja estímulo ao plantio e o preço não oscile muito.

Segundo Stephanes, o custo de produção da saca de feijão está em torno de R\$ 70, enquanto o valor de venda no mercado chega hoje a R\$ 150. Há um mês, a cotação era de R\$ 110 a saca, há 90 dias, de R\$ 210 e há um ano de R\$ 38. "Essa volatilidade é que a gente tem que quebrar no feijão", disse o ministro.

Garantir margem - Com o preço mínimo, o objetivo é dar ao produtor a garantia de que terá lucro com a colheita independentemente das oscilações de mercado. Caso o preço de comercialização seja superior ao ofertado pelo governo, o produtor pode vender direto no mercado e obter um lucro ainda maior.

Além do feijão, o governo incluiu arroz, milho e trigo na lista de produtos sensíveis, com impactos relevantes sobre a inflação. De acordo com o ministro da Agricultura, esses setores serão apoiados por uma combinação de preço mínimo, financiamento e seguro agrícola para estimular a produção.

O aumento da inflação também foi tratado em reunião, ontem, no Planalto. Mantega voltou a fazer um relato sobre as medidas de combate ao aumento de preços para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais ministros.

Prevenção - Segundo assessores do presidente, a avaliação foi a de que o governo tomou, até agora, medidas preventivas corretas, entre elas o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), o da taxa de juros e o do superávit primário previsto para este ano.

Durante a reunião, Mantega teria ainda se referido ao período atual como uma fase de ajuste. Mas ele manifestou aos presentes a certeza de que o país continuará crescendo, com inflação sob controle.

Os ministros também discutiram com Lula as medidas para estimular um aumento na produção de alimentos. Elas devem ser anunciadas até o final deste mês. Amanhã, Mantega fará uma exposição sobre a situação da economia ao conselho político do governo, que reúne Lula, presidentes e líderes de partidos aliados.

Ministro Cassel destaca a importância do PAA – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2008

Na cerimônia de encerramento do Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nesta quarta-feira (18), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu o documento produzido durante o evento contendo as propostas de fortalecimento do Programa para os próximos anos. Em sua fala, Cassel fez questão de registrar o orgulho que sente pela trajetória do PPA.

“O Programa nasceu na contramão das formas tradicionais de comercialização, que durante séculos tiraram dinheiro dos agricultores. A gente foi capaz de propor um caminho novo a essa cadeia, um mecanismo poderoso e potente capaz de contrariar os interesses mercantilistas”, destacou.

O ministro destacou que o programa, que possibilita a aquisição de alimentos de agricultores familiares e a destinação dos mesmos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ganhou uma relevância maior em função das crises dos alimentos e do petróleo. “Quando se fala em produzir mais e garantir renda e preço baixo, o PAA é a experiência mais bem-sucedida que qualquer governo já teve nesse País”, afirmou Cassel.

Propostas encaminhadas - O ministro anunciou que o Programa será ampliado em 2009. Desde 2003, quando foi criado, já foram investidos R\$ 1,5 bilhão em recursos destinados a 432,8 mil agricultores e os produtos adquiridos chegaram a 24,4 milhões de pessoas. Além da ampliação do Programa, a expectativa dos participantes do Seminário expressa no documento é elevar o PAA ao status de política pública de estado, para que ele possa ser contínuo, e também integrá-lo ao

Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que é o programa de merenda escolar do Governo Federal.

Ao longo dos três dias de evento, o Seminário reuniu 450 participantes, entre gestores municipais, estaduais e federais, conselheiros de segurança alimentar e nutricional, movimentos sociais e organizações voltadas ao tema do combate à fome. Além de Guilherme Cassel, compuseram mesa de encerramento o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi, a coordenadora-geral do Pnae, Albaneide Peixinho, e a conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco.

Sobre o Programa - Criado em 2003, o PAA é um projeto de erradicação da fome e de garantia da soberania alimentar. Até 2005, foi operado exclusivamente com recursos do MDS. A partir de 2006, o Programa passou a ter uma maior participação do MDA, com dotação orçamentária própria, sob coordenação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

Nos últimos dois anos, as modalidades do Programa operadas pelo MDA investiram mais de R\$ 138 milhões, beneficiando quase 50 mil agricultores familiares que acessaram o Compra Direta ou Formação de Estoque pela Agricultura Familiar. Para 2008, a previsão do MDA é aplicar R\$ 146 milhões, com a participação de 35 mil agricultores familiares.

No MDA, o foco do PAA está na formação de estoques governamentais, na sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar, além do apoio à formação de estoques de produtos pelas próprias organizações de agricultores familiares e apoio à comercialização.

Inflação dos alimentos já afeta o comércio – Cirilo Junior – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008

Setor de supermercados, alimentos e bebidas reduz ritmo de crescimento por causa da alta de preços, aponta pesquisa do IBGE

A inflação dos alimentos já afeta as vendas do comércio varejista. Em abril, houve expansão, em volume, de 0,2% na comparação livre de efeitos sazonais com março, quando a alta havia sido mais robusta (1,5%). Em relação a abril de 2007, houve expansão de 8,7%, menor do que em março (11%).

Segundo o IBGE, o desempenho foi influenciado negativamente pelo setor de supermercados, alimentos e bebidas. A alta dos preços já indica que o consumidor está procurando produtos mais baratos para fugir dos efeitos da inflação, de acordo com o IBGE.

Um sinal desse efeito é que o volume de vendas de super e hipermercados cresceu 0,5% em relação a março, mas a receita nominal caiu 6,4%. Ou seja, a quantidade cresceu, mas com a venda de itens de menor valor.

Considerando todo o setor de hiper, supermercados e demais lojas de produtos alimentícios, bebidas e fumo, as vendas recuaram 0,1% de março para abril. Na comparação com abril do ano passado, houve uma expansão de 0,6% -menor que os 8,5% de março.

Outro dado que indica que a alta dos alimentos fez sobrar menos dinheiro no bolso dos consumidores é a redução das vendas de artigos de uso pessoal e doméstico, que incluem jóias e artigos esportivos. Na comparação com março, houve queda de 1%. Em relação a abril de 2007, as vendas subiram 10,2%, num ritmo bem menor do que os 27,6% constatados em março.

"A inflação afeta principalmente as classes mais pobres, e as pessoas já começam a deixar de fazer uso de supérfluos e a consumir produtos de menor valor agregado", observou o economista-chefe da consultoria Gouvêa de Souza & MD, Cesar Fukushima.

"A alta em relação ao ano passado, no resultado geral, é razoável. Teria sido maior caso o comportamento do grupo ligado aos alimentos tivesse sido melhor. Se esse segmento tivesse mantido os patamares deste ano, o comércio teria crescido mais de 10%", afirmou Reinaldo Silva Pereira, responsável pela Pesquisa Mensal do Comércio.

De janeiro a abril, as vendas no varejo subiram 11%. Nos últimos 12 meses, o comércio teve uma expansão de 10,3%, de acordo com o IBGE.

Efeito Páscoa - De acordo com Pereira, o resultado mais fraco dos setores ligados a alimentos não é culpa somente da inflação, mas também do "efeito Páscoa". É que no ano passado a data foi celebrada em abril, e a base de comparação foi elevada.

"O dado da Páscoa é relevante no resultado. Mas já faz sentido dizer que a alta dos produtos alimentícios afeta as vendas do comércio varejista", disse o chefe do departamento econômico da CNC (Confederação Nacional do Comércio), Carlos Thadeu de Freitas.

Por outro lado, setores como o de móveis e eletrodomésticos continuam com as vendas em alta, impulsionados pela forte oferta de crédito e pela valorização do câmbio. Em relação a abril do ano passado, as vendas desse ramo aumentaram 27,8%. É o maior resultado desde abril de 2004, quando as vendas haviam superado em 32,2% o resultado em igual mês do ano anterior.

"O resultado de abril mostra um ajuste saudável no varejo. As vendas deverão cair um pouco, mas não irão despencar. É um ajuste natural, que tem que ser feito e que ajuda a evitar movimentos bruscos na economia, como a elevação dos juros", destacou o diretor-executivo do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), Emerson Kapaz.

Agricultor diz que alimentos vão subir, mas Mantega vê situação controlada -
Mauro Zanatta e Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) alertou ontem que a forte alta dos preços agrícolas no primeiro trimestre do ano ainda não foi totalmente repassada aos consumidores. Além disso, avisou que o impacto da expressiva elevação dos custos da produção agropecuária, sobretudo dos fertilizantes, será sentido mais intensamente nos índices de inflação a partir do segundo semestre do ano, quando começa a entressafra no campo. A CNA representa 1 milhão de produtores ligados a 2,1 mil sindicatos.

O superintendente técnico da Confederação, Ricardo Cotta, disse que os consumidores ainda devem absorver boa parte do aumento de 15,74% registrado nos preços agrícolas até março. Para o economista, a elevação média de 75% nas cotações dos fertilizantes agrícolas nos últimos 12 meses terá impacto a partir de julho. E será duradoura. "A alta dos preços dos insumos agrícolas, como os fertilizantes, será sentida só agora, quando o produtor for às compras para plantar a próxima safra. Teremos essa pressão pelos próximos três anos", disse Cotta, ao anunciar um crescimento de 2,8% do PIB do agronegócio no primeiro trimestre.

Os preços do arroz e do feijão, que têm resposta mais rápida na oferta, devem cair no médio prazo, mas a carne bovina continuará a pressionar a inflação dos alimentos. "O consumidor vai sofrer um impacto porque não é possível mais produzir com os mesmos custos de produção do ano passado", disse Cotta.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que a inflação dos alimentos está praticamente controlada. Além das medidas já adotadas para conter o processo inflacionário, Mantega lembrou que, no fim do mês, o governo anunciará um pacote de medidas para estimular a produção de alimentos. Este é uma ação conjunta dos ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Embrapa envolvendo ações de estímulo à produção dos pequenos agricultores via financiamento de R\$ 6 bilhões para aquisição de máquinas, adoção de tecnologia e ampliação da assistência técnica rural.

Um ministro presente ontem à reunião de coordenação do governo, onde Mantega fez uma explanação sobre a conjuntura, lembrou dos esforços feitos para reverter a dependência externa em relação aos fertilizantes.

O Ministério da Fazenda está monitorando setor a setor que está com pressão de preços. Ontem o presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Flávio Azevedo, esteve com o secretário de Acompanhamento Econômico, Nelson Barbosa, e garantiu que não vai faltar aço no mercado brasileiro. "A reunião nos deu oportunidade de reafirmar que, do ponto de vista da siderurgia, não há o mínimo risco de desabastecimento", afirmou Azevedo. Desde o segundo semestre do ano passado, as vendas externas foram reduzidas de 35% para 25% da produção.

Barbosa, segundo o IBS, queria saber o que vai ocorrer "daqui para a frente". Um crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com Azevedo, significa necessidade de aço de 40 milhões de toneladas/ano em 2015. Mas os investimentos já aprovados e em andamento, avaliados em US\$ 30 bilhões, vão elevar a capacidade para mais de 63 milhões de toneladas. Portanto, sobrarão 20 milhões de toneladas para exportações. **(Colaborou Arnaldo Galvão, de Brasília)**

Alimentos mantêm alta, afirma Fipe – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2008

O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) teve ligeira desaceleração na segunda quadrissemana deste mês (30 dias até dia 15), ficando em 1,26%.

Na primeira leitura deste mês, o índice subiu 1,30% (a maior alta para uma primeira quadrissemana desde fevereiro de 2003, quando o mês abriu com mais 2,23%). Os preços dos alimentos subiram 3,66%, ligeiramente abaixo do início do mês, quando a alta foi de 3,68%. Em maio, os alimentos tiveram alta de 3,17% (a maior desde os 3,36% registrados no fim de dezembro de 2002). O IPC mede a variação dos preços na cidade de São Paulo para famílias com renda até R\$ 8.300.

Governo quer produção maior de alimentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/06/2008

Depois de elevar juros e aperto fiscal, Lula pretende agora controlar a inflação com o aumento na oferta de produtos agrícolas - Agricultores terão R\$ 65 bi para financiar a próxima safra, e outros R\$ 14 bi serão destinados aos produtores familiares

Depois de elevar os juros e o superávit primário, o governo agora pretende controlar a inflação com um incremento na produção de alimentos. Os agricultores terão R\$ 65 bilhões para financiar a próxima safra e outros R\$ 13 bilhões serão destinados a produtores familiares, medidas que farão parte de pacote agrícola a ser anunciado no início de julho pelo presidente Lula.

O governo vai divulgar também na próxima semana de onde virão R\$ 14,2 bilhões para cumprir a nova meta oficial de superávit primário, elevada de 3,8% para 4,3% do PIB.

Lula fez uma reunião ontem com a equipe econômica, economistas de fora do governo e o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para discutir o andamento de medidas de combate à inflação e eventuais novas propostas. Nas palavras de um ministro, o governo vai continuar a monitorar o comportamento da inflação a fim de mantê-la na meta oficial.

Na área agrícola, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que as medidas discutidas ontem serão suficientes para elevar a produção de alimentos em 5%, alcançado 148 milhões de toneladas.

"Não queremos cair na armadilha em que alguns países estão caindo de tabelar e não ter produto, ou limitar as exportações ou até de taxar, que é o caso da Argentina, e acabar desorganizando o próprio setor produtivo", disse Stephanes.

No ano passado, o financiamento à safra foi de R\$ 58 bilhões e à agricultura familiar, de R\$ 12 bilhões.

Designado porta-voz da reunião, o ministro Guido Mantega (Fazenda) deu rápida entrevista, na qual respondeu a poucas perguntas e da qual saiu puxado por um assessor. Lula não gostou do vazamento de que haveria a reunião, noticiada pela **Folha** e que acabou ocorrendo num horário em que o mercado financeiro estava aberto.

Mantega fez avaliação otimista da situação econômica. "O balanço é que a economia brasileira continua em trajetória muito saudável, que a inflação que temos é passageira, que vem principalmente de fora."

O ministro disse que o governo fará novos cortes de gastos para conseguir elevar o superávit primário, economia que é feita para pagar os juros da dívida, de 3,8% para 4,3% do PIB.

Apesar de sustentar o discurso de que mantém de pé a proposta do fundo soberano (usar parte do superávit para gastos fora do país financiando empresas brasileiras, por exemplo), a proposta está praticamente engavetada no momento. E o 0,5 ponto percentual a mais de superávit neste ano deverá ser dedicado a reduzir a dívida pública. Nos bastidores, Lula já autorizou que se mire meta de 4,5% de superávit.

No entanto, Mantega disse que não haverá redução nos gastos prioritários do governo. Na apresentação que fez durante a reunião, o ministro avaliou que "o aumento do esforço fiscal contrai um pouco o consumo e reduz a necessidade de juros mais altos". Para ele, as medidas tomadas pelo governo, como alta de juros e da meta de superávit, elevação do imposto sobre empréstimos e desonerações, estão surtindo efeito e desaquecendo a economia em medida considerada suficiente para evitar o descontrole de preços.

O ministro disse que o governo não estuda medidas adicionais para conter o crescimento do crédito. O objetivo é fazer com que o país cresça em torno de 5% neste ano e repita o desempenho no ano que vem.

Além de Mercadante, Mantega e Stephanes, participaram da reunião Paulo Bernardo (Planejamento), Dilma Rousseff (Casa Civil) e Franklin Martins (Comunicação Social), o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Como Henrique Meirelles está viajando, foi representado pelo diretor do BC Alexandre Tombini. ***(LETÍCIA SANDER, LEANDRA PERES, KENNEDY ALENCAR e VALDO CRUZ)**

BRASÍLIA. O governo vai despejar na agropecuária nacional R\$ 78 bilhões para impulsionar a safra 2008/2009 e tentar segurar, a médio e longo prazos, os preços dos alimentos, alvo de crise internacional. São R\$ 9 bilhões a mais do que o destinado na safra anterior e, segundo estimativa do Ministério da Agricultura, com os recursos, será possível um crescimento de até 6% na produção, o que corresponderia a um acréscimo de quase 8 milhões de toneladas, de 144,3 milhões para 152,958 milhões.

O presidente Lula — que discutiu o assunto ontem em reunião com representantes das áreas econômica e agrícola do governo e com conselheiros — lançará as medidas em 2 e 3 de julho. O objetivo é aumentar produção e produtividade, para assegurar o abastecimento interno e evitar altas de preços que comprometam a inflação.

No dia 2, em Curitiba, Lula dirá que o conjunto de ações públicas voltada ao plantio dos grandes produtores — que engloba desde a equalização de juros até o crédito rural — somará R\$ 65 bilhões, R\$ 7 bilhões a mais que em 2007.

Governo vai criar linha de crédito para área degradada No dia seguinte, Lula dará grande destaque à agricultura familiar, anunciando, em Brasília, R\$ 13 bilhões, valor R\$ 2 bilhões superior ao financiamento do ano passado.

— A agricultura familiar tem se mostrado fundamental para evitar uma contaminação ainda maior da inflação mundial nos preços dos alimentos no Brasil. Nos últimos dois anos, enquanto os preços da cesta básica subiram 83% no mundo, no Brasil a alta foi de 25% — afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em referência a estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Parte do dinheiro que será repassado sairá do Orçamento da União e será usado para equalizar a diferença entre as taxas de juros de mercado e as cobradas aos produtores nos financiamentos (8,75% ao ano) e garantir preços mínimos para os produtos básicos nos empréstimos e na comercialização da safra. Fundos constitucionais e BNDES também estão na lista de fontes de recursos.

O repasse também financiará a compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Estão previstos ainda a criação de uma linha de crédito específica para a recuperação de áreas degradadas, com juros de 5,5% ao ano, e um programa de modernização da pequena propriedade, a taxas de 2% ao ano.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que haverá correção nos preços mínimos de garantia dos produtos, mas que o governo não pretende reduzir os juros ao produtor, já subsidiados.

— Não vamos reduzir as taxas atuais. Não faz sentido por causa da inflação.

Grandes multinacionais do setor de alimentos e bebidas deflagraram um duro ataque na Europa a produção de biocombustíveis, em nova ameaça aos planos do Brasil de fazer do etanol uma commodity global.

Nestlé, Unilever, Kellogg's, Danone, Cadbury, Mars, Heineken e Pepsi resolveram investir contra o etanol diretamente no Conselho Europeu, encontro que reúne a Comissão Européia e os 27 presidentes e chefes de governo do bloco, ontem e hoje em Bruxelas.

Em carta à qual o Valor teve acesso, as múltis acusam os biocombustíveis de serem o principal novo fator responsável pela alta recorde dos preços das commodities agrícolas e conclamam os líderes europeus a "desistir" da meta de utilização de 10% de biocombustível até 2020, até que outras análises demonstrem todas as implicações do plano.

As empresas se apóiam num estudo da própria Comissão Européia para insistir que o objetivo obrigatório de 10% agravaria a atual crise alimentar e resultaria em "mudança dramática no uso da terra na Europa", já que a área usada para etanol e biodiesel subiria de 3% em 2006 para 15% em 2020.

Argumentando que essa meta pode "erodir" a competitividade da indústria alimentar européia, as múltis insistem para que os líderes europeus não endossem "precipitadamente" o plano.

Elas sugerem que, em vez disso, os 27 países-membros "priorizem medidas de conservação de energia e energias renováveis pouco exploradas" que, segundo elas, "são mais promissoras do que biocombustíveis em termos de redução dos gases do efeito-estufa".

Entre os 27 países da UE, há uma verdadeira batalha sobre a meta dos 10% e sobre critérios de sustentabilidade do etanol que serão usado nos cálculos dos países na redução de gases de efeito-estufa.

O ataque da indústria de alimentos e bebidas ocorre duas semanas depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter acusado "dedos sujos de carvão e óleo", numa referência ao "poderoso lobby do petróleo", de fazerem campanha violenta contra o etanol.

A Nestlé é especialmente enfática, com o presidente do conselho de administração, Peter Brabeck, acusando a produção de biocombustíveis de ser "eticamente indefensável", em artigo publicado no "Wall Street Journal Asia" na semana passada.

A carta, de três páginas, foi enviada aos 27 chefes de Estado e de governo da União Européia, ao presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, e aos comissários europeus de Energia, Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento.

As oito multinacionais justificam seu ataque pelo fato de terem "expertise incomparável" sobre o funcionamento da cadeia de suprimento e sobre fatores que influenciam os mercados de alimentos na Europa e no mundo.

Elas estimam que a crise "sem precedentes" de alta dos preços dos alimentos vai além de fatores como maior demanda por grãos nas economias emergentes, problemas nas colheitas por causa de secas ou ainda por causa da alta nos custos de produção (petróleo e fertilizantes).

Para ilustrar que o novo principal culpado é a produção de biocombustíveis, as múltis notam que a produção de etanol já triplicou entre 2000-2007 e vai dobrar de novo até 2017, para alcançar 127 bilhões de litros por ano.

Citam estudos do FMI, Banco Mundial e até de entidades mais ligadas ao desenvolvimento sustentável para demonstrar que a produção de biocombustível contribuiu em mais de 30% na alta de preços de cereais - enquanto o Departamento de Agricultura dos EUA diz não passar de 3%.

Utilizando outro documento europeu, o grupo de múltis argumenta que os custos dos biocombustíveis "quase certamente" superam seus benefícios. Juntam-se ainda ao coro entidades como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que questiona se a segurança energética, ambiental e objetivos econômicos do biocombustível serão alcançados com as atuais tecnologias de produção.

Nesse cenário, pedem para o Conselho Europeu insistir, de um lado, com exigência de etanol sustentável, o que visa o produto brasileiro. E, de outro, que estimule a entrada comercial futura de etanol de segunda geração.

O ponto em que as múltis se aproximam do Brasil é no combate aos subsídios à produção de etanol nos países ricos. Também conclamam pela conclusão da Rodada Doha, o que para o Brasil só será possível com a liberalização do mercado americano para a entrada de seu etanol, por exemplo.

Para analistas em Bruxelas, a meta obrigatória de 10% para utilização de biocombustível no transporte na Europa só pode ser alcançada com maior produção de etanol e com importações. E a desistência da meta obrigatória significaria um golpe mortal na indústria de biocombustíveis na Alemanha, França e Espanha, principalmente, mas também nos planos de criação de um mercado global para o etanol.

Outro ponto é que os argumentos da indústria agroalimentar podem se virar contra ela. Afinal, como impor duros critérios de sustentabilidade à produção de etanol e deixar de fora critérios na indústria alimentar, ainda mais sensível para o consumidor?

Num evento do Fórum Mundial de Economia em Kuala Lumpur, Malásia, Peter Brabeck, da Nestlé, insistiu que "os preços altos vieram para ficar", referindo-se a trigo, soja, leite, café e outros produtos. "Um terço é devido à utilização de parte de alimentos para combustíveis. Outro terço é uma decisão política de intervir para não permitir exportações."

Em abril, o mesmo Brabeck previa que a pressão de custos das commodities agrícolas baixariam um pouco ao longo de 2008.

Para certos analistas, a "pancadaria" contra o etanol na verdade tenderia a diminuir, com novos estudos na Europa que demonstram sua eficácia ambiental.

Doença pode agravar crise de alimentos – Estado de São Paulo – Vida & - 21/06/2008

A pior fase da gripe aviária passou, mas os esforços para eliminar a doença continuam sem coordenação - o que pode piorar a crise mundial de alimentos, avaliaram especialistas em saúde, ontem. Nos países atingidos, 240 milhões de aves morreram pela ação do vírus H5N1 ou foram sacrificadas para evitar contágio, agravando a fome.

Biocombustíveis trocam um problema por outro – Entrevista com Paul Roberts – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – 23/06/2008

Para especialista em energia, não faz sentido resolver o problema do petróleo, que é um recurso limitado, por terra, que é outro recurso limitado

NÃO BASTA substituir uma matriz por outra, mas diversificar. Não adianta resolver só do ponto de vista de oferta, trocando gasolina por álcool, mas também de distribuição, que é arcaica, e de demanda, que não pode continuar no nível atual. É o que defende o autor americano dos livros "The End Of Oil" ("O Fim do Petróleo") e "The End of Food" ("O Fim do Alimento").

Seu primeiro livro falava da crise energética. O atual fala da crise alimentar. Nos quatro anos que os separam, um assunto ficou intimamente ligado ao outro. A alta do petróleo ajudou a elevar os preços dos alimentos. Agora, Paul Roberts vê com preocupação o caso brasileiro, em que biocombustíveis como o álcool são tratados como a solução para o primeiro problema.

"Não me parece muito inteligente destinar cada vez mais terras para essa produção enquanto não sabemos com certeza qual será a demanda futura por alimentos", disse, em entrevista à **Folha**, por telefone, do Estado de Washington, onde mora com a mulher. O jornalista investigativo de 54 anos defende uma mudança de hábitos dos consumidores.

"Não adianta falarmos que queremos que o governo, a ONU, seja quem for, resolva o problema, desde que nós possamos continuar tendo 2,5 carros, como é a média atual nos Estados Unidos."

FOLHA - "O Fim do Petróleo", título do seu primeiro livro, levará ao fim da alimentação, título do segundo?

PAUL ROBERTS - A crise energética sublinhou o papel central que a energia tem na produção de alimentos. Nós deveríamos saber já há tempos que energia e alimentação são intimamente ligadas e a crise de uma levaria à outra. Isso porque nossa estrutura alimentar foi pensada para um mundo em que o barril do petróleo custa US\$ 15 [na última semana, bateu os US\$ 140, ante US\$ 10 há uma década].

Pense bem, todo o sistema de fertilizantes baseados em petróleo, o sistema de distribuição baseado em caminhões e aviões, tudo depende pesadamente do combustível fóssil. A origem disso tudo é uma época em que a energia era tão barata que quase não era levada em conta na equação.

Só isso já seria o suficiente para fazer a ligação entre as duas crises. Mas há ainda o caso recente dos programas de biocombustíveis, um novo dado na equação alimento-energia. Eles colocam mais pressão no setor de alimentação, pois ambos são feitos de maneira semelhante. Ou seja, antes nós ligávamos a alimentação, que é o setor mais importante do mundo, a uma mercadoria, o petróleo, que estava destinada fatalmente a subir de preço, pelo fato de ser um recurso que acabará um dia.

Agora, estamos substituindo por outro, o biocombustível, que briga por espaço com a própria produção de alimentos.

FOLHA - Em sua opinião, não faz sentido?

ROBERTS - Do ponto de vista de segurança alimentar, não, nenhum. Você troca um sistema que se baseia numa fonte limitada, que é o petróleo, por outro, de outra fonte limitada, que é a terra arável. Uma hora os dois acabam. O biocombustível pelo menos torna o problema mais evidente, por ser visível.

Quando você vê uma plantação de cana, ela está lá, ocupando espaço. Você é obrigado a enfrentá-lo, a pensar a respeito. O petróleo vem do fundo da terra e do mar, oculto. Do ponto de vista do público parece que vem de fonte inesgotável. É óbvio que acabará, mas não é tão visível.

FOLHA - Qual a solução, então? Há uma "terceira via"?

ROBERTS - Há todo tipo de possibilidades tecnológicas sendo pesquisadas neste momento, algumas que eu e você não podemos nem imaginar. Dá para presumir que a inovação vai continuar, principalmente quanto mais os preços subirem, historicamente o melhor estímulo intelectual. Veremos energia nuclear mais segura e barata, algas oceânicas que criem biocombustível de maneira sustentável, estamos próximos de anúncios históricos.

Mas, se a atual crise nos ensina algo, é que não bastará substituir uma matriz por outra, e sim diversificar. Mais: não adianta resolver só do ponto de vista de oferta, trocando gasolina por álcool, por exemplo, mas também de demanda, que não pode continuar no nível atual.

FOLHA - A produção de biocombustíveis diante da crise alimentar domina as discussões. No Brasil, o governo defende que as terras destinadas ao álcool ocupam perto de 2% do total que pode ser utilizado para alimentos. Já o relator especial da ONU sobre o assunto pede moratória de etanol. Qual o seu lado?

ROBERTS - Quando se fala que a terra ocupada para o biocombustível é pequena, eu pergunto: não é terra que poderia estar produzindo alimento? Ou é onde o dinheiro está? Quero ser cuidadoso nesse debate, mas não me parece muito inteligente destinar cada vez mais terras para a produção de biocombustíveis enquanto você não

sabe com certeza qual será a demanda futura por alimentos. As pessoas dizem: "Bem, nós sempre podemos mudar de volta a exploração da terra para a produção de alimentos". Sim, mas depois que você constrói usinas ao lado dessas terras, investe bilhões de dólares na infra-estrutura para escoamento da produção, é extremamente difícil mudar. Há a demanda criada, a pressão política...

FOLHA - *É possível reprimir a demanda por combustíveis, seja da origem que forem, sem comprometer o desenvolvimento de países emergentes, por exemplo?*

ROBERTS - Essa é a pergunta de US\$ 40 trilhões [risos]. É difícil, no quadro atual de desenvolvimento econômico. Mas, do jeito que está, caminhamos para o desastre. Faça as contas: pegue a situação das fontes naturais vitais para o desenvolvimento econômico, como água, terra e energia; adicione a mudança climática e o aumento de população; leve em conta que essa população não só cresce como está mais rica e consumista, com apetite por mais recursos.

É a receita do desastre. Não adianta falarmos que queremos que o governo, a ONU, seja quem for, resolva o problema, desde que nós possamos continuar tendo 2,5 carros, como é a média nos EUA, e comprando TV de tela de plasma. Eis a verdadeira discussão. Pegue por exemplo a questão da carne. É uma das mercadorias que mais energia e recursos naturais consome para ser produzida e uma das que mais afeta o ambiente. Os EUA, a Europa e o Canadá consomem em média cem quilos de carne por habitante por ano. A média mundial é muito menor que essa. O resto do mundo não pode comer carne como essas três regiões, ou o mundo entraria em colapso total. Qual é a conclusão? Os EUA devem continuar comendo mais carne que o resto do mundo? O resto do mundo deve se contentar com menos? Ou nós deveríamos chegar a uma equação mais equânime no meio do caminho? Um futuro em que os norte-americanos comam menos carne e todo o sistema global de alimentação se adapte à nova realidade. O mesmo se aplica a todo o resto. Moradia, por exemplo. Nós precisamos de casas com três andares e dez cômodos, mesmo com a família média norte-americana diminuindo? Carros cada vez maiores? Se continuarmos a vender essa idéia, de que sem casas grandes e muitos carros você não é bem-sucedido, de novo, caminhamos para o colapso.

FOLHA - *Pela primeira vez, há mais obesos do que famintos no mundo, segundo a ONU. Como chegamos a essa assimetria?*

ROBERTS - É perverso, concordo. É a primeira vez na história que ser gordo não é privilégio da elite. Dito isso, o problema da comida não ser distribuída eficientemente acontece já há algum tempo. O Império Romano foi construído em grande parte para permitir o acesso de Roma ao trigo. E Roma garantiu esse acesso de maneira bem-sucedida, porque tinha poder para isso. Eles tomavam o trigo do Egito e deixavam o país com pouco. No século 13, o mesmo aconteceu na Polônia e no mar Báltico, que alimentavam a Europa Ocidental e passavam fome. As potências sempre consumiram mais alimento, à custa dos mais pobres.

Só que isso era menos problemático no século 20, pelo menos na segunda metade, porque vivíamos no mundo do excesso, das sobras. Naquele período, a população explodiu em grande parte por conta da nossa capacidade de processar

alimentos industrialmente. Assim, esquecemos a realidade de um mundo com recursos limitados. E isso infelizmente está reaparecendo. Temos uma população enorme, recursos de menos, devemos nos reeducar à luz dessa realidade e nos descolarmos de uma economia alimentar que já tem milhares de anos de idade.

FOLHA - O sr. não é totalmente contra o uso de transgênicos?

ROBERTS - Não, não sou da tribo dos que rejeitam os transgênicos apenas porque são novos e, portanto, perigosos. Meu problema com essa indústria é que ela está voltada para a chamada agricultura dos ricos, para grãos que são sucessos de venda, mas não liga a mínima para as necessidades dos outros 75% da população, que precisa de grãos não tão mercadologicamente importantes. O milagre transgênico serve aos que não precisam do milagre em primeiro lugar. De novo é: onde está o dinheiro? Fazendeiros africanos não têm dinheiro para comprar sementes transgênicas, logo, por que a indústria se preocuparia com eles? Ela está preocupada com a soja, e o pequeno fazendeiro no Quênia não precisa de sementes de soja. Ou seja, a indústria precisa provar que está preocupada com a segurança alimentar. Eles estão usando nossos preciosos dólares de pesquisa que poderiam estar sendo usados para melhorar a saúde e educar os fazendeiros mais pobres.

Foco na crise de alimentos – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/06/2008

Em apenas um fim de semana, vários dos jornais mais importantes do mundo rico, incluídos Financial Times e The Guardian, de Londres, El País, de Madri, Les Echos, de Paris, e The New York Times, dos EUA, dedicaram grandes espaços à discussão da crise mundial de alimentos e às grandes questões da política agrícola. A mais grave crise econômica do século 21 até este momento - mais grave porque afeta as condições de sobrevivência de milhões de pessoas no mundo pobre - combina o comércio globalizado e o sofisticado jogo das aplicações financeiras, dois símbolos da modernidade, e uma das atividades mais básicas da história da civilização, a produção de comida. Nos Estados Unidos, maior potência econômica e tecnológica do mundo, a questão dos subsídios à agricultura, especialmente à produção de biocombustíveis, divide os dois candidatos à Casa Branca, o republicano John McCain e o democrata Barak Obama. Do outro lado do Atlântico, analistas econômicos, dirigentes da União Européia, ministros de Estado e representantes de ONGs engalfinham-se num intenso debate sobre subvenções e protecionismo. Em Genebra, a Rodada Doha de negociações comerciais continua emperrada principalmente por causa do impasse em torno da liberalização do comércio de produtos do agronegócio. O quadro descrito no vasto material publicado por esses jornais é o de uma enorme e perigosa confusão.

Um artigo publicado em Les Echos chama a atenção para a “guerrilha das subvenções”, com a troca de acusações entre americanos e europeus e as tentativas de cada lado de eliminar os subsídios do outro, num jogo de transferência de responsabilidades. Mas esse jogo envolve também as economias desenvolvidas e seus parceiros emergentes. Reportagem do New York Times descreve as divergências entre McCain e Obama, o primeiro favorável à liberalização do setor de etanol e à

importação de álcool do Brasil; o segundo, contrário à abertura. A mesma reportagem aponta as vantagens econômicas e energéticas do etanol brasileiro e, além disso, expõe as posições dos dois candidatos em relação à Lei Agrícola recentemente aprovada pelo Congresso americano.

No Financial Times, Jagdish Bhagwati, conhecido defensor da liberalização comercial, e Arvind Panagariya, ambos da Universidade Colúmbia, discutem se a crise mundial de alimentos reforça ou não os argumentos a favor da reforma agrícola e do sucesso da Rodada Doha. Eles analisam três argumentos e concluem: como os preços altos devem continuar, os subsídios serão menos importantes para os agricultores americanos, por algum tempo, e isso facilitará a redução desse tipo de ajuda, abrindo espaço para um entendimento entre os países do mundo rico e as economias em desenvolvimento, incluída a Índia. No entanto, lamentam os autores do artigo, a chefe dos negociadores americanos, Susan Schwab, parece menos interessada em aproveitar essa oportunidade do que em continuar acusando de recalcitrante a Índia (assim como outros emergentes).

Em qualquer dos cenários descritos nos vários artigos, não se vislumbra uma solução imediata para a crise de alimentos por meio de um rápido aumento da oferta. Os preços atuais são sem dúvida um forte incentivo à produção, mas outros fatores, como o encarecimento do petróleo e dos fertilizantes e a especulação financeira, dificultarão uma rápida redução das cotações. Mas o caminho de médio e de longo prazos parece claro: num mercado com menos distorções causadas por subsídios e barreiras, a oferta poderá crescer não só nos países com sistemas produtivos mais avançados e eficientes, como Brasil e Argentina, mas também nos países pobres, incapazes de concorrer no mercado internacional. A curto prazo, tudo indica, só se poderá ajudar as populações mais ameaçadas pelos preços altos por meio do socorro internacional.

A última reunião da FAO foi incapaz de produzir mais que divergências e estéreis trocas de acusações. Os líderes internacionais poderiam gastar seu tempo mais proveitosamente, organizando o socorro imediato com base numa estratégia montada pelo Banco Mundial.

Brasil pede à OMC regras para múltiplos da área de alimentos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2008

O Brasil se lança em mais uma guerra contra as barreiras aos produtos agrícolas. Desta vez, o alvo são as novas condições de importação impostas por supermercados internacionais, multinacionais do setor de alimentação e redes de restaurantes, como McDonald's. Ontem, o Brasil pediu, na Organização Mundial do Comércio (OMC), que regras sejam criadas para impedir que essas redes estabeleçam as suas próprias, violando leis e padrões internacionais. Os governos europeus alegam que não têm como forçar empresas como a Nestlé e outras a seguir os padrões internacionais e que eles teriam a liberdade de impor condições mais duras em termos fitossanitários. Mas, para o Itamaraty, é papel dos governos dos países ricos de fato impedir que barreiras do setor privado se proliferem. “Esse será um tema quente nos próximos anos”, admitiu um negociador francês.

SÃO PAULO - Interessante e instigante a tremenda coincidência de conceitos entre a entrevista que Sérgio Dávila fez com o jornalista norte-americano Paul Roberts e a conversa que tive com um executivo brasileiro, na semana passada, e rendeu o título "Não há arroz para todos". A propósito, fui liberado para dizer que o executivo é Fabio Barbosa, presidente do ABN-Amro e que está assumindo idêntica função no Santander.

A coincidência vai até o detalhe: Barbosa falou no arroz como símbolo de uma porção de produtos; Roberts usou o morango. Lembrou que seu filho acostumou-se a comer morango todos os 12 meses do ano, embora a fruta não esteja disponível o ano inteiro nos Estados Unidos. Com a ascensão à classe média de largas fatias da população de países como China, Índia e Brasil, não haverá qualidade e quantidade que chegue para tanta gente. "É o fim do morango 12 meses por ano", decretou na entrevista.

Pode-se olhar a coincidência com otimismo, por mostrar a tomada de consciência entre um executivo de banco que olha o mundo do 3º andar de uma avenida Paulista que é a quintessência do, digamos, "morango 12 meses por ano", e um jornalista do Estado de Washington, berço da Starbucks, a rede de cafeterias de um país que não produz café, mas o consome 12, até 13 meses por ano, se houvesse.

Dessa consciência emerge a seguinte frase de Roberts: "Não adianta falarmos que queremos que o governo, a ONU, seja quem for, resolva o problema, desde que nós possamos continuar tendo 2,5 carros, como é a média nos EUA, e comprando TV de tela de plasma".

De acordo, Roberts. De acordo, Fabio. Mas alguém aí acredita que uma fatia ponderável da humanidade aceitará deixar de comer morango 12 meses ao ano (e morango é apenas um símbolo de todo o resto) em plena era do triunfo avassalador do individualismo?

Alimentos pressionam preços em junho – Roberto Machado - Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008

Produtos têm aumento de 2,3%; reajustes neste mês também atingiram itens de higiene pessoal e os serviços pessoais - Aumentos fazem BC elevar de 4,6% para 6% a projeção para a inflação anual pelo IPCA; meta é de 4,5%, com margem de dois pontos

Os preços dos alimentos dispararam 2,3% neste mês e fizeram o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15), espécie de prévia do índice usado pelo governo federal como meta de inflação, chegar a 0,90% no mês -bem acima do 0,56% registrado em maio. De janeiro a junho, os alimentos subiram 8,62% e levaram o IPCA-15 a 3,67%, contra 2,18% no primeiro semestre de 2007. Nos últimos 12

meses, a alta é de 5,89% -acompanhando a tendência inflacionária mundial provocada pela elevação dos preços dos alimentos e pela escalada do barril de petróleo.

Essa pressão fez ontem o Banco Central elevar de 4,6% para 6% a projeção para a inflação anual medida pelo IPCA. A meta é de 4,5%, com margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

Além dos alimentos, os especialistas observam que a pressão dos reajustes começa a atingir outros setores.

"O que me surpreendeu foram as altas de higiene pessoal e serviços pessoais [1,26% e 1,24%, respectivamente]. Isso mostra que estamos sob efeito duplo: aumento de custos no plano internacional e demanda interna aquecida", diz Jian Barbosa, economista da consultoria Tendências.

Os produtos não-alimentícios subiram 0,5% neste mês, contra 0,36% no mês anterior. As maiores altas foram registradas nos itens serviços bancários (3,47%), gás de botijão (1,49%) e artigos de higiene pessoal. No primeiro semestre, a alta desse grupo de preços -que inclui transportes, roupas e educação, entre outros- chegou a 2,31%.

"O índice veio assustador, ninguém imaginava que viesse tão forte. E ainda esperamos alguma pressão sobre os alimentos nos próximos meses. É o caso da carne e do trigo, que refletem aqui o aumento de preços que ocorre no exterior. Com isso, já não descartaria que a inflação superasse o teto da meta no fim do ano [que é de 6,5%, pelo IPCA]", disse Sérgio Valle, economista da consultoria MB Associados.

Arroz em alta - O aumento dos preços dos alimentos foi generalizado neste mês: o arroz subiu 17%; batata, 16,7%; tomate, 8,60%; macarrão, 4,89%; e pão francês, 3,43%. A refeição consumida fora do domicílio teve reajustes médios de 1,55% no mês e de 7,41% no primeiro semestre. Foi a maior contribuição individual para a elevação do IPCA-15 nos primeiros seis meses do ano, representando 0,28 ponto percentual do índice de 3,67%.

Em seguida, veio o pãozinho francês: alta de 21% no primeiro semestre e contribuição de 0,23 ponto percentual na taxa. Com isso, o grupo alimentação e bebidas, com 1,87 ponto, foi o responsável por cerca de metade da inflação registrada pelo IPCA-15 no semestre.

O que preocupa os analistas é que, em maio, os alimentos já haviam pressionado bastante o IPCA-15, com alta de 1,26%. Mas, neste mês, o impacto foi ainda maior: só o aumento de 5,35% do item carnes representou 0,11 ponto do índice.

E essa pressão deve continuar, segundo Barbosa. "O ritmo de aumento do preço do boi começou a aumentar, aqui e lá fora, por causa do crescimento da demanda. E a oferta deve permanecer restrita."

Inflação abala mais a confiança do consumidor, mostra a FGV – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008

A inflação vem minando a confiança do consumidor brasileiro, que pretende comprar menos bens de longa duração nos próximos meses, mostrou a sondagem de expectativas, divulgada ontem pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Para o coordenador do Núcleo de Pesquisas e Análises Econômicas da FGV, Aloísio Campelo, a perspectiva de piora da economia, que estava mais concentrada entre os consumidores de renda mais baixa, já está disseminada entre outras faixas de renda.

O ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da FGV caiu 6,5% entre maio e junho de 2008, ao passar de 114,6 para 107,2 pontos. Na comparação com o mesmo mês de 2007, o ICC apresentou variação negativa de 1,7%.

Campelo disse que a expectativa a respeito da economia para os consumidores de renda familiar mais alta piorou mais em junho. Ele lembrou que essa classe não vinha sentindo tanto a inflação dos alimentos. "Isso tem relação com a percepção geral de piora no quadro econômico, com influência no mercado de trabalho."

Agricultura familiar centraliza debates sobre crise – Sítio Eletrônico do MDA - 26/06/2008

A resposta da agricultura familiar à crise mundial de alimentos foi cobrada pelo presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf, durante o painel O Brasil Rural que Queremos, na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), em Olinda (PE).

Renato Maluf criticou o modelo proposto pelo agronegócio brasileiro e pediu propostas alternativas. "Querem nos impor mais do mesmo", disse, referindo-se à hipótese de ampliação da produção nos moldes da monocultura. Maluf acredita que a agricultura familiar, com toda sua diversidade, deve se reafirmar como alternativa e apresentar um modelo de produção sustentável.

E o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e também pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deve ser o centro do debate. "Precisamos trabalhar o acesso aos alimentos e à produção da agricultura familiar agroecológica", insistiu.

Economista e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Maluf afirmou que o mais grave deste momento não é a alta no preço dos alimentos, mas o total despreparo dos estados para enfrentá-la. "Aproximar a produção do consumo é fundamental".

Mais Alimentos - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança em 3 de julho o Programa Mais Alimentos. Criado pelo MDA, o programa coloca justamente a

agricultura familiar no centro do debate da ampliação da oferta de alimentos. O Mais Alimentos vai aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar no Brasil. Para tanto, terá uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para beneficiar um milhão de produtores rurais até 2010.

O Mais Alimentos não se restringe a mais créditos em bancos. O programa refaz o desenho da assistência técnica brasileira, com o aumento de investimentos no melhoramento de solo e pastagens, de sementes e de genética. Também é esperada uma transformação nas formas de produção da agricultura familiar, com o incentivo à mecanização. Prevê ainda a ampliação da capacidade de armazenagem nas propriedades e nas cooperativas.

Maluf concorda sobre a necessidade de uma nova política de estoque e abastecimento. “Sucateamos os equipamentos públicos”.

Importância do setor - A agricultura familiar representa 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Esse segmento produtivo é responsável, por exemplo, por 89% da mandioca, 67% do feijão, 70% dos frangos, 60% dos suínos, 56% do leite, 69% da alface e 75% da cebola produzidos no Brasil - seja para o mercado interno, seja para exportação.

São alguns dos responsáveis por toda essa produção alimentar que estão reunidos, até este sábado (28), na I CNDRSS. O evento, promovido pelo MDA, ocorre no Centro de Convenções de Pernambuco. Reúne mais de duas mil pessoas, entre agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, silvicultores, pescadores artesanais, integrantes de comunidades quilombolas e indígenas. A I CNDRSS discute temas como sustentabilidade, igualdade, inclusão, diversidade e solidariedade para o Brasil Rural que Queremos

Insegurança alimentar atinge 83% das famílias - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/06/2008

Uma pesquisa recém-concluída sobre o Programa Bolsa-Família, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), tem uma notícia boa e outra ruim para o governo. A boa é que o dinheiro distribuído pelo programa tem sido usado principalmente para melhorar a alimentação das famílias - exatamente como se desejava. Do total de 5 mil titulares do cartão pesquisados, 87% disseram que empregam o dinheiro em alimentos. “Aumentou a quantidade e a variedade dos alimentos consumidos”, diz a pesquisadora Mariana Santarelli, do Ibase.

A notícia ruim é que mesmo com a injeção de recursos entre as famílias mais carentes, elas continuam ameaçadas pela insegurança alimentar. Nas conversas com os pesquisadores, 83% dos titulares revelaram se enquadrar num dos três níveis em que se classifica a insegurança: grave, moderada e leve. No primeiro, o cidadão passa fome; no segundo, tem de reduzir a quantidade de alimentos da família, para que não falte; e, no terceiro, ele tem medo de não conseguir nada para comer no futuro próximo.

No fundo, o que as famílias estão dizendo é que o sonho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda está longe. Em 2003, ao tomar posse em seu primeiro mandato, ele disse que sairia realizado do governo se cada brasileiro tivesse a garantia das três refeições.

O texto de conclusão da pesquisa diz: “Mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos a partir do Bolsa-Família, a situação de insegurança alimentar é alta. Do ponto de vista das políticas públicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo.”

RETRATO - No governo, a notícia boa foi comemorada. “Isso desmente as informações de que as famílias usam o dinheiro para outros fins, além das necessidades imediatas”, afirma Rosani Cunha, coordenadora da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Podemos dizer que o dinheiro está chegando a quem realmente precisa.”

Quanto à insegurança alimentar, Rosani diz que a informação precisa ser relativizada: “A pesquisa é um retrato. Não mostra a evolução que está ocorrendo entre as famílias beneficiadas.”

Ainda segundo Rosani, o fato de 28% estarem incluídos na faixa da insegurança alimentar leve revela o histórico das famílias, não o futuro: “A insegurança é típica de famílias que estão há muito tempo na pobreza.”

A pesquisa abrangeu 229 municípios e foi realizada com verba da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Segundo suas informações, 74% das famílias aumentaram a quantidade de alimentos consumidos depois que passaram a contar com o programa. O grupo de alimentos cujo consumo mais cresceu foi o dos açúcares.

Férias escolares agravam penúria - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 28/06/2008

Despesas com alimentação aumentam quando crianças não estão na escola e nem benefício do programa resolve

Ao contrário do que ocorre com a maioria das mães de famílias de classe média, que espera as férias escolares como períodos de relaxamento e de maior convivência com os filhos, Ana Cristina Souza, de 31 anos, teme a sua chegada. Mãe de cinco crianças - e grávida da sexta -, ela conta que as despesas com alimentação aumentam muito quando as crianças não estão na escola. “Nas férias, tem dia que elas pedem pão e nem isso eu tenho para dar”, diz. “Nessa hora, nem o que eu recebo do Bolsa-Família, R\$ 112 por mês, ajuda muito.”

O drama de Ana Cristina é comum à maioria das 11,2 milhões de famílias assistidas pelo Bolsa-Família, segundo pesquisa por amostragem que acaba de ser realizada pelo Ibase entre 5 mil titulares do cartão. Ela mostra que a merenda escolar oferecida nas escolas públicas é a segunda forma mais importante de alimentação das famílias pobres - o que acaba tendo um peso importante no orçamento familiar.

Quase 33% dos titulares pesquisados admitiram que o nível de alimentação familiar piora nas férias; e 71% disseram que seus filhos comem merenda todos os dias.

No caso de Ana Cristina, cujo companheiro ganha cerca de R\$ 600 mensais como ajudante de obra, as crianças saem cedo sem tomar o café da manhã: “Eles lancham na escola e já vêm de lá almoçados. À tarde vão para um centro de convivência, onde também lancham e jantam. A despesa aumenta no fim de semana e nas férias.”

Além da alimentação, cada criança matriculada nas escolas municipais recebe mensalmente 5 latas de leite em pó.

Com os R\$ 112 que ganha por mês, Ana Cristina compra alimentos, roupas e, às vezes, ajuda o marido nas despesas fixas da casa, como o condomínio, de R\$ 36 - por um apartamento de dois quartos no conjunto habitacional Cingapura Uirapuru, no extremo oeste de São Paulo.

“No mês passado eu tirei uma parte para comprar chinelo para as crianças”, conta. “Nesse mês quero ver se compro alguns sapatos. Como eu tive uma infância muito ruim, na favela, às vezes eu também agrado eles com bolachas, danones, misturas que eles gostam. No ano passado, no Dia da Criança, levei eles ao McDonald’s. Nesse ano acho que vamos ao Habib’s. Quando eles começam a pedir doce, isso e aquilo, eu digo: calma, calma, que o Bolsa-Família está chegando.”

No final do relatório da pesquisa, os pesquisadores do Ibase sugerem ao governo a ampliação da alimentação escolar e a implementação de programas direcionados para a educação alimentar dos beneficiários - ressaltando a importância do consumo de frutas, legumes e verduras adicionados à mistura do arroz e feijão; e redução do consumo de açúcares. Essa educação, segundo o Ibase, poderia ser feita por meio da escola.

Ana Cristina diz que no seu caso não vai ser preciso mudar muito: “Quando chega o dinheiro, eu nunca deixo de dar uma passadinha no sacolão, para comprar frutas e verduras. Não vou à feira porque lá é tudo muito caro. O que me preocupa agora é o arroz - o preço está subindo tanto que daqui a pouco não vai dar pra comer mais.”

Alta de produtos agrícolas atinge 37% em 12 meses - Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2008

Aumento de preço no atacado foi de 3,35% em junho, ante 2,29% em maio; no ano, chega a 8,35%

O choque nos preços dos produtos agrícolas não acalmou neste mês. Isso é o que mostram os resultados do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) em junho, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os preços dos produtos agropecuários no atacado subiram 3,35% em junho, ante 2,29% em maio. Acumulam elevação de 8,35% no ano e de 37,63% em 12 meses.

No varejo, o cenário não é diferente. A alimentação subiu 2,20% em junho e foi o grupo que mais pressionou o Índice de Preços ao Consumidor-Mercado (IPC-M), que encerrou o mês com alta 0,89%. Neste ano, os alimentos já subiram, no varejo, 8,43% e em 12 meses, 13,76%.

“Existe uma rotação muito grande dos produtos agropecuários que estão subindo e eu não sei quando isso vai acabar”, afirma o coordenador de Análises Econômicas da FGV, Salomão Quadros. Ele cita, por exemplo, que o arroz não figura entre as maiores altas no atacado, embora tenha subido 17,61% no varejo em junho. Em contrapartida, surgiram outros vilões no atacado. Os preços dos bovinos foram majorados em 9,54% este mês, ante 3,57% em maio, segundo o IPA.

O preço da soja em grão aumentou 6,28% em junho, após ter subido apenas 0,48% em maio. Quadros observa que a disparada do preço do grão ocorreu depois das fortes chuvas no Meio-Oeste dos Estados Unidos, principal região produtora. “A soja é o nosso petróleo em termos de influência no IGP”, diz o coordenador do índice. Sozinha, a soja pesa 5,20% no indicador, muito mais que qualquer outro setor da indústria. Em 12 meses, a soja em grão já subiu 56,96% no atacado e, no ano, 8,45%.

O feijão é outro alimento que voltou a pressionar a inflação, especialmente no atacado. O tipo carioquinha, cujo preço havia caído 3,87% em maio, subiu 23,8% em junho, no atacado, e 7,30% no varejo. Em 12 meses, a alta no atacado foi de 150,23% e de 145% no varejo.

Quadros destaca que, nos alimentos, está ocorrendo o repasse praticamente integral de aumento de preços do atacado para o consumidor. Ele ilustra a afirmação com outro exemplo. Em 12 meses, os bovinos subiram 34,97% no atacado e a carne 33,83% no varejo.

Comparando a inflação brasileira com a de outros países, Quadros observa que a inflação aqui é muito mais dos alimentos do que do petróleo. “Isso ocorre porque a Petrobrás está nos protegendo”, diz ele, fazendo referência ao fato de os aumentos do combustível terem sido absorvidos até agora pela estatal.

No Médio Norte de MT, alimento mais caro é lucro - Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2008

Produtora do pacote completo do agronegócio, região cresce em ritmo acelerado e atrai novos investidores

Descendo do seu avião monomotor e embarcando na camionete, depois de visitar a Guimarães II, uma das suas dez fazendas, que totalizam 38 mil hectares, o empresário Orcival Guimarães, de Lucas do Rio Verde, fala freneticamente ao telefone com investidores que querem comprar um naco do seu negócio. O Grupo Guimarães inclui revendas de tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas da Massey Ferguson em cinco cidades de Mato Grosso, além da produção de soja, milho, algodão e engorda de gado. O faturamento este ano deve ultrapassar R\$ 270 milhões.

“Fechando a parceria, a minha intenção é criar também aves e suínos”, diz Guimarães, um goiano simples, direto e bonachão, que não disfarça seu jeito interiorano de quem chegou a Mato Grosso em 1978 como vendedor de tecidos, “com apenas uma mala na mão”.

Nos amplos e bem decorados escritórios do Grupo Guimarães, que se estendem surpreendentemente para trás da revenda da Massey Ferguson, às margens da dilapidada BR-163, é possível sentir o excitamento do elétrico Orcival para dezenas de funcionários. Na recepção, representantes argentinos de um dos fundos internacionais interessados no grupo esperam impacientes a vez de falar com o empresário, que desfaz e refaz sua agenda ao sabor das solicitações que chegam pelo celular ou pela BR-163. “Os namoros estão avançados, e quem sabe a gente escolhe a noiva para casar.”

Com o preço dos alimentos em alta, e embalado por uma poderosa combinação de natureza favorável e empresários insaciáveis, o chamado Médio Norte de Mato Grosso está fervendo. A microrregião desfruta hoje do pacote completo do agronegócio brasileiro: soja, milho, algodão, arroz, frangos, suínos (incluindo produtos industrializados), gado, frigoríficos, madeira, mudas de árvores, processamento de soja, biodiesel, entre outros. Agora, até a cana pode chegar à região, e há quem aposte que com os mesmos estupendos índices de produtividade que caracterizam a agricultura nesse enorme platô que se estende em torno do eixo que vai de Nova Mutum (264 quilômetros ao norte de Cuiabá) a Sinop (200 quilômetros ao norte de Nova Mutum).

A economia e a população do Médio Norte estão em crescimento acelerado. Tomando-se quatro entre as mais dinâmicas cidades da microrregião, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (todas ao longo da BR-163), a população saiu de 144.670 em 2000 para 216.005 em 2007, com crescimento de 49%. A população dos três municípios menores, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, cresceu 58% nesse período, de 69.737 para 110.243. A população brasileira cresceu 8,4%, a do Centro-Oeste, 13,6%, e a de Mato Grosso, 14%.

De 2002 a 2005, o PIB nominal das quatro cidades cresceu 90%, o dobro do Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só tem dados do PIB

nominal para os municípios, que cresce mais que o real porque inclui a inflação. Com a aceleração do crescimento populacional e a alta mundial do preço dos alimentos, que está acirrando a onda de investimentos no Médio Norte, é possível que o PIB da microrregião tenha se descolado ainda mais fortemente do brasileiro desde 2005. Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), essas quatro cidades estão entre os 10% mais altos dos 5.567 municípios brasileiros. Sorriso, a mais bem classificada, está em 194º lugar.

Menos crescimento – Folha de São Paulo – Opinião – 29/06/2008

O MOVIMENTO de alta dos preços internacionais dos produtos primários prosseguiu nas últimas semanas, agravando as pressões sobre a inflação em todo o globo. A cotação do petróleo chegou à vizinhança de US\$ 140 por barril. Foram anunciados novos aumentos pronunciados de insumos, com destaque para o minério de ferro. E as cotações de vários alimentos -sob o impacto, entre outros fatores, das enchentes em importantes regiões produtoras dos EUA- voltaram a repicar com força.

Continua intenso, e inconclusivo, o debate acerca das forças que têm impulsionado esse movimento febril dos preços dos produtos primários. Alguns enfatizam o aumento da demanda, outros o nível reduzido dos estoques e perturbações que prejudicam a oferta de vários produtos. E uma proporção crescente dos analistas vê a influência da busca, por parte de grandes investidores, de alternativas de aplicação financeira ante o enfraquecimento do dólar e o nível reduzido dos juros básicos dos EUA.

Independentemente de suas causas efetivas -que muito provavelmente abarcam doses variadas dos fatores citados-, a nova rodada de alta das cotações das principais commodities provocou uma piora adicional das perspectivas para a inflação. E isso vem resultando numa percepção cada vez mais difundida de que, em nível global, o crescimento da atividade econômica deverá desacelerar de maneira mais intensa, e talvez por um período mais prolongado, do que até há pouco se esperava.

Os bancos centrais dos países emergentes já há algum tempo vêm aumentando suas taxas de juros visando a moderar a inflação. O Banco Central Europeu dá mostras de que cogita segui-los, talvez logo. A autoridade monetária que mais reluta em pisar no freio é, compreensivelmente, a dos Estados Unidos.

Até o final de abril o Federal Reserve (Fed) vinha promovendo sucessivos cortes agressivos de juros para amenizar a crise no mercado de hipotecas de alto risco e a fragilização dos bancos e seguradoras a ela associada. Em sua reunião de quarta-feira passada, o Fed, reconhecendo o agravamento dos riscos pelo lado da inflação, interrompeu os cortes. Mas, constrangido pelo receio de reacender as desconfianças quanto à solidez dos bancos, ele evitou sinalizar que pretende aumentar os juros em breve.

A redução do raio de manobra das autoridades econômicas dos EUA é evidente. Mas, no Brasil, em comparação a um passado relativamente recente, observa-se o inverso. A redução da vulnerabilidade das contas externas tem permitido ao país enfrentar as novas intempéries globais sem sobressaltos dramáticos. Mesmo que essas intempéries se prolonguem, cabe esperar uma moderação, mas não uma interrupção, do crescimento.

Feijão e carne somem da merenda escolar, e material de construção está mais caro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2008

A secretaria do Colégio Estadual Benedito Cunha Melo, vizinho ao Suvaco da Cobra, não se lembra mais quando foi a última vez em que feijão constou do cardápio da merenda dos seus 2.300 alunos. Nem carne.

No colégio BCM, como é chamado, muitos dos filhos dos moradores da região fazem a principal refeição do dia. É do ensino do colégio que também depende o futuro desses adolescentes.

Segundo Maria de Fátima Araújo, coordenadora da secretaria do colégio, a inflação de alguns itens levou a cozinha a abusar mais de produtos como salsichas, cuscuz ou mesmo dos sanduíches.

No BCM, há salas de aula que chegam a ter mais de 50 alunos. São 16 salas e 53 professores para atender três turnos dos ensinos fundamental e médio.

Na última vez em que a Folha foi ao local, há mais de um ano, as paredes davam choques por conta de infiltrações e fios desencapados em seu interior. Nas lousas, o giz produzia poucas marcas devido à umidade.

Maria de Fátima conta que o colégio passou por reforma de lá para cá, incluindo a troca de telhados e portas. "O problema é que os alunos não cuidam do que têm. Eles destroem tudo, até as maçanetas."

"Oficialmente" há 420 alunos no BCM cadastrados no Bolsa Família -e que têm uma frequência média de comparecimento ao colégio de 85%.

Mas a secretaria do BCM estima que o número seja maior, já que muitas famílias acabam transferindo os filhos para lá antes de comunicar a coordenação do programa. Caso de Francisca Santiago, 62. Na quarta-feira, ela foi ao BCM "atrás da papelada do Bolsa" de alguns dos seus 11 netos (ela teve sete filhos) para manter o benefício.

Apesar de ter dito que agendou o encontro para o dia, não deu certo. O colégio "emendou" a quarta-feira aos feriados do início da semana para a comemoração do São João -que foi só na terça-feira.

Francisca decidiu ir embora a pé "para não gastar a condução". "Tá tudo muito caro. Daqui a pouco sobe o ônibus."

Ela e 100% de outros entrevistados pela Folha continuam apoiando o governo Luiz Inácio Lula da Silva (a aprovação no Nordeste é a maior no país, de acordo com o Datafolha), mas se queixam da inflação -e não só a dos alimentos.

José Carlos Ferreira, 48, dono de uma loja de material de construção bem suprida e organizada em uma viela que leva ao Suvaco da Cobra, diz que o problema atual é o ferro e itens para novas edificações, como cimento, brita e tijolos.

"Deu uma escassez, e os preços subiram", diz o dono da Comercial Popular, onde 30% das vendas são feitas via parcelamento no cartão de crédito.

Questionado se gosta do governo Lula apesar desses problemas, afirma: "Votei duas vezes nele e votaria uma terceira, com toda a certeza". (FCZ)

Brasil pedirá "ação concertada" contra a alta de alimentos – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2008

Proposta será feita na reunião conjunta, no mês que vem, entre G8, que reúne os mais ricos, e grupo de emergentes - Anfitrião, premiê japonês reduz expectativas de soluções para problemas da economia global, como o aumento dos combustíveis

O governo brasileiro pretende propor aos seus pares do G5 e aos países que compõem o G8 uma "ação concertada" nos próximos meses para enfrentar a disparada de preços da alimentação, hoje o grande problema de âmbito planetário.

A proposta será feita na reunião conjunta, no dia 9, entre o clubão dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia (o G8) com os parceiros do Brasil no G5, que são China, Índia, México e África do Sul.

No mesmo dia 9, haverá ainda um encontro das MEs ("major economies" ou grandes economias), um grupo convocado pelo presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, no ano passado, para discutir a mudança climática, e formado por Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Coréia do Sul e África do Sul. Essas três reuniões fazem parte da cúpula anual do G8, que se realizará neste ano na ilha de Hokkaido, no norte do Japão, entre 7 e 9 de julho.

O embaixador Everton Vargas, principal negociador técnico do Brasil para assuntos multilaterais, antecipa a discussão sobre inflação, mas diz que, "quanto ao

escopo das decisões, se do G8 como grupo ou dos países individualmente, caberá aos líderes decidir lá".

A julgar pela avaliação que faz o anfitrião, o primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, as chances de alguma resolução forte parecem remotas.

Segundo o "Japan Times", em recente entrevista, "Fukuda tratou de reduzir as expectativas em torno de soluções para os vários problemas que a economia global enfrenta, como a disparada de preços de alimentos e combustíveis, dizendo que a principal missão [da cúpula] é enviar mensagens apontando para soluções".

Parece muito pouco para a urgência que o tema da "agflação" ganhou. Ainda mais que uma cúpula anterior, a da segurança alimentar, convocada pela FAO (braço das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação), terminou sem nem sequer enviar as "mensagens" agora desejadas pelo primeiro-ministro japonês.

Vargas insiste, no entanto, que "segurança alimentar e inflação são temas de 2008 e, obviamente, nem o G8 nem o G5 podem ficar alheios à agenda internacional". O delegado brasileiro trabalha com gráficos -cobrindo o período 1970/2005- que mostram "paralelismo entre as tendências globais dos preços das commodities agrícolas e do petróleo. Preços altos de petróleo correspondem ao pico dos preços de commodities agrícolas e vice-versa".

Clima - A cúpula de Hokkaido tinha a mudança climática como eixo principal, ao ser anunciada pelo Japão, ao terminar o encontro anterior, na Alemanha. Mas, entre a reunião na Alemanha e a de Hokkaido, surgiu o fantasma da inflação, especialmente a de alimentos, e o G8 e seus satélites não podem ficar alheios ao tema.

O Brasil sugeriu, na mais recente reunião dos "sherpas", que a segurança alimentar fosse elevada a papel de destaque na agenda. "Sherpas" são os altos funcionários que negociam os documentos que os líderes assinam quando se encontram. É uma alusão aos guias do Himalaia, que preparam tudo para que os alpinistas possam chegar ilesos ao cume. Se os líderes sairão de Hokkaido com o prestígio ileso ou não, é questão aberta. Depende da capacidade de dar um mínimo de respostas a um mundo francamente incomodado com o ressurgimento da inflação.

Mas o Brasil não quer que a disparada de preços sufoque o debate sobre mudança climática, até porque, diz Vargas, "mudança climática é uma questão de desenvolvimento. Tem um grande componente ambiental e social, mas, antes de tudo, lida com o perfil de crescimento que os países terão no futuro".

O embaixador lembra que recente relatório do painel que estuda as mudanças climáticas mostrou que, se não for feito nada, 30% da Amazônia virará savana até 2100. "Não há dinheiro no mundo que financie a adaptação a esse quadro", afirma o embaixador brasileiro.

Neste domingo, dia de São Pedro, o mais famoso pescador da história ficaria encabulado com a produção pesqueira brasileira. Apesar dos 8,5 mil quilômetros de costa, o Brasil produz apenas 1,05 milhão de toneladas de peixes, moluscos e crustáceos por ano, movimentando R\$ 3,2 bilhões.

É quase nada diante dos 45 milhões de toneladas produzidos pela China.

O peixe brasileiro ainda é predominantemente produzido por técnicas rudimentares: 60% do pescado são oriundos de 613 mil artesãos, na sua maioria analfabetos e com pouca mobilização.

Hoje, somente 26%, ou 270 mil toneladas, de pescado no país por ano vêm da produção em cativeiro (aquicultura).

A proposta do governo é chegar a 50%, criando ainda um ambiente no país que possibilite alcançar investimentos entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões por ano no setor de pescado em uma década. Em julho será lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca Brasileira 2008/2011.

— Um dos fatores responsáveis é o fato de o preço médio estar acima do das outras carnes — disse o ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Brasileiro consome metade do que deveria O plano é reduzir o preço do produto no mercado interno entre 20% e 30%, de forma a incentivar o consumo.

Segundo o ministro, a média mundial de consumo de pescado é de 16,5 quilos por habitante/ano, enquanto o recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) é de 12 quilos. Mas no Brasil ele não tem ultrapassado os 7 quilos.

Uma das saídas para resolver o problema é reduzir a cadeia produtiva, desestruturada e longa. Para isso, é necessário melhorar a infraestrutura, com a construção de terminais pesqueiros e centros de integração, que contarão com fábricas de gelo. Cerca de 40% dos recursos serão aplicados na infra-estrutura.

O governo trabalha com três eixos. O primeiro visa a recuperar a pesca artesanal, com qualificação profissional e assistência técnica.

Além disso, pretende recuperar os estoques na costa marítima e ampliar a produção no oceano.

Para isso, é necessário construir e restaurar embarcações. O terceiro ponto é destinado à criação de pescado em cativeiro, além de ostras, mariscos e mexilhões.

A preocupação do governo não vem de agora. O programa a ser lançado vem reforçar outro de 2005, chamado de “Águas da União”, que já pretende aumentar em 700 mil toneladas a produção nacional até 2013, tanto da pesca artesanal quanto da industrial.

Mas o desafio ainda é grande. Também contribuíram para esse cenário o financiamento escasso, a falta de planejamento e, conseqüentemente, a pesca predatória. Os reflexos da decadência da atividade na última década também se manifestam na balança comercial. O país, que já foi abundante na produção de sardinha, por exemplo, tem que importar 35 mil toneladas anuais.

O presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Ivo Silva, é duro ao criticar o governo e a secretaria. Até agora, contou, 40% das carteiras de pescador necessárias para que o profissional possa trabalhar ainda não foram entregues.

As licenças de embarcações para que eles operem não foram emitidas. A revitalização do setor passa ainda pelo Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), criado também em 2005 e que se destina inicialmente a 75 municípios de nove estados. O objetivo é alavancar a pesca, por meio da produção em cativeiro, em pequena escala no mar, baías, enseadas, lagoas costeiras ou estuários, a partir do planejamento e do zoneamento.

Fazem parte do projeto os estados do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraná, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul. O piloto, já em andamento, é Santa Catarina, maior produtor de pescado (seguido do Pará) do Brasil. Depois de aprovado o PLDM da região, há a fase do licenciamento ambiental. Os pescadores depois têm acesso ao Pronaf, o programa de incentivo à agricultura familiar. No Rio, houve um atraso, porque o trabalho começou a ser feito pela Universidade Federal Fluminense, que não teve condições de prosseguir.

Segundo Felipe Suplicy, coordenador do projeto, a Petrobras e a Eletronuclear têm interesse em financiá-lo.

Pescador reclama de despesas altas para sobreviver Aderildo da Cruz Silva, conhecido como Bahia, tem 45 anos e está no mar há 18 anos. Chega a ficar dez dias embarcado e é um dos pescadores mais experientes de Niterói. Ele diz que a situação está cada vez mais difícil. As despesas mensais variam de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil. Para obter a licença, é preciso gastar R\$ 7 mil.

Como não é permitido pescar durante a reprodução dos peixes, há uma ajuda oficial.

— É um valor muito baixo. Dois salários mínimos a cada seis meses. Os pescadores enfrentam problemas, como a alta no preço do gelo e do óleo para o barco. A pedra do gelo passou de R\$ 3 para R\$ 3,20. É falta de competição.

Só temos um fornecedor de quem comprar — diz ele, que trabalha com mais quatro pessoas, entre eles o “gelador” Anderson Gomes Feitosa.

Pesca deve movimentar R\$ 5,2 bi nos próximos anos, com profissionalização – Mônica Tavares - O Globo – Economia – 29/06/2008

BRASÍLIA. O programa de incentivo à pesca do governo federal também será voltado à pesca empresarial. A movimentação financeira do setor deverá aumentar em R\$ 2 bilhões, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 5,2 bilhões nos próximos cinco anos, já que a pesca marítima exige investimentos maiores, com barcos profissionais.

Atualmente, apenas um quinto da faixa costeira de 200 milhas é explorado pelos pescadores, que, em geral, utilizam embarcações pequenas.

Existe uma linha de financiamento para a compra de barcos, chamada Pró-frota, que dispõe de R\$ 1,2 bilhão para os próximos quatro anos.

O coordenador-geral de Pesca Industrial da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), Fabiano Duarte, disse que a gestão do Estado no setor nos últimos 30 anos falhou.

Ele diz que houve um aumento no número de embarcações, mas a produção ficou estável. As principais espécies são atum e afins.

— O setor produtivo brasileiro ainda é incipiente. O atum é bem visto no mercado mundial — disse Duarte.

Consumo mundial será de 100 milhões de toneladas em 2030 O governo está propondo a modernização e o investimento em novas embarcações. Há hoje no país

4.006 embarcações entre 10 metros e 15 metros; 843 entre 15 e 20 metros; 966 entre 20 e 25 metros; e 141 acima de 25 metros.

Mas as estatísticas do setor não são totalmente confiáveis.

Existe ainda o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações, semelhante ao utilizado para caminhões, que acompanha unidades com mais de 15 metros de comprimento.

Uma proposta é acompanhar a bordo o trabalho dos barcos.

O objetivo é que a produção possa atender mercados bastante exigentes, como o Japão e a União Européia.

Não é possível elevar a produção de algumas espécies no país, como sardinha, camarão e lagosta.

Segundo Duarte, devido a um longo histórico de falta de controle, os limites de sustentabilidade foram ultrapassados.

Para as outras espécies, o governo pretende adotar medidas de maior controle.

Para fomentar a pesca sem afetar o meio ambiente e sem correr risco de extinção de algumas espécies, a Seap trabalha em diversas frentes, explicou o engenheiro de Pesca, Pedro Cavalcanti dos Reis. O órgão recorre a modelos matemáticos.

— O atum do Atlântico Sul pode ser capturado e não tem risco de extinção — afirmou o engenheiro.

A gestão dos recursos é realizada por meio da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT, na sigla em inglês), de cuja convenção o Brasil é signatário.

Esta estipula quotas de captura. Atualmente, só há quota na costa brasileira para o peixe espadarte, de 4.720 toneladas.

A regularização da atividade já começa a atrair investidores, afirmou o ministro da Pesca, Altemir Gregolin. Segundo ele, se o empresário tem segurança, vai investir na costa brasileira.

Gregolin explicou que um único projeto prevê investimento de R\$ 50 milhões até 2012, em São Paulo e na Bahia, com meta de produção de 100 mil toneladas/ ano de pescado. O ministro lembrou o caso do Chile, que em 1991 exportava 34 mil toneladas de salmão por ano. Atualmente, são 470 mil toneladas, o equivalente a US\$ 1,3 bilhão.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) estima que o mundo necessitará, em 2030, de 100 milhões de toneladas/ano de pescado e que o Brasil deverá contribuir com 20 milhões de toneladas. O consumo mundial subirá de 16,5 quilos por habitante/ano para 22,5 quilos por habitante/ano.

— Temos condições de transformar o setor em estratégico para o país — disse Gregolin.

Vender o peixe não é tarefa simples, nem mesmo para os pescadores. Na Ponta da Areia, bairro de Niterói, eles chegam do mar e vendem ali mesmo para os compradores do Mercado São Pedro. Em poucos metros, os preços aumentam cinco vezes. O quilo de peixes como cação e enxova na mão dos pescadores sai entre R\$ 1 e R\$ 1,50. Nas lojas do mercado, o valor varia entre R\$ 4,50 e R\$ 5.

Um peroá, ou peixe-porco, como é conhecido popularmente, sai entre R\$ 7 e R\$ 8 o quilo. No mercado pula para R\$ 13 — alta de até 85,7%.

Porém, o que garante mesmo o sustento dos pescadores são as compras maiores, diz o pescador Walmir “Cabelinho”. Por isso, quando as vendas não estão boas em um mercado, a estratégia é ir a outros centros próximos.

— O que baliza o preço é a demanda. Tem dias que não se vende nada. Aí, o preço começa a cair.

Mas tudo tem um limite. Quando fica menor de R\$ 1 o quilo, paramos a venda e vamos para outro lugar. Assim mantemos a cotação — diz Walmir, que não completou o ensino médio, mas entende como qualquer economista a lei de oferta e demanda.

A falta de segurança é outro problema, diz o pescador Francisco Vieira Souto. Conhecido como Capitão, ele tem 62 anos e começou na profissão aos 9. Há duas semanas, ao chegar do mar, em Ponta da Areia, em Niterói, ele diz que viu seu colega de profissão perder dez dias de trabalho.

— Depois de descarregar os peixes, no trajeto até o Mercado São Pedro, foi assaltado. Nossa rotina é pesada. Saímos à noite e vamos para o mar. Colocamos a rede no mar todas as noites e, pela manhã, recolhemos.

Já pesquei um tubarão com mais de dois metros no Rio. Aí, você volta do mar e te roubam tudo. É difícil ver 800 quilos de diferentes peixes irem embora em uma van.

Aqui há pouca segurança — conta.

A prosperidade não é o problema - Diogo Costa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/06/2008

Diqing Jiang saiu da China para fazer cursos de pós-graduação nos EUA. Hoje trabalha comigo em Washington. Na última virada do ano chinês, Diqing ligou para sua família. Fazia quatro anos que ele não visitava a China. “Vamos ter porco neste ano-novo, mãe?”, perguntou ao telefone. Ele se lembrava de comer carne de porco apenas uma vez por ano. Mas as coisas haviam mudado: “Meu filho, agora podemos comer porco quando quisermos, não precisamos mais esperar o ano-novo.” Diqing estava desatualizado. A China estava enriquecendo. Sua família estava enriquecendo. Prosperidade significa mais comida na mesa.

Mas o que Diqing vê como bênção é considerado por observadores internacionais uma espécie de maldição. O preço dos alimentos não pára de aumentar. Os jornais mostram fotos de protestos em diversos países, as famílias dos países ricos vêem seu poder aquisitivo diminuir e as dos países pobres sentem a fome apertar. O principal culpado, dizem especialistas dentro e fora do Brasil, é o aumento da renda

per capita nos países do Sudeste Asiático. André Petry escreveu na revista *Veja* (28/5) que “o que ajudará a perpetuar o problema é o aumento do consumo de alimentos, sobretudo na China e na Índia”.

Leitores de Shakespeare podem se lembrar de Lancelote em *O Mercador de Veneza*. Num diálogo com Jéssica, uma judia, sobre seu casamento com Lorenzo, um cristão, Lancelote ironiza que um maior número de judeus convertidos ao cristianismo aumentará o preço da carne de porco.

Os preços informam a relação de oferta e demanda sobre determinado produto. É verdade que uma expansão significativa da demanda mundial por alimentos eleva o preço desses produtos. Mas a história não acaba aí. Um aumento de preços cria incentivos para que recursos materiais e intelectuais sejam deslocados para saciar a nova demanda. Investe-se capital e implementam-se novas tecnologias para a produção de alimentos. No longo prazo, esse processo aumenta a produtividade - e os alimentos ficam mais baratos. Esse processo é o que o economista Julian Simon chamava de a história da economia agrícola.

O problema, portanto, não é o aumento da demanda. É o não-aumento da oferta. A demanda por computadores e carros aumentou nos últimos anos, mas esses produtos ficaram mais baratos. Uma investigação que pretenda solucionar o problema deve perguntar-se por que o ajuste da produção está tendo dificuldades para acompanhar o maior consumo de alimentos.

É aí que entram as perversas intervenções governamentais. Nos EUA, a política do etanol desviou a produção do milho para os tanques dos carros e aumentou o preço do cereal, mundialmente. Na Europa, os subsídios agrícolas - que chegam a US\$ 53 bilhões anuais - fecham o mercado à competição dos agricultores de países em desenvolvimento, o que limita as possibilidades de avanço agrícola em diferentes partes do mundo. Em países pobres, uma terrível combinação de falta de infraestrutura nas estradas, blitze que causam engarrafamentos intermináveis e impostos que encarecem técnicas de refrigeração e conservação de alimentos faz metade da comida se estragar antes que chegue ao consumidor. E ainda há as restrições ao livre-comércio. Metade de toda a comercialização mundial de arroz não é feita num ambiente de livre mercado, mas é administrada por conselhos políticos. Não surpreende, por isso, que apenas de 5% a 7% do arroz do mundo seja comercializado internacionalmente.

Restringir as exportações, como fizeram os governos da Rússia, Argentina e Índia, só piora o problema e torna ainda mais distante a existência de um livre mercado de produtos agrícolas. As conseqüências são óbvias. Imagine se os Estados brasileiros criassem tarifas para o comércio doméstico. Se o Rio Grande do Sul impusesse um imposto sobre o arroz exportado para a Bahia ou se o Rio de Janeiro cobrasse 30% de tarifa de toda a soja vinda de Mato Grosso, menos arroz e soja chegariam às prateleiras, e a um preço mais alto. É isso que as restrições comerciais fazem em escala mundial. Estima-se que a remoção de todas as barreiras comerciais enriqueceria o mundo em até US\$ 2,6 trilhões por ano.

Uma demanda global de alimentos exige uma oferta global de alimentos. Países pobres e ricos devem abandonar as barreiras de importação e exportação que

impedem a circulação de comida - e tornam múltiplas refeições um luxo, fazendo da nutrição um privilégio de poucos. O aumento do consumo mundial é o incentivo que move o progresso agrícola e permitiu que cada vez menos terra e trabalho fossem necessários para alimentar cada vez mais gente. A história do moderno mundo capitalista indica que, no longo prazo, com o aumento populacional, a comida fica mais barata, seja medida em relação ao preço do trabalho ou aos bens de consumo.

Essa é uma razão para vermos com bons olhos o aumento do consumo de alimentos no Continente Asiático. Mas não a principal. O maior motivo para comemorarmos esse aumento na demanda é pensar que milhões de pessoas podem comer, e comer melhor. Mais indianos já podem fazer duas refeições por dia. Os chineses não precisam mais se alimentar quase que exclusivamente de grãos. A família de Diqing não precisa esperar pela virada do calendário para comer carne de porco.

A prosperidade de milhões de seres humanos merece ser celebrada como uma conquista civilizacional de dimensões globais. São os obstáculos ao direito dos povos de comercializar livremente que devem ser condenados e demolidos. Os Lancelotes de nossa época estão errados. Em longo prazo, nem o cristianismo nem o capitalismo aumentam o preço da carne de porco.

***Diogo Costa, mestre em Ciência Política pela Universidade Colúmbia, é editor de OrdemLivre.org no Cato Institute em Washington - E-mail: dcosta@ordemlivre.org**

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

